



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA

**HERIK EDUARDO SOUSA ALVES**

**O ENSINO DE HISTÓRIA SOBRE AS ORGANIZAÇÕES CONTRÁRIAS À  
DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA A LUZ DAS OBRAS DE MILITANTES  
E MILITARES (1968-1975)**

São Luís – MA

2024

**HERIK EDUARDO SOUSA ALVES**

**O ENSINO DE HISTÓRIA SOBRE AS ORGANIZAÇÕES CONTRÁRIAS À  
DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA A LUZ DAS OBRAS DE MILITANTES  
E MILITARES (1968-1975)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História da Universidade Estadual do Maranhão para  
obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monica Piccolo Almeida Chaves

Área de Concentração: História, Ensino e Narrativas

Linha de Pesquisa: Linguagens e Construção do  
Conhecimento Histórico

São Luís – MA

2024

Alves, Herik Eduardo Sousa.

O Ensino de História sobre as organizações contrárias à Ditadura Civil-Militar brasileira a luz das obras de militantes e militares (1968-1975) / Herik Eduardo Sousa Alves. – São Luís, 2024.

129 f. :

Dissertação (Pós-Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2024.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Monica Piccolo Almeida Chaves.

1. Ditadura Civil-Militar. 2. Organizações Contrárias à Ditadura. 3. Ensino de História. 4. Livro Didático. I. Título.

CDU 93/94:37(81).088

**HERIK EDUARDO SOUSA ALVES**

**O ENSINO DE HISTÓRIA SOBRE AS ORGANIZAÇÕES CONTRÁRIAS À  
DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA A LUZ DAS OBRAS DE  
MILITANTES  
E MILITARES (1968-1975)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós -  
Graduação em História da Universidade  
Estadual do Maranhão para obtenção do título  
de Mestre.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Monica Piccolo  
Almeida Chaves

Área de Concentração: História, Ensino e  
Narrativas

Linha de Pesquisa: Linguagens e Construção  
do Conhecimento Histórico

**Banca Examinadora:**

---

**Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves (Orientadora)**  
(PPGHist/UEMA)

---

**Profa. Dra. Juliana Alves de Andrade (Examinadora Externa)**  
(PROFHISTÓRIA/UFPE/UFRPE)

---

**Profa. Dra. Lidiane Elizabete Friderichs (Examinadora Interna)**  
(PPGHist/UEMA)

## RESUMO

O presente trabalho discute o ensino de história sobre as organizações contrárias à ditadura civil-militar brasileira sob perspectiva do que foi escrito e discutido dentro da historiografia sobre o tema e da ótica dos militares sobre essas organizações, o discurso dos militares sobre essas organizações assim como temas relacionados ao período da ditadura civil-militar (1964-1985) foi tratado em sua maioria através do viés negacionista, isto é, não consideram as versões da historiografia sobre o período, portanto, partiu-se primeiramente da discussões referentes ao revisionismo e ao negacionismo sobre o regime. O livro didático é peça fundamental ao se tratar de ensino de história em sala de aula, diante disso, analisou os livros didáticos *Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania* e *A Conquista da História* com o objetivo de fazer o levantamento de como esses didáticos tratam o período da ditadura e as organizações que resistiram ao Terrorismo de Estado, a partir da análise foi possível estabelecer os principais conteúdos omitidos e confirmar que essas organizações tem pouco espaço ou quase nenhum nesses didáticos. Para fins de recorte documental, usou-se como parâmetro a distribuição desses livros didáticos no Maranhão, portanto, esses livros foram e serão utilizados em grande parte das escolas no Estado no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Por fim, debateu-se a historiografia das principais organizações contrárias à ditadura que atuaram entre 1968-1972 que teve como principais fontes os livros *A VPR – Uma Vanguarda Popular Revolucionária (2021)* e o *Orvil (2012)*, a primeira colaborou para a perspectiva interpessoal dos militantes e seus debates teóricos e práticos e a segunda proporcionou o contato com o tratamento interno que os militares davam às essas organizações.

Palavras-Chave: Ditadura Civil-Militar; Organizações Contrárias à Ditadura; Ensino de História; Livro Didático.

## ABSTRACT

The study presented here is a discussion about the organizations that opposed the Brazilian civil-military dictatorship and how they are portrayed in History Teaching, under the perspective of the historiography on what has been written and discussed and the military point of view. The branches of the military saw these organizations and similar topics regarding the dictatorship between 1964 to 1985 as a threat, dealing with them on a negationist level and not considering the academic work provided, therefore, our first action was to understand these discussions of the negationism and revisionism of the regime. The schoolbook is a fundamental piece of the puzzle when it comes to evaluate the teaching of History in the classroom, and due to its influence, we analyzed the following books *Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania* and *A Conquista da História*, with our main objective being to understand how they present the dictatorial period and the organizations which resisted the oppression, which later revealed the main topics omitted and also confirmed a systematic erasure of their existence. To better illustrate our main hypothesis, we researched the distribution of both schoolbooks on the schools in the state of Maranhão, something that proved they were and are still used in a great number of educational institutions. Finally, a historiographic debate about the main organizations was held, and the main sources of information were the books *A VPR – Uma Vanguarda Popular Revolucionária* (2021) and the *Orvil* (2012). The first provided an interpersonal perspective of its members and their theoretical discussions, and the second led to an understanding of the internal treatment the military reserved to these organizations.

Keywords: Civil-Military Dictatorship; Organizations opposed to the Dictatorship; Teaching History; Schoolbook;

## LISTA DE SIGLAS

AI	Ato Institucional
ALN	Ação Libertadora Nacional
ANPHLAC	Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas
AP-ML do B	Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil
AP-ML	Ação Popular Marxista-Leninista
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BdF	Brasil de Fato
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CIEX	Centro de Informação do Exército
CNV	Comissão Nacional da Verdade
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ESG	Escola Superior de Guerra
EsNI	Escola Nacional de Informações
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GAB/SEDUC	Gabinete da Secretaria de Estado de Educação
ICL	Instituto Conhecimento Liberta
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
JEC	Juventude Estudantil Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LAR	Liga de Ação Revolucionária
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário

MORELN	Movimento Revolucionário de Libertação Nacional
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OEA	Organização dos Estados Americanos
ORM-POLOP	Organização Revolucionária Marxista - Política Operária
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PC-SBIC	Partido Comunista - Seção Brasileira da Internacional Comunista
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
POC	Partido Operário Comunista
PTT	Produto Técnico-Tecnológico
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Secom	Secretaria de Comunicação
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SIMAD	Sistema do Material Didático
SNI	Sistema Nacional de Informações
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UF	Unidade Federativa
UFF	Universidade Estadual Fluminense
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
VAR -Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Venda e faturamento do setor editorial brasileiro (2021).....	51
Tabela 2 - Escolas atendidas pelo PNLD 2023 por Unidade Federativa.....	60
Tabela 3 - Alunos matriculados por escola e Unidade Federativa.....	60
Tabela 4 - Distribuição de exemplares e valor literário por Unidade Federativa .....	61

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Ranking de políticos do Brasil com mais seguidores no TikTok .....	36
Imagem 2 - Capa do livro A Conquista da História.....	63
Imagem 3 - Capa do livro Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania.....	70
Imagem 4 - Capítulo 8: As ditaduras na América Latina .....	76
Imagem 5 - Nomenclatura usada no livro sobre os grupos de resistência.....	77
Imagem 6 - Marighela é citado na capa do jornal O Globo em outubro de 1969 .....	98
Imagem 7 - Marighela é denominado parte da “liderança do terrorismo no Brasil” e “chefe do terror” .....	98
Imagem 8 – Quadro de nomes e codinomes da VPR coletados em depoimento de um preso .....	104
Imagem 9 - Capa do jornal O Globo do dia 1º de abril de 1970 .....	109
Imagem 10 - Capa do jornal O Globo do dia 1º de setembro de 1970 .....	110
Imagem 11 - Capa do jornal O Globo do dia 6 de abril de 1970.....	110
Imagem 12 - Capa do jornal O Globo do dia 8 de abril de 1970 .....	110

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – DISCUSSÕES PERTINENTES SOBRE A HISTORIOGRAFIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA .....	19
1.1 A nova historiografia da ditadura civil-militar brasileira .....	25
1.2 Literatura e narrativa dos Militares e as produções recentes: negacionismo e/ou revisãoismo?.....	29
CAPÍTULO II – O ENSINO DE HISTÓRIA SOBRE AS ORGANIZAÇÕES CONTRÁRIAS À DITADURA CIVIL-MILITAR NOS LIVROS DIDÁTICOS.....	42
2.1 Os livros didáticos de história frente às mídias digitais e suas narrativas .....	45
2.2 O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no Estado do Maranhão a partir de 2016 .....	58
2.3 A relação entre memória e passado sobre as Ditaduras na América Latina no livro didático .....	72
CAPÍTULO III – MILITANTES CONTRA O ESTADO DE TERRORISMO .....	86
3.2 Teoria e prática.....	90
3.3 A contrapropaganda dos militares sobre as organizações .....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	114
APÊNDICES .....	121
APÊNDICE A – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2024.240201.11608 .....	122
APÊNDICE B – PARÂMETROS DE PESQUISA NO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO (SIMAD/FNDE) .....	129

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo discutir as organizações contrárias à ditadura civil-militar brasileira, considerando as narrativas que foram criadas sobre elas pela historiografia, nos livros didáticos de história do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), por militantes através de relatos e biografias e por militares por intermédio de suas literaturas, estes últimos faziam parte do aparato repressivo do Estado sob a égide do governo ditatorial implantado a partir de 1964 no Brasil.

Entende-se como organizações contrárias à ditadura civil-militar brasileira os grupos de resistência que atuaram contra a ditadura no Brasil entre 1968 e 1975 podendo ser de luta armada ou não. O recorte temporal escolhido reflete o momento que essas organizações viviam nesses anos, em 1968 instaurou-se o Ato Institucional n.º 5 que intensificou a repressão contra esses grupos e aumentou a tensão entre essas organizações e o governo ditatorial, ao final de 1975 grande parte dessas organizações já haviam sido sufocadas pelo regime.

No âmbito da historiografia as discussões em torno da extinção da luta armada — e conseqüentemente das organizações que atuavam — entre o final da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970 foram tratadas com certos entusiasmos e polêmicas quando as primeiras obras sobre as organizações foram publicadas ainda na década de 1980. O extrato dessas discussões está presente no texto da historiadora Denise Rollemberg *Esquerdas revolucionárias e luta armada* (2007) que interpola e relaciona o posicionamento de Jacob Gorender, Daniel Aarão Reis e Marcelo Ridenti sobre os problemas que causaram o fim da luta armada no Brasil.

Para Rollemberg (2007, p. 49-50), Gorender em sua obra *Combate nas Trevas* (1987):

[...] queria compreender por que nas duas vezes em que a esquerda pegou em armas - 1935 e 1968-74 - foi derrotada. Em relação ao segundo momento, a derrota começada em 1965 e “desfechada em definitivo a partir de 1968”, explica-se pelo atraso com que a luta foi desencadeada. Não travada como resposta imediata ao golpe, só foi tentada “quando o adversário dominava o poder do Estado, dispunha de pleno apoio nas fileiras das Forças Armadas e destroçara os principais movimentos de massa organizados”. Neste momento, as condições já seriam desfavoráveis e a “esquerda radical” encontrava-se “mais distanciada da classe operária, do campesinato e das camadas médias urbanas” (Rollemberg, 2007, p. 49-50).

Parte das motivações que levaram ao fim da luta armada no Brasil, conforme aponta Rollemberg (2007) foram abordadas na tese de doutorado em história do ex-militante do MR-8 Daniel Aarão Reis em 1990, intitulada *A revolução faltou ao encontro*.

Para a autora, Reis (1990) se aprofundou nas questões atinentes às influências teóricas e práticas — já discutidas por Gorender (1987) — que essas organizações recebiam a nível internacional, desta forma, há um consenso entre os dois autores sobre como as orientações do movimento comunista internacional afetavam as organizações no Brasil:

[...] tratava-se antes da necessidade de legitimação das posições assumidas internamente; em outras palavras, as orientações do movimento comunista internacional não tinham o peso que a repressão e as próprias esquerdas sempre lhes atribuíram (Rollemberg, 2007, p. 51-52).

A contraposição entre os posicionamentos dos autores (Reis, 1990; Gorender, 1987) em relação as motivações que desencadearam o fim da luta armada no Brasil, dizem respeito a culpabilidade que Gorender (1987) atribui sobre os “erros” cometidos pelas organizações e seus dirigentes (Rollemberg, 2007, p. 52).

Para a autora, ao interpretar a tese de Reis (1990) o fim da luta armada no Brasil se deu por diversos fatores:

O autor rompe com a dicotomia “opressor” e “oprimido” tão cara às esquerdas dos anos 1960 e 1970 e que permanece em Gorender. A derrota da luta desencadeada em 1967 não se deu em função da melhor organização da repressão, como interpretou Gorender, e sim pela distância intransponível do projeto das esquerdas de mudanças pela subversão da ordem estabelecida e o desejo de mudanças da sociedade que deveriam acontecer no âmbito da ordem, da afirmação do sistema econômico e da elite política autoritária e conservadora (Rollemberg, 2007, p. 53).

Por último, é apresentada ao leitor a tese de doutorado em sociologia de Marcelo Ridenti *O fantasma da revolução brasileira* (1993), uma das características definidoras do rumo que a tese toma sobre a luta armada é a não participação do autor nessas organizações, diferente de Jacob Gorender e Daniel Aarão Reais, que fizeram parte dos eventos que narraram.

Ridenti (1993) retorna a uma discussão que ocorria dentro das próprias organizações desde o começo da década de 1960, a pouca ou quase nenhuma aproximação das organizações com outros grupos sociais que poderiam ser incorporadas ao movimento. O afastamento da classe trabalhadora por exemplo, sempre foi um problema discutido internamente entre os seus membros, ocorre que, mesmo após algumas organizações terem certa proximidade com a classe, como foi o caso da POLOP, essa associação sempre foi frágil.

Como poderia haver uma revolução do proletariado sem a atuação da classe trabalhadora? “Ridenti vê o isolamento das vanguardas como o resultado da impossibilidade de elas representarem politicamente a classe trabalhadora. Aí estaria a contradição que levou à derrota” (Rollemberg, 2007, p. 55).

Ridenti (1993), diferente de Reis (1990) parte do princípio de que a classe trabalhadora pouco entendia o teorismo propagado pela maioria das organizações, não conseguiram assimilar na prática os resultados que os grupos se propunham a chegar, isto se deu em grande parte pelo distanciamento da classe dos trabalhadores da classe daqueles que a maioria dos militantes eram oriundos.

[...] Diferentemente de Daniel Aarão Reis Filho, mantém-se fiel à idéia de que os interesses se definem em função do lugar na sociedade, ou seja, das classes sociais. O problema da pouca expressão da classe trabalhadora na luta armada não leva à reflexão acerca dos seus interesses concretos, uma vez que estes são dados pela teoria. Se a história não comprovou suas opções revolucionárias não é porque fizeram outras escolhas, mas devido a uma crise de representação (Rolleberg, 2007, p. 55).

Sabe-se que, a repressão no Brasil tinha como principais atuantes práticos os militares, porém, o sistema repressivo também era financiado pelo empresariado brasileiro que viam nessas organizações uma tentativa de subverter o domínio de classes no Brasil, a última afirmação é corroborada pelo interesse de diversos empresários na repressão contra diversas instâncias da resistência contra a ditadura, e não somente contra a luta armada.

O financiamento de empresários se estendeu às operações militares de combate às organizações, como é o caso da Operação Bandeirantes (OBAN) em 1969, financiada por Henning Albert Boilesen, presidente da empresa Ultragás.

A OBAN em 1970, a partir da ordem do presidente Médici, torna-se um dos principais locais de tortura e repressão em São Paulo, passando a ser denominado Destacamento de Operações de Informações/ Centro de Operações de Defesa do II Exército (DOI/CODI II), comandado pelo major do II exército, Carlos Alberto Brilhante Ustra.

Esta dissertação faz parte de uma extensa pesquisa realizada nos últimos cinco anos, iniciada em 2020 através do plano de trabalho *Narrativas em Disputa: a luta armada brasileira nas páginas do Orvil e do Combate nas Trevas* pertencente ao projeto de pesquisa *O mundo luso-brasileiro em perspectiva comparada: ascensão e queda de regimes ditatoriais no século XX*, desenvolvida a partir do Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC/UEMA sob coordenação da Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves.

Durante a pesquisa foi possível realizar uma análise profunda de obras citadas neste trabalho, o *Orvil – Tentativas de Tomada de Poder (2012)*, escrita pelos militares José Conegundes do Nascimento e Lício Maciel, estabelece um parâmetro sobre a ótica do governo ditatorial sobre as organizações contrárias à ditadura civil-militar. A partir desta obra foi possível verificar a atuação dos órgãos repressivos para combater-las, as narrativas que os

militares propagavam sobre as atuações dessas organizações e os documentos que o governo ditatorial tinha sobre seus membros, líderes e financiadores.

A partir da análise do *Orvil* (2012) foi possível concluir que os militares tinham forte interesse em desarticular essas organizações ao mesmo tempo que não as consideravam organizadas e insuficientes para destituir o governo, ademais, a atuação dos militares contra essas organizações era fortemente pauta na leitura das teorias nas quais essas organizações se pautavam.

Percebeu-se que repressão não atuava aleatoriamente, conhecia o seu inimigo a partir do conceito de Guerra Revolucionária<sup>1</sup> em que as organizações eram consideradas Inimigos Internos de acordo com Manual Básico de Guerra e dos treinamentos feitos por militares na Escola Superior de Guerra (ESG), que estudava as principais linhas teóricas das organizações e suas influências internacionais da União Soviética (marxismo-leninismo), de Cuba (Foquismo) e da China (Maoísmo).

Outra obra que foi objeto da análise durante os primeiros anos desta pesquisa foi o *Combate nas Trevas* (1987) escrita pelo historiador e ex-militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) Jacob Gorender.

A partir da obra de Gorender (1987) foi possível ter uma perspectiva dos eventos históricos e controversos que permeou essas organizações, os apontamentos do autor foram de extrema importância para compreender a estrutura dessas organizações assim como seus conflitos teórico e práticos que viabilizaram diversas dissidências, culminando no surgimento de inúmeras organizações e no seu enfraquecimento.

Gorender (1987) estabelece uma narrativa sobre como a repressão se empenhou para enfraquecer essas organizações, o que contrapõe aquilo que os militares afirmavam (que as organizações não eram uma ameaça ao governo ditatorial). A partir da obra *Combate nas Trevas* (1987) compreende-se que as organizações tinham pouco treinamento militar, a maioria dos seus membros eram jovens e despreparados para a luta armada, mas que, todas essas desvantagens não impediram que suas ações passassem despercebidas pelo governo ditatorial.

De protestos em locais públicos a sequestros de embaixadores, essas organizações também mantiveram relações interpessoais e ações internas que influenciaram o rumo que essas organizações tomaram principalmente a partir de 1969 com a implementação do Ato

---

<sup>1</sup> De acordo com Alves (2022) “Para a ESG essa é a guerra mais perigosa para a nação, pois o inimigo já se encontra no território e torna todas as pessoas inseridas nele suspeitas de serem subversivas. Essa ideia de revolução legítima alguns aparatos do regime, principalmente os de informações e dá aval a todos os tipos de processos de espionagem, investigação e repressão” (Alves, 2022, p. 17).

Institucional n.º 5, essa perspectiva de análise dos indivíduos é parte do desenrolar desta pesquisa e tem como principal fonte a obra *A VPR – Uma Vanguarda Popular Revolucionária (2021)* da pesquisadora Carla Luciana Silva.

Os estudos acima citados, realizados entre 2020 e 2021, resultaram na escrita da minha monografia intitulada *Narrativas em Disputa: A luta armada brasileira nas páginas do Orvil e do Combate nas Trevas (2022)*.

Portanto, as investigações e resultados apresentados nas linhas que seguem, fazem parte de uma jornada de pesquisa sobre as organizações contrárias à ditadura, isto é, — as organizações que através da luta armada e da guerrilha combateram e tentaram destituir o Terrorismo de Estado implantado em 1964 — e na constatação de que as organizações têm poucos lugares no ensino de história através dos livros didáticos, que estimulou a elaboração do Produto Técnico-Tecnológico *Resistência e Luta Armada: As organizações contrárias à ditadura civil-militar brasileira (1968-1975)* direcionado aos docentes do nono ano do Ensino Fundamental.

O primeiro capítulo intitulado **Discussões pertinentes sobre a historiografia da ditadura civil-militar brasileira** apresenta um percurso sobre as pesquisas que tratam da ditadura brasileira tendo como ponto de partida o revisionismo historiográfico e o acesso às novas fontes sobre o período, este debate se justifica pela constante renovação do campo da historiografia sobre a ditadura civil-militar no Brasil e pelo crescimento de discussões sobre o período que teve como ponto de partida as eleições de 2018, na qual um dos candidatos era o ex-capitão do exército brasileiro e simpatizante de torturadores e do governo ditatorial.

Em decorrência da vitória do ex-militar Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais, ressurgiu dentro do debate público, questionamentos sobre eventos históricos até então consolidados por historiadores, dos quais podemos destacar os crimes cometidos por militares durante o período, as ações dos grupos de resistência e luta armada e a próprio caráter do golpe caracterizado como revolução.

Diante do ressurgimento dessas demandas até então “superadas”, historiadores e pesquisadores começaram a se debruçar sobre a construção da memória dos brasileiros sobre o período da ditadura e revisitá-lo, questionando os motivos de narrativas negacionistas e revisionismos ideológicos sobre a ditadura se tornarem propícios nas conjunturas políticas em que o país vivia antes das eleições de 2018.

Acompanha-se também estas tendências negacionistas e de ascensão da extrema-direita na Argentina, destacando algumas similaridades na forma que os governos manipulam essas

narrativas ao seu favor, tendo como principais ferramentas as mídias digitais e as redes sociais, que reverberam discursos antes propostos em literaturas escritas por militares.

O segundo capítulo **O ensino de história sobre as organizações contrárias à ditadura civil-militar nos livros didáticos** analisa os conteúdos relacionados ao período ditatorial no Brasil e luta armada brasileira nos livros didáticos *A Conquista da História* do 9º ano do ensino fundamental e *Ciências Humanas: Políticas, Conflitos e Sociedade* desenvolvido para o novo ensino médio, destacando as omissões e apagamentos e apontando se os livros didáticos acompanham as tendências da historiografia sobre o período.

Debate-se também sobre o ensino de história sobre a ditadura civil-militar frente às mídias digitais e indica autores que trabalham com história pública que podem ser utilizados como apoio nas aulas de história e no planejamento das aulas de história.

O capítulo discute ainda a construção dos livros didáticos no Brasil e no Maranhão a partir do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) frente aos documentos e instituições inerentes a este processo, A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Ministério da Educação (MEC), a Secretária de Estado de Educação (SEDUC) os Editais do PNLD e mercado editorial brasileiro.

O terceiro e último capítulo **Militantes contra o Estado de Terrorismo** argumenta sobre os principais entraves que as organizações contrárias à ditadura civil-militar brasileira enfrentavam internamente, sabe-se que a repressão movida pelo Estado foi decisiva para o fim dessas organizações, mas que havia debates que ocorriam internamente que foram responsáveis pelas dissidências e enfraquecimento desses grupos.

Em consequente, dar-se-á a análise da contrapropaganda que os militares e os aparatos repressivos faziam durante o período da ditadura civil-militar contra essas organizações, mencionando também a participação da imprensa nesse processo. Parte-se da hipótese que essas propagandas e narrativas do Estado repressivo serviram como empecilho para ganho de apoio de outros setores da sociedade para os movimentos de resistência e oposição.

O último capítulo terá como principais fontes as obras a literatura militar *Orvil – Tentativas de Tomada do Poder (2012)*, que estabelecerá um parâmetro da ótica dos militares sobre essas organizações, assim como as técnicas de guerra para dizimá-las, e *A Revolução da VPR – A Vanguarda Popular Revolucionária (2021)* que conta com uma extensa pesquisa sobre a VPR e membros dissidentes de outras organizações.

Esta ampla pesquisa tem como Produto Técnico-Tecnológico o E-book *Resistência e Luta Armada: As Organizações Contrárias à Ditadura (1968-1975)* que tem como objetivo

auxiliar docentes de história do 9º ano do ensino fundamental na inserção dessas organizações nas aulas sobre a ditadura civil-militar brasileira. Esta produção visa suprir as omissões e apagamentos que essas organizações tiveram ao longo da história nos livros didáticos de história no ensino fundamental, que se limitaram aos líderes homens como Carlos Lamarca e Carlos Marighela, e a poucos eventos como os sequestros de embaixadores e assaltos a bancos, como constatado ao longo desta pesquisa.

O Produto Técnico-Tecnológico contará com ampla historiografia sobre essas organizações e abordará temas sensíveis como as torturas, perseguições políticas e de familiares, os relatos dos militantes, frutos de entrevistas, estarão presente no documento nos quais serão de suma importância para a compressão da vida dentro dessas organizações que buscavam a revolução.

## **CAPÍTULO I – DISCUSSÕES PERTINENTES SOBRE A HISTORIOGRAFIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA**

O debate sobre a Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985) não é recente, tendo suas primeiras produções durante o regime autoritário, porém, continua em constante desenvolvimento e debate principalmente por dois motivos: o revisionismo historiográfico sobre o período e as novas fontes que surgiram ao decorrer do tempo, por esta razão o presente capítulo será desenvolvido a partir do debate proposto por essas duas questões, para o revisionismo dos últimos vinte anos os principais norteadores foram a Comissão Nacional da Verdade e a implantação da Lei de Acesso à Informação e para as novas fontes destaca-se o contexto político das últimas duas décadas que favoreceu que a extrema-direita brasileira divulgasse suas literaturas e narrativas.

A primeira foi formulada a partir de produções acadêmicas dos últimos vinte anos em que também fazem parte desse acervo as diversas produções feitas para os cinquenta anos do golpe que levou os militares ao poder. Essas produções tinham como principal foco relembrar os direitos humanos violados pelo governo ditatorial e, também, revisar algumas afirmações sobre o período que – a partir de novas fontes, relatos e controvérsias – foi possível compreender alguns “equivocos”. Dentre essas obras e autores podemos citar *A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*, escrita por Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta em 2014 e os artigos científicos escritos por Carlos Fico e Mariana Joffily, que se dedicam a fazer esse revisionismo citado.

Em contrapartida podem-se citar os trabalhos de Demian Bezerra de Melo que, ao criticar alguns dos principais postulados de Daniel Aarão Reis, estabelece um debate importante sobre questões conceituais acerca do pré e pós-golpe de 1964, norteado principalmente pela conceituação do golpe como civil-militar e/ou empresarial-militar.

A segunda foi fomentada pelo surgimento de novas fontes escritas e novos relatos de indivíduos que participaram diretamente ou indiretamente dos aparatos repressivos e da luta armada brasileira. A partir dessas é possível rever algumas questões já postuladas e debater novas questões, como é o caso da obra *A Revolução da VPR – A Vanguarda Popular Revolucionária (2011)*, organizada por Carla Luciana Silva, na qual é possível se debruçar sobre relatos daqueles que participaram diretamente nas organizações contrárias à ditadura. Sabe-se que já há grandes obras e documentos sobre essas organizações, porém, eram focadas nas suas relações com o governo ditatorial e as contradições teóricas e práticas, como é o caso do *Combate nas Trevas (1985)* escrita por Jacob Gorender, ex-militante do PCB. Em *A Revolução*

da VPR – *A Vanguarda Popular Revolucionária (2011)* é possível analisar as relações interpessoais dentro de cada organização, análise imprescindível para entender as dissidências e, também, o não êxito dessas organizações em tomar o poder.

O trabalho de Carla Silva não é o primeiro a tratar da história da VPR e a autora faz questão de advertir que não pretende ter escrito uma “história cabal” daquela organização. Pode ser, mas as páginas a seguir estabelecem um novo patamar para os estudos sobre a história da VPR. O livro é construído a partir do paciente entretecer de fios provenientes de romances distintos: ora as intervenções públicas, as teses e proclamações, as opções estratégicas e táticas e suas tensões, ora os espaços privados, a família, a sexualidade, os tabus e silenciamentos, a memória (Coelho, 2021, p. 15-16).

Em contrapartida a esta nova obra, que abriga relatos dos militantes, temos o *Orvil – Tentativas de Tomada de Poder (2012)*, obra produzida nos anos 1980, que ficou restrita às altas patentes do exército brasileiro, sendo difundida a um público amplo apenas em 2012. Mesmo já sendo objeto de estudo para alguns historiadores (Figueiredo, 2009; Brandão, 2012; Leite, 2012) é cabível uma análise específica de cada assunto abordado na obra, pois trata-se de uma obra extensa e extremamente complexa, diretamente relacionada à narrativa difundida no Brasil nos últimos anos.

De fato, a família do ex-presidente Bolsonaro não esconde a admiração pelo livro. Em 2015, temos o registro em vídeo do falecido astrólogo/filósofo Olavo de Carvalho, ex-conselheiro pessoal do ex-presidente até a sua morte em 2022, agradecendo à família Bolsonaro por receber uma cópia do *Orvil – Tentativas de Tomada de Poder (2012)*<sup>2</sup>. Vale destacar que a concepção de *Orvil (2012)* foi pensada como uma resposta ao livro *Brasil: Nunca Mais (1985)*, que denunciava os crimes da ditadura. Por sua vez, a republicação em 2012, segundo o General Reformado Geraldo Luiz Nery da Silva, autor do prefácio, foi uma resposta à criação da Comissão Nacional da Verdade. Ou seja, esses fatos ligam o *Orvil (2012)* diretamente à conjuntura política da última década no Brasil.

Ressalta-se que haverá capítulos específicos para tratar das principais organizações que lutaram contra a ditadura civil-militar, esta ponderação se refere à importância de rever a historiografia sobre o período visando as novas obras e fontes.

Houve um crescente interesse pelos debates até então considerados consolidados, porém, não só por parte da historiografia, que, quando necessário, reveem os documentos e reanalisam os eventos históricos. Após o Golpe que tirou a ex-presidente Dilma Roussef do poder em 2016, intensificou-se – através do lançamento da campanha para as eleições

---

<sup>2</sup> Orvil - Tentativas de Tomada de Poder - Guerrilha antes e depois de 1964 - Livro de Exército. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UK-fvzJ8fD4>> Acesso em: 25/08/2023.

presidenciais em 2018 do até então deputado federal e ex-capitão do exército brasileiro, Jair Messias Bolsonaro – uma atmosfera de questionamento sobre os eventos que ocorreram no Brasil entre 1964 e 1985. Isto se deu principalmente pelo alcance tanto na mídia formal, informal, e nas redes sociais, do até então candidato que era simpatizante daqueles que estavam no poder durante o período da ditadura civil-militar brasileira, agravando-se a situação após a vitória do candidato em 2018.

Os apontamentos feitos por Bolsonaro fizeram com que se chegasse à conclusão de que a memória sobre o período da ditadura civil-militar brasileira ainda permanecia com várias incógnitas para uma parcela significativa dos brasileiros. Tendo em mente que o ex-capitão do exército foi vitorioso nas urnas em 2018<sup>3</sup>, foi perceptível que grande parcela da população, após cinco décadas de golpe, ainda se mostrava favorável e simpatizante do terrorismo de Estado implantado no Brasil em 1964. Porém, vale ressaltar que esse apoio ao golpe de 1964 e a defesa da volta da ditadura não surgiu com Bolsonaro, mas ambos foram potencializados, ganhando voz pública.

Parte dessas implicações citadas acima sobre memória e olhar fraterno para o período da ditadura civil-militar, deflagrou-se principalmente, mas não unicamente, pela conjuntura política da abertura para a democracia em 1985, o mantimento das mesmas elites políticas e econômicas no poder após o fim da ditadura e a falta de punição daqueles que cometeram crimes durante o período. Outro motivo dessa “disputa pelo passado”, como afirma Balestra (2016), foi a fragilidade como a democracia brasileira foi criada após a ditadura civil-militar. Em comparação com a Argentina, por exemplo, país que viveu o Terrorismo de Estado<sup>4</sup> em período próximo ao brasileiro, Balestra (2016) destaca o que é feito durante as datas redondas que remetem ao período ditatorial no Brasil.

[...] a data que lembrou o cinquentenário do golpe, o dia 31 de março de 2014, foi marcada por ambiguidades. Enquanto organizações populares, ex-presos políticos, familiares de militantes mortos e desaparecidos e diversas

---

<sup>3</sup> Jair Messias Bolsonaro foi eleito presidente com 57,8 milhões de votos em 2018. Fonte: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/apuracao/presidente.ghtml>> Acesso em: 11/08/2023

<sup>4</sup> O Terror de Estado ou Terrorismo de Estado é o período considerado de maior autoritarismo estatal no qual o conceito pode ser atribuído aos diversos momentos das ditaduras latino-americanas. No Brasil o Terror de Estado é implantado com a instauração dos Atos Institucionais n.º 5 em 1968 e dos Atos n.º 13 e 14, a Lei de Segurança Nacional e de uma nova constituição promulgado no recesso do Congresso Nacional em 1969.

Para Padrós (2008, p. 153) “O recurso ao **terror de Estado** e a intensidade da sua implementação estão diretamente relacionados à dimensão da percepção da ameaça a que se vêem expostos os setores dominantes, ante o questionamento popular do sistema de legitimidade em que se tem fundamentado a dominação de classe. Ou seja, enquanto parte integral da luta de classes, o objetivo do **terror de Estado** tem propósitos políticos específicos: derrotar os movimentos populares organizados, destruir projetos de mudança do *status quo* da propriedade, da relação capital-trabalho e/ou da distribuição da riqueza social e destruir as instituições políticas e sociais democrático-representativas (Padrós, 2008, p. 153, grifo meu)”.

universidades e centros de ensino fizeram uma série de atos públicos de “(des)comemoração” para discutir a violação dos direitos humanos durante a última ditadura, diversos civis e alguns militares aposentados se reuniram na principal Avenida de São Paulo, a Avenida Paulista, para festejar os 50 anos da chamada “Revolução Redentora”. Os manifestantes cantaram “Parabéns” em torno de bolos de aniversário, disseram que o Brasil vive o comunismo. Aos que vaiassem, respondiam: “Vai pra Cuba” (Balestra, 2016, p. 250).

Em 2015, mais do que comemorar a “Revolução de 64”, centenas de pessoas que participaram das manifestações contra o governo do país pediram a “volta” da ditadura militar” (Balestra, 2016, p. 250).

Na Argentina,

[...] parece pouco provável que setores organizados da população ousassem vir a público realizar tais reivindicações. No país, o dia 24 de março, dia do golpe na Argentina em 1976, nunca deixou de ser lembrado como um dia de luta pelo reconhecimento e julgamento do passado. Desde 2002, a data foi instituída como “*Día Nacional de la Memoria por la Verdad y la Justicia*” e marca a realização de diversas atividades para lembrar as vítimas do “*terrorismo de Estado*” e pedir a prisão de todos os “*genocidas*”. Em Buenos Aires, desde que foi instaurada a democracia no país, nessa mesma data, organizações de direitos humanos e familiares de desaparecidos políticos convocam a realização de uma marcha entre o Congreso Nacional e a Casa Rosada, pedindo não só punição e justiça para os responsáveis pelas atrocidades cometidas durante o regime, mas também o fortalecimento da atual democracia (Balestra, 2016, p. 251).

Apesar da construção frágil da democracia após o fim do período ditatorial, marcado também pela impunidade, o esquecimento do passado recente e as disputas pelo que “verdadeiramente” aconteceu é uma questão a ser debatida no âmbito do ensino de história, pois Bolsonaro sozinho não se elegeria, parte da população foi e é conivente com a tortura, tanto jovens quanto adultos.

Na Argentina, apesar da sua construção exemplar da memória sobre a ditadura e punição dos seus criminosos, também houve ascensão da extrema-direita conversadora a partir de 2023 com a vitória de Javier Milei nas eleições presidenciais.

Em março de 2024, no aniversário do golpe de 1976 na Argentina — em meio às manifestações contra à ditadura — o governo de Javier Milei publicou um vídeo relativizando a ditadura no país, o discurso se alinha ao repercutido pela extrema direita brasileira no governo Bolsonaro, que compactua com os ideais negacionistas e questiona a versão dos historiadores sobre o período.

No vídeo, pontua-se que a versão dos militares argentinos não foi ouvida.

Fico (2004), assim como Balestra (2016), ressalta a importância das datas redondas e comemorativas referentes ao golpe de 1964 e, também, aos eventos que ocorreram entre o ano do golpe e 1985. Como exemplo pode-se citar a comemoração dentro do período da ditadura

civil-militar em alusão ao 7 de setembro, referente à independência do Brasil, na qual as festas tenderam a ter o caráter patriota. No 7 de setembro de 1972 foi trazido ao Brasil parte do corpo de Dom Pedro I que seguiu em cortejo na Avenida Paulista, ato que após 50 anos de Golpe parecia ser específico do período.

Como forma de restaurar a memória da ditadura civil-militar e das suas formas de comemorações, Bolsonaro, não coincidentemente, no bicentenário da Independência do Brasil (7 de setembro de 2022) trouxe o coração de Dom Pedro I ao Brasil, que em 1972 havia ficado em Portugal. Este fato não é isolado no que se refere às várias tentativas que o ex-presidente, entre 2019 e 2022, referenciou-se direta ou indiretamente ao regime. A necropolítica<sup>5</sup> do governo Bolsonaro foi minimamente pensada como saudosismo ao período da ditadura civil-militar brasileira, tendo suas aproximações estreitas com o “manual” da extrema-direita, o *Orvil* (2012).

As aproximações, heranças e formas de fazer política da ditadura civil-militar, rememoradas na prática pelo governo de Jair Bolsonaro, servem como justificativa para as reanálises feitas neste trabalho sobre a discussão entre memória, passado, e ensino de história sobre o período. Não haveria quaisquer justificativas se o primeiro ato saudosista de Bolsonaro referente à ditadura fosse fortemente rechaçado pelos seus colegas de governo e eleitores, o que aconteceu foi um movimento contrário, a cada ato de necropolítica, retórica do medo e ofensas às minorias sociais, Bolsonaro foi amplamente aplaudido e apoiado, até mesmo quando suas políticas de Saúde Pública foram responsáveis por milhares de mortes durante a Pandemia da Covid-19 entre 2020 e 2022<sup>6</sup>.

Na perspectiva de confronto de narrativas das macroestruturas da história sobre a ditadura civil-militar, destaca-se de os debates gerais que rondaram a historiografia e a opinião pública, como as causas do golpe, as objeções sobre como e quais setores da sociedade brasileira participaram direta ou indiretamente do regime, as torturas e a responsabilização dos indivíduos atuantes na repressão. Desta forma, os debates sobre questões específicas também tomaram conta das discussões historiográficas e públicas, como o caso das organizações de esquerda e/ou de luta armada no Brasil.

---

<sup>5</sup> Para Achille Mbembe, a necropolítica baseia-se nas políticas públicas e modos de governo direcionados para a “produção sistemática da morte como a guerra, homicídio e suicídio” (Almeida, 2021). Durante o governo Bolsonaro o conceito foi aplicável devido à simpatia com os torturadores responsáveis por violarem os direitos humanos durante a ditadura civil-militar brasileira e também às políticas aplicadas durante a Pandemia da Covid-19 que ocasionaram diversas mortes no Brasil entre 2019 e 2021.

<sup>6</sup> Em julho de 2022, o *L'Institut de recherche pour le développement* publicou um artigo sobre a os efeitos da gestão de Bolsonaro na mortalidade da Covid-19 no Brasil. Disponível em: <https://pt.ird.fr/que-efeito-teve-gestao-do-presidente-bolsonaro-na-mortalidade-por-covid-19-no-brasil>. Acesso em 07/09/2023

Os debates em torno dessas organizações, como afirma Denise Rollemberg (2007, p. 45) foi fomentado a partir dos anos 1990 a partir do acesso à documentos e acervos referentes a esses grupos. Outros fatores que possibilitaram o crescimento do debate nas duas últimas décadas sobre essas organizações, foram as entrevistas com o ex-membros dessas organizações e o acesso à documentos dos órgãos repressivos advento da Lei de Acesso à Informação e a Comissão Nacional da Verdade.

As organizações de esquerda e/ou luta armada são sinônimos do conceito geral de organizações contrárias à ditadura civil-militar brasileira que este trabalho discute. A escolha do conceito distinto dos usados por grande parte da historiografia, diz respeito à possibilidade de não encarar essas organizações paralelamente aos partidos de esquerda e pelo peso que a nomenclatura tem no Brasil nos últimos anos, associada as pautas progressistas, de gênero e raça, estas existiam entre membros destas organizações, porém, o foco dos guerrilheiros eram a revolução — uma esquerda revolucionária.

As pautas de classe, gênero e raça, foram consideradas pela pesquisadora Carla Luciana Silva (2021, p. 259) como problemas invisíveis ao se referir à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), para a autora:

Mesmo sendo a VPR tão assentada no trabalho feminino, pouco se falou das dificuldades que enfrentavam mulheres e gays naquela organização. Ela não existiu sem fortes e bravas mulheres, foi comandada por dois homens gays, não foi capaz de produzir uma reflexão sobre esses temas, e jamais deu condições para que os militantes tenham tornado públicas sua orientação sexual (Silva, 2021, p.259).

Portanto, opto por usar o conceito de organizações contrárias à ditadura civil-militar brasileira, para que para um público amplo, estas organizações não sejam confundidas com conceituação de esquerda concebida principalmente pela intensificação da polarização política no Brasil nos último dez anos.

Para Angelo (2014) existe uma “parte considerável da bibliografia sobre a guerrilha no Brasil, que é tão ou mais ampla do que a dedicada ao golpe de 1964 em si” (p. 62), segundo o autor, diversos historiadores se debruçaram sobre a esquerda armada no Brasil:

Por ocasião dos quarenta anos do golpe, Fico (2004) publicou um guia bibliográfico relacionando mais de mil títulos que tratavam de diferentes aspectos da ditadura. Em relação à luta armada, especificamente, o autor elencou uma centena de trabalhos a respeito. Pouco tempo antes, Ridenti (2001) já havia publicado uma relação de títulos dedicados apenas à esquerda que pegou em armas. Embora “longe de ser completa”, como advertiu o autor, a lista continha mais de duzentos trabalhos (Angelo, 2014, p. 62).

Diante disso, é notável o interesse de historiadores em pesquisar sobre as organizações armadas que atuaram durante a ditadura civil-militar brasileira, portanto, questiona-se também neste trabalho dissertativo, os motivos das omissões e apagamentos dessas organizações que no ensino de história e no livro didático e os problemas na construção do conhecimento histórico sobre esses grupos.

Em síntese da análise dos livros didáticos no segundo capítulo, no qual constata-se a ausência desses grupos nas narrativas sobre a ditadura civil-militar, é possível verificar que o ensino de história em aspectos relacionados ao golpe de 1964 e a ditadura que se instaurou após, não acompanhou as tendências historiográficas sobre o período, principalmente aquelas relacionadas ao revisionismo sobre o período, que será discutido nas linhas que seguem.

### **1.1 A nova historiografia da ditadura civil-militar brasileira**

Os estudos sobre a literatura militar que se referem ao período da ditadura civil-militar brasileira, apesar de não inéditos, em sua maioria são estruturados a partir da observação das contranarrativas presentes nas obras, essa perspectiva tem sua validade, uma vez que grande parte das obras propostas por militares têm esse objetivo. Porém, cabe ressaltar que as narrativas presentes nessas obras refletem não somente a perspectiva de quem estava no poder sobre os acontecimentos.

A tentativa de “reescrever” a história objetiva confrontar os documentos, livros e documentos oficiais elaborados e analisados por historiadores e cientistas políticos, que também se debruçaram sobre o mesmo período, e construir a longo prazo lacunas sobre o período que não existiam, lacunas que de fato obtiveram certa relevância nas últimas décadas, tanto nas obras dos militares quanto nos intelectuais de direita. Verifica-se a necessidade de justificar o golpe de 1964, buscando elementos relacionados à segurança nacional, defesa da família, anticomunismo e avanço econômico.

A obra *Orvil – Tentativas de Tomada do Poder (2012)*, citada anteriormente neste trabalho, foi escrita pelo tenente José Conegundes do Nascimento e pelo tenente-coronel Lício Maciel, os dois militares tiveram importante participação na operação na Guerrilha do Araguaia que foi comandada pelo último, ambos foram denunciados pelo Ministério Público em 2012 por crimes na ditadura. Outra obra importante para a discussão é *A Verdade Sufocada: A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça (2006)*, escrita pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, torturador durante o período da ditadura civil-militar brasileira. Ambas têm arcabouço teórico e prático sobre os militares por esse motivo não há como analisar o seu

conteúdo em sua totalidade. Portanto, nos atentaremos a essas literaturas militares apenas às questões referentes à sua construção e importância no meio militar.

O projeto *ORVIL* (livro ao contrário) foi pensado como forma de retaliação em face da publicação da obra *Brasil Nunca Mais (1985)* que denunciou os crimes realizados pelas forças armadas durante a ditadura no Brasil, desta forma, os militares confrontam as versões escritas por jornalistas, cientistas políticos e historiadores sobre o período, gerando assim a necessidade de os militares justificarem os excessos cometidos no período. A obra segue a narrativa que a “revolução”<sup>7</sup> de 1964 foi necessária para manter a ordem no país e através da Guerra Revolucionária combater o inimigo interno, e que os excessos cometidos pelos militares foram apenas uma reação aos “atos terroristas” de grupos subversivos.

O comunismo, a revolução e a luta armada, são os principais obstáculos a serem combatidos, porém, o *Orvil* contextualiza o que seria esse marxismo, o comunismo, antes de entrar na prática de combate. Trata conceitos do próprio marxismo de forma pejorativa, sendo a luta de classes um dos problemas envolvidos, e usa principalmente a busca pela ditadura do proletariado como exemplo para dizer ao leitor que a esquerda estava tentando tomar o poder, e por isso teve que intervir. Essa intervenção heroica dos militares está presente em vários momentos da obra, o que chama atenção é a forma como se assumem os excessos pelos militares, mas sempre justificando como se fosse uma resposta aos “terroristas” (Alves, 2022, p. 24).

A obra é organizada em quatro partes em ordem cronológica crescente partindo de 1922, ano da criação do Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC), que mais tarde seria o rosto do Partido Comunista Brasileiro (PCB), seguindo a ordem:

1ª Parte – A primeira tentativa de tomada do poder (1922-1954)

2ª Parte – A segunda tentativa de tomada do poder (1955-1964)

3ª Parte – A terceira tentativa de tomada do poder (1964-1973)

4ª Parte – A quarta tentativa de tomada do poder (1974-?⁸)

Para os militares, as tentativas de tomada do poder que organizam a obra são os eventos organizados pela esquerda subversiva para tomar o poder no Brasil. A partir dessas tentativas, a necessidade de combatê-las se tornou a justificativa para o golpe de 1964 e também para a instituição da repressão durante o período.

Para os militares, a partir do Manual de Guerra e da Escola Superior de Guerra (ESG), combater o inimigo interno era necessário para manter a ordem no país, essas formas de

---

<sup>7</sup> De acordo com a obra *Orvil – Tentativas de Tomada de Poder (2012)* o evento ocorrido em 1964 no Brasil é caracterizado como “revolução”, termo considerado incorreto e anacrônico e partir das produções historiográficas sobre o período.

<sup>8</sup> A obra considera que a quarta tentativa de tomada do poder iniciada em 1974 ainda estava em execução à época em que a obra estava sendo construída no final da década de 1980.

combate são detalhadas em toda a obra que conta com metade do conteúdo destinado ao acervo dos militares sobre as organizações contrárias à ditadura civil-militar.

As ações da luta armada, segundo os autores, foi o ponto de partida para a pesquisa:

No final dos anos sessenta, diversas organizações clandestinas de corte comunista iniciaram uma nova tentativa de tomada do poder, desta vez por meio da luta armada.

Ao iniciarmos as pesquisas para este trabalho, nosso objetivo era estudar os fatos que compõem esse episódio entre os anos de 1967 e 1973. Pelo conhecimento que tínhamos, tal período enquadrava os anos em que a luta havia sido mais acirrada e violenta (Nascimento; Maciel, 2012, p. XV).

Desta forma, é cabível aqui destacar que os militares não agiam sem uma forte linha teórica que os guiavam, na obra é possível perceber as fortes influências da Escola Superior de Guerra e da formação na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), mais ainda, se debruçaram com dedicação em obras marxistas a fim de entender as fases em que a revolução comunista estaria e quais medidas seriam tomadas para derrotá-la.

A literatura militar é repleta de citação à Marx, Engels, Lênin e Mao Tse-Tung, o que demonstrava forte conhecimento das linhas teóricas e práticas seguidas pela maioria das organizações e pelo PCB antes mesmo de 1964.

Distintamente do Projeto *ORVIL*, a obra “*A Verdade Sufocada: A história que a esquerda não quer que o brasil conheça*”, segue uma linha estritamente factual e menos teórica, nela são postas as práticas feitas pelo então chefe do DOI/CODI/II, entre os anos de 1970 e 1974, que esteve na frente de combate às organizações que atuavam contra o regime.

Os fatos descritos na obra têm a pretensão de convencer o leitor de que os militares estavam combatendo forças que pretendiam tomar o poder da nação. Diferente do *Orvil* (2012), que destacava as linhas teóricas, práticas e apresentava documentos do período, a obra de Ustra não é escrita para militares, e sim para o público amplo em que o principal objetivo era convencer a opinião pública. A relação entre o *Orvil* e a obra de Ustra deve-se à forte influência que o primeiro teve na construção do segundo contando em seu prefácio uma “homenagem aos companheiros do Projeto Orvil”<sup>9</sup> [s.p]. Mais ainda, a obra do Coronel Ustra faz severas críticas à obra *Brasil: Nunca Mais* (1985), questiona os documentos levantados para a pesquisa no Tribunal Militar de São Paulo e o acusa de não mencionar os “atos terroristas” realizados pela luta armada, o que se serve para fortalecer os laços de comunhão entre as duas obras: as

---

<sup>9</sup> Para esta pesquisa se utilizou a 3ª Edição do livro de 2007 de um ano após a sua publicação, atualmente a obra conta com onze reedições com novos capítulos e colaboradores.

narrativas heroicas dos militares, o forte ressentimento com a historiografia por não considerar essas narrativas e a busca pela legitimidade do golpe.

Dentro das ações consideradas terroristas na obra de Ustra, o autor enfatiza o ataque ocorrido no aeroporto de Recife em 1966, atribuindo à Ação Popular a autoria do ato. Para o autor o ato é considerando o prelúdio da luta armada no Brasil, o ataque – que tinha como objetivo atingir o general Costa e Silva que se deslocava para a cidade – atingiu diversos civis que estavam nas proximidades, porém, os dados apresentados na obra divergem das obras de historiadores e até mesmo do *Orvil*. De acordo com o projeto *ORVIL*, no ano em que foi realizado o atentado havia apenas uma organização que atuava na cidade, o Partido Comunista Revolucionário (PCR), para Gorender (1987) a ação contra o general Costa e Silva foi realizada por grupos paralelos ligados a AP que atuaram individualmente sem autorização da organização.

Para Alves (2022) a ação serviu como negócio lucrativo para fomentar as narrativas contra essas organizações e mais tarde justificar a implementação do Ato Institucional n.º 5.

O ato no aeroporto foi usado pelos militares como exemplo do perigo que essas organizações levavam não só ao governo, mas também para inocentes, tendo em vista que diversos civis ficaram feridos na explosão no aeroporto. Apesar do ato ser condenado pela Ação Popular, que não tinha ciência das ações dos militantes, e mais tarde foram apontados como grupos paralelos à Ação Popular, a narrativa apresentada pelos militares foi de homogeneidade das organizações e a classificação de ato terrorista das mesmas, mesmo sendo comprovado que a AP não apoiava esse tipo de atuação e que após o ocorrido ordenou o esfacelamento dos comandos armados e paralelos (Alves, 2022, p. 45).

Nesse sentido, as obras dos militares seguem a mesma receita referente à luta armada, nas quais se referem às organizações que aderiram como homogêneas, e principalmente, desconsideram que as dissidências de membro que ocorriam dentro delas tornavam o atrelamento de ações às organizações uma hipótese insustentável.

Por se tratar de uma obra recente (publicada somente em 2012), para realizar uma análise completa de seus diversos nuances, e não somente à perspectiva factual dos autores militares sobre o período ditatorial brasileiro, é necessário que se considere a obra como parte de um escopo literário da direita brasileira que tem como objetivo ressignificar as narrativas sobre período relacionando-as com a contemporaneidade (Oliveira; Santiago, 2019).

Mais ainda, para uma análise comparativa objetiva referente ao uso dessas obras para propagarem os discursos de extrema direita no Brasil da última década deve-se realizar uma análise profunda, pois é preciso considerar a complexidade conceitual e a extensão dessas obras.

A recente publicação dessas obras e sua relação com a conjuntura política recente do Brasil enquadra essas possíveis análises à história do tempo presente que necessitam de abordagens específicas para que se evite as paixões do historiador, “não se trata de outra História, tampouco de uma exótica experiência ou aventura em relação ao que seria uma estrutura consolidada” (Lohn; Campos, 2007, p. 100), mas com métodos e renovações no campo historiográfico dispostas principalmente pela “Nova História”.

## **1.2 Literatura e narrativa dos Militares e as produções recentes: negacionismo e/ou revisionismo?**

“Reescrever” a história é um dos principais objetivos daqueles que tentam manipular postulações feitas pela historiografia quando essa os põe como opressores dentro da história. Assim, o revisionismo pode ser uma via de mão dupla, ao mesmo tempo em que serve para fazer novas análises a partir de novos documentos e relatos pode também servir como material “bélico” para fortalecer o discurso negacionista.

Segundo Napolitano (2021, p. 86-87), o negacionismo histórico é o produto de narrativas sem fundamentação científico sobre determinado evento histórico:

A primeira distorção é o recurso à mentira pura e simples sobre um evento ou fato histórico comprovado por fontes e por consenso de historiadores (independentemente das interpretações que se possa fazer sobre suas causas ou desdobramentos), conhecido pelo nome de *negacionismo* (Napolitano, 2021, p. 86).

Em complementação, o autor destaca que as narrativas históricas também podem passar por um revisionismo ideológico (Napolitano, 2021, p. 86-87), isto é, o uso de fatos históricos comprovados pela historiografia “sem a devida complementação de informações” (Napolitano, 2021, p. 86-87). Este revisionismo ideológico está presente não apenas nos discursos públicos feitos por figuras da extrema-direita brasileira, mas também em grande parte da literatura militar que tenta “reescrever” o período da ditadura civil-militar brasileira.

Portanto, usaremos apenas revisionismo quando nos referirmos a aquele produzido por historiadores e pautados dentro dos métodos e tratamento de fontes propostos pela ciência história, enquanto o revisionismo ideológico se refere à “reescrita” da história por não historiadores e/ou com narrativas que visam beneficiar determinados grupos, omitindo informações necessárias para compreensão sobre o período e/ou evento histórico.

Não somente eventos e períodos históricos estão à mercê do revisionismo ideológico, grupos e indivíduos também são passíveis de sofrerem nessas narrativas, como o caso das

organizações citadas neste trabalho, em que diversas vezes — em literaturas militares — seus atos desconectados da realidade histórica, são usados como justificativa para o tratamento delas como terroristas e para os crimes cometidos contra seus membros e familiares.

Esses meios para revisitar eventos históricos com a finalidade de encontrar formas de negar acontecimentos está presente em diversos eventos históricos e não somente ligado à ditadura civil-militar brasileira, como exemplo temos uma forte onda negacionista na segunda metade do século XX que, com o uso do revisionismo ideológico, estabelece que não houve genocídios contra judeus, ciganos e indivíduos considerados inferiores na Alemanha nazista, como aponta Pierre Vidal-Naquet nas primeiras páginas do seu livro *Os assassinos da memória* de 1988.

Apesar de Vidal-Naquet (1988) criticar o revisionismo, ele se refere aos autores revisionistas que tentaram minimizar e negar o holocausto, a crítica ao revisionismo ideológico realizada pelo autor serve como direcionamento para a crítica às obras que negam que houve uma ditadura no Brasil e a consideram uma “revolução”. Vale destacar que os posicionamentos não se limitam apenas ao debate sobre se houve ou não a ditadura, mas também às torturas e desaparecimentos que ocorreram durante o período da ditadura brasileira.

O revisionismo dentro da academia surgiu frente às demandas referentes aos grupos apagados historicamente e à necessidade de suas narrativas serem postas na historiografia, uma vez que a historiografia tradicional escreveu a história a partir da perspectiva dos vencedores, omitindo e/ou não considerando o ponto de vista dos grupos socialmente marginalizados.

Parte desse revisionismo rompe diretamente com os pressupostos de Leopold Von Ranke (1795-1886) que considerava a história política e as fontes oficiais como únicas para o debate historiográfico. Esse rompimento foi fomentado principalmente com o advento da *La nouvelle histoire* que possibilitou o uso de fontes até então não tradicionais para a pesquisa histórica. Peter Burke (1992), ao conceituar a Nova História, postula que é mais fácil dizer aquilo que ela não é, isto é, aquilo a que ela se opõe: ao “paradigma” tradicional (Thomas Kuhn, 1961) e à “história rankeana” (1992, p. 2).

A Nova História, a partir das coleções do historiador francês Jaques Le Goff, “novos problemas”, “novas abordagens” e “novos objetos” (Burke, 1992, p. 2), à luz da proposta da Escola dos *Annales*, possibilitou que eventos e principalmente sujeitos fossem inseridos na narrativa histórica, viabilizando o revisionismo de eventos que antes consideravam apenas os documentos oficiais, geralmente, escrito pelos “vencedores”. Tal discussão foi responsável pelo surgimento dos novos campos da histórica, como a história social, junção da ciência histórica

com a antropologia. Tal debate é intrínseco ao deste trabalho, pois possibilita estabelecer um prospecto dos problemas inerentes ao revisionismo histórico.

A necessidade latente de inserir os grupos antes estigmatizados e escrever sobre eles rondaram o meio acadêmico nas últimas décadas, mais ainda, grupos sociais bateram nas portas das universidades exigindo que fosse revisto o que antes já havia sido escrito, mas que não considerou o “ponto de vista” desses sujeitos, para Rocha e Prates (2021).

Nas últimas décadas, ficou muito patente para os profissionais da História que alguns silêncios sobre os passados vistos, vividos e rememorados por muitos setores e variados grupos sociais, tornou-se intolerável. Assim, demandas por passado de grupos historicamente estigmatizados e oprimidos exigiram respostas à academia e às outras diversas instâncias de produção de narrativas históricas. Esse processo positivo possui importantes implicações políticas para nós, que trabalhamos com a História, visto que trata também da desconstrução de silenciamentos por meio de rigorosas e extensas revisões históricas que, em grande medida, contribuem com a democratização de narrativas sobre o passado que não são as hegemônicas (p. 4).

Entretando, ao mesmo tempo em que as reivindicações de narrativas necessárias surgiam, emergia também o movimento contrário. Determinados grupos também começaram a “reescrever a história” a partir de suas perspectivas, porém, ao contrário do que ocorreu a partir da Escola dos *Annales* essas narrativas “reescritas” passaram a ter caráter negacionista em relação ao que já havia sido escrito no Brasil, sendo o período da ditadura civil-militar o que mais sofre(u) com a instauração dessas narrativas reacionárias.

Acentua-se que estamos diante de um conflito de duas categorias de narrativas que influenciam diretamente a opinião pública sobre o período da ditadura no Brasil e suas estruturas: a) as narrativas produzidas por cientistas políticos durante a década de 1980, as escritas por historiadores após o processo de redemocratização e a bibliografia produzida no início dos anos 2000, fomentada pelo acesso a documentos através da Lei de Acesso à Informação e a Comissão Nacional da Verdade, esta que em grande parte se aplicou ao ensino de história e que — apesar das incompletudes — foram absorvidas nos livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). E b) as narrativas elaboradas fora da historiografia e das ciências humanas, e não produzidas no meio acadêmico. Suas principais produções datam ainda da vigência do período ditatorial, escritas por militares, buscam legitimar as ações ocorridas entre 1964 e 1985, essas narrativas foram fomentadas nos últimos dez anos nos meios de comunicação e mídias digitais que se apropriaram dos discursos dessas literaturas e as reproduziram para fins, principalmente, mas não único, de ascensão política.

Conceitua-se essas narrativas como negacionistas por não considerarem a produção científica produzida sobre o período, e por terem como objetivo contrariar as postulações sobre os crimes cometidos e os direitos humanos violados pelos militares e por aqueles que os financiavam.

Além das obras publicadas por simpatizantes ao Terrorismo de Estado em períodos próximos à ditadura, como o *Orvil – Tentativas de Tomada do Poder (2012)* e *A Verdade Sufocada – A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça (2006)*, as produções referentes a essa “reescrita da história” sobre o período não se reservam apenas aos documentos escritos, há uma crescente demanda de grupos que realizam organizadamente e institucionalmente esses discursos. Cita-se aqui o grupo Brasil Paralelo, grupo de extrema-direita construído com o objetivo de “reescrever a história” como aponta Paulo (2020).

Em entrevista ao “Boletim da Liberdade”, Filipe Valerim, “rosto” da empresa, constrói a narrativa fundante da Brasil Paralelo. Segundo ele, a produtora, criada em Porto Alegre seria resultado dos esforços de um grupo de jovens comuns que, na conjuntura da reeleição de Dilma Rousseff, toma emprestado duas câmeras, algum dinheiro a juros e uma sala de seis metros quadrados para produzir conteúdo de defesa de um novo modo de fazer política e de uma nova forma de contar a história do Brasil (Paulo, 2020, p. 101).

Portanto, um dos objetivos do grupo além de romper com a produção historiográfica produzida no meio acadêmico, é fomentar uma aversão à política vigente no período protagonizada por mais de uma década pelo governo Lula e Dilma Rousseff. Além dos objetivos acima citados há o questionamento sobre o sistema educacional brasileiro, incluindo ataques ao educador Paulo Freire, porém, nos atentaremos aqui aos discursos de extrema-direita – ligados às obras do período citadas acima – que foram disseminados nas redes sociais em uma conjuntura em que houve parte da ascensão da extrema direita no Brasil.

A preocupação em “reescrever” a história pelo grupo Brasil Paralelo não está relacionada apenas à produção de obras, vídeos e textos, o grupo também tem ligações com cursos de formação de professores de História, de acordo com notícia publicada em junho de 2024 pelo Instituto Conhecimento Liberta (ICL). O curso de história oferecido pelo Centro Universitário Ítalo Brasileiro tem o apoio do grupo, que não é somente financeiro, de acordo com a própria instituição o grupo é responsável pela elaboração do currículo do curso e tem seus professores ligados a ele.

Portanto, a propagação de narrativas negacionistas caminha a passos largos no Brasil, ao analisar a estrutura do Curso de História oferecido com apoio do Brasil Paralelo destaca-se o “Estudo crítico das várias escolas historiográficas existentes, sem omitir a visão cristã da

História, exposição essa que é muitas vezes esquecida em cursos de licenciatura em História”<sup>10</sup>. Como forma de romper com as narrativas já consolidadas na historiografia, a “visão cristã”, apontada no texto de apresentação do curso, é mais uma forma de atrair um público que já tem fortes tendências a acatar essas narrativas, não coincidentemente, o *slogan* no governo Bolsonaro era “Deus, Pátria e Família”.

No que tange ao corpo docente do curso, destaca-se o coordenador, Rafael Nogueira Alves Tavares da Silva, ex-presidente da Biblioteca Nacional no governo de Bolsonaro entre 2019 e 2022. Sobre Nogueira desataca-se que

Até ser escolhido para gerenciar a mais antiga instituição cultural brasileira, Nogueira era conhecido apenas como discípulo do falecido filósofo Olavo de Carvalho — a quem homenageou com um busto em sua casa e com quem compartilhava, segundo ele mesmo, “o gosto pelo tabaco e pelos cães”.

Nogueira também ministra cursos oferecidos na plataforma da Brasil Paralelo. Em um deles, batizado de “Titãs da Civilização Ocidental”, ele fala por mais de 11 horas sobre “alguns dos maiores autores da Grécia Antiga à Modernidade brasileira”. (Instituto Conhecimento Liberta (ICL), 2024)

Os esforços feitos principalmente por grupos ligados à extrema direita brasileira foram favoráveis para a criação de uma disputa de narrativas constante e não somente sobre a ditadura civil-militar brasileira, mas também no campo das ciências da saúde houve forte negacionismo durante a pandemia da Covid-19 no Brasil, relacionado à eficiência das vacinas contra o vírus e acerca da dimensão que a pandemia poderia ter, o que ocasionou diversas mortes no período, como afirma Ávila (2021), com o avanço das novas direitas no Brasil “o negacionismo está na moda” (p. 162).

Outra discussão pertinente em relação ao negacionismo, e quem o produz, é a quem interessa que essas narrativas sejam divulgadas. Como apontado anteriormente, essas narrativas não são distribuídas pelos meios mais convencionais de divulgação, apesar da extrema-direita brasileira ter associações a grupos de rádio e tv no qual essas narrativas são postas em jogo, não são através delas que atingem o maior público, e sim através das redes sociais.

Para responder o questionamento acima, sobre a quem interessa que as narrativas negacionistas sejam atreladas ao liberalismo econômico, devemos buscar quem financia os propagadores dessas ideologias. Um dos métodos de financiamento do grupo Brasil Paralelo é o “Projeto Mecenaz”, no qual assinantes colaboram mensalmente para financiar as produções do grupo e a oferta de bolsas para quem não tem condições de arcar com os custos dos serviços

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://italo.com.br/cursos/historia/>.

oferecidos. O Projeto Mecenaz, ao contrário do conceito renascentista que carrega, visa projetar essas narrativas para aqueles que não podem pagá-las, isto é, a classe de baixa renda brasileira.

O Projeto é financiado por pessoas físicas e empresários (a quem mais interessa que essas narrativas sejam amplamente divulgadas). De acordo com o site Brasil de Fato (BdF), em pesquisa divulgada em julho de 2024, parte do financiamento do grupo no seu início foi feito por Jorge Gerdau Johannpeter, presidente da siderúrgica Gerdau. O Brasil Paralelo investe majoritariamente em divulgação nos meios digitais através de compra de anúncios em empresas de tráfego digital, o investimento do grupo em anúncios na “meta”, empresa responsável pelas redes sociais Facebook, Instagram e WhatsApp, tornou o grupo o maior anunciante entre 2020 e 2024, ficando à frente até mesmo da Secretaria de Comunicação do Governo Federal (Secom) (Brasil de fato, 2024). Ressalta-se que, apesar das narrativas do Brasil Paralelo e dos Institutos a eles associados andarem de mãos dadas com a extrema-direita, o grupo já demonstrou incômodo ao ter sua imagem associada ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

O grupo, com forte ascensão em 2016, contraria a versão do “rosto” do grupo, tendo em vista que figuras fortes da política brasileira começaram a aparecer em suas produções, questionando assim o seu surgimento esporádico e de baixo orçamento, não coincidentemente essas figuras tinham proximidade com o até então candidato à presidência da república para as eleições de 2018.

[...] Em 2016, no ano de seu lançamento, o site da produtora anuncia a venda de 68 palestras por 360 reais à vista ou 12 x de 36,14. Dentre os luminares da República que deveriam literalmente fazer o público pagar para ver, estão os Ministros da Educação, Mendonça Filho, e do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes; o clã Bolsonaro; além de, é claro, Olavo de Carvalho (Paulo, 2020, p. 103).

Olavo de Carvalho foi conselheiro pessoal de Jair Bolsonaro até a sua morte em 2022, publicamente admirador do *Orvil* (2012) e famoso entre a extrema-direita por suas críticas à esquerda, ao marxismo em todas as suas instâncias. Não é difícil de se concluir que o autodenominado filósofo também “reescrevia a história” em suas obras e em seus artigos no seu *blog* intitulado *Sapientiam Autem Non Vincit Malitia*<sup>11</sup>.

Afunilando a relação entre esses personagens da extrema-direita brasileira é possível perceber que a política brasileira, a partir do golpe de 2016 e a vitória de Jair Bolsonaro em 2018, não é parte de um evento aleatório, foi construído dentro da política, das elites e principalmente a partir do debate intelectual, a partir do qual a memória sobre a esquerda e

---

<sup>11</sup> Tradução literal: “Pois a malícia não vence a sabedoria”.

sobre a ditadura foi essencial para a ascensão da extrema-direita. No contexto de divulgação do antipetismo, a propaganda política nas redes sociais, os escândalos no governo e a produtora de extrema-direita, foram essenciais para a consolidação na memória de parte dos brasileiros que era necessário experimentar algo “novo” na política brasileira para restauração de “valores perdidos”, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade arraigava novos personagens, mas com os mesmos discursos e objetivos.

Indiscutivelmente a extrema-direita fez um reconhecido trabalho de divulgação de suas narrativas e dominou espaços que os pesquisadores e professores de história estavam presentes, porém, em menor número, e mesmo que presente não fizeram uso da mesma forma que os negacionistas: a divulgação da historiografia para um público que fugisse do nicho acadêmico. Em 30/09/2023 o Estadão divulgou uma pesquisa feita pela Universidade Federal Fluminense – UFF<sup>12</sup>, na qual aponta que dentre os dez políticos mais seguidos no TikTok, rede social que no Brasil tem cerca de 88,3 milhões de usuários, a maioria é de centro ou de direita, dentre esses dez apenas um de esquerda, o presidente Lula<sup>13</sup>.

Esses dados sintetizam o pouco alcance dos políticos de esquerda nas mídias sociais e refletem também o grande espaço que a extrema-direita alcançou na mídia. O sétimo colocado, deputado federal Kim Kataguiri (União Brasil), é um dos fundadores do Movimento Brasil Livre (MBL), movimento que, apesar de pertencer à extrema-direita, teve seus problemas com o bolsonarismo, porém, desenvolveu trabalhos importantes para a mídia (internet) no que diz respeito à divulgação do antipetismo, que não respondeu à altura nem com o mesmo alcance às afirmações feitas principalmente durante as eleições presidenciais de 2018.

---

<sup>12</sup> Políticos de direita dominam TikTok no Brasil; veja os mais seguidos na rede jovem. Estadão [online], São Paulo, 30 set. 2023. Política. Disponível em: < <https://www.estadao.com.br/politica/politicos-de-direita-dominam-tiktok-no-brasil-e-se-afastam-da-politica-em-publicacoes/>> acesso em 07 out. 2023.

<sup>13</sup> A associação do Presidente Lula à esquerda está relacionada diretamente ao Partido dos Trabalhadores, ao qual está vinculado desde o início de sua carreira política, porém, há discussões sobre as ações governamentais e alianças políticas feitas pelo presidente quem entram em conflito diretamente com as bases teóricas e práticas de um governo dito de esquerda. Apesar de haver essa crítica ao presidente, é unânime que a oposição de extrema-direita o considera de esquerda.

### Imagem 1 - Ranking de políticos do Brasil com mais seguidores no TikTok

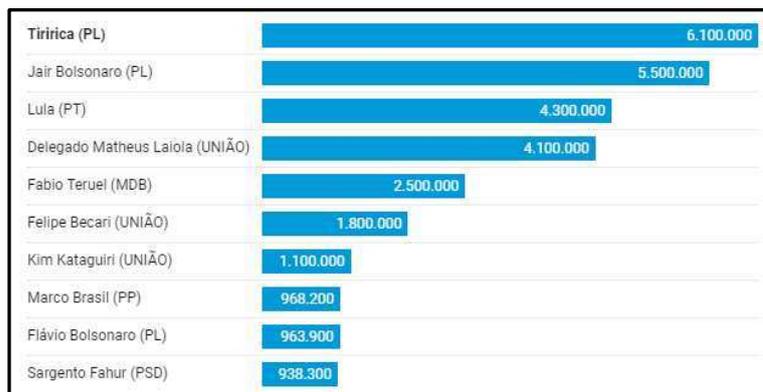


Gráfico: Estadão - Fonte: Universidade Estadual Fluminense - UFF

As produções digitais para propaganda da extrema-direita está presente neste debate, pois pode ser considerada uma extensão daquilo que está documentado de forma escrita. As obras aqui citadas escritas por militares servem como guia para a narrativa que é publicizada digitalmente, essas obras que são comumente citadas não só pelo Brasil Paralelo, mas por outros setores que usam a mídia como propaganda. O próprio Jair Bolsonaro exaltou o autor de *A verdade Sufocada (2006)*, Carlos Alberto Brilhante Ustra, durante votação na Câmara dos Deputados que julgava o *impeachment* da presidenta Dilma Roussef em 2016<sup>14</sup>.

É indiscutível que o ambiente digital levou ao público discussões que não necessariamente estavam restritas ao meio acadêmico, mas tinham um público menor nos espaços em que ocorriam fora da academia: principalmente entre militares e militantes, sujeitos que disputaram narrativas nos livros a partir da década de 1980 e passaram a disputá-las no meio digital. O Santo Graal dos militares, escrito nos anos 1980 está presente tanto nas disputas de narrativas na época que foi escrito quanto nas que ocorreram nos últimos vinte anos.

A obra *Orvil (2012)* ficou restrita às altas patentes do exército, sendo publicada em 2012 pela editora Schoba. Dentre os primeiros pesquisadores a abordarem a obra podemos citar Lucas Figueiredo que, em sua obra *Olho por olho: Os livros secretos da ditadura (2009)*, aborda a construção do *Orvil* e a relação com o projeto *Brasil Nunca Mais (1985)*, obras que foram produzidas no mesmo período com finalidades opostas: a primeira para mostrar as narrativas dos militares e, de certa forma, tendo em vista o contexto em que foi produzida e publicada, justificar os excessos cometidos pelas forças armadas a fim de ir em contraposição às diversas produções sobre o período que condenavam as ações durante o período da ditadura. A segunda

<sup>14</sup> Bolsonaro exalta Ustra na votação do impeachment em 2016. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A>>. Acesso em: 20/09/2023.

obra, organizada por Dom Paulo Arns com a finalidade de escancarar os crimes cometidos no período, tinha como principal fonte o Tribunal Militar de São Paulo com objetivo de obter justiça para os perseguidos, mortos e torturados.

Pela sua complexidade e extensão das obras, nos atentaremos aqui às partes nas quais o foco é a justificativa para a tomada do poder pelos militares através do golpe de 1964. Além disso, será possível verificar que as formas de conduzir politicamente o governo militar está postulada nessa obra. A tentativa de justificar não só o golpe, mas todos os seus aparatos é uma forma de construir uma narrativa por meio da qual os militares agiam em prol do país, combatendo o avanço do comunismo no Brasil, justificativa usada constantemente entre os anos de 2016 e 2022 também para justificar ações governamentais.

O caráter revolucionário dos eventos que ocorreram em 1964 é defendido pelos militares, porém, não se atentam somente a esse impasse entre golpe ou revolução, os militares também fazem uso da sua própria versão sobre os desdobramentos da queda de João Goulart e outros eventos ligados direta ou indiretamente aos anos de chumbo. Desse modo, podemos citar o capítulo IV do *Orvil (2012)*, no qual os autores afirmam que as reformas de base não foram o fundamento para a deposição de João Goulart.

Goulart, no entanto, acabou caindo. Sua queda, não se deveu às reformas de base que desejou implantar. Elas eram necessárias e a maioria justa, tanto é que a Revolução vitoriosa, a seu modo, acolheu várias delas. Goulart caiu por causa da estratégia e das táticas que adotou (Maciel; Nascimento, 2012, p. 99).

O trecho controverso acima destacado que trata sobre o evento da queda de Goulart, já consolidado dentro da historiografia, até mesmo para aqueles revisionistas. Historiadores consideram que a aproximação de Goulart com as reformas e a esquerda potencializou a intenção das elites econômicas, do congresso e dos militares de tirá-lo do poder.

Fico (2004) compartilha das mesmas postulações que Gorender (1987), isto é, que as reformas estruturais (ou reformas de base) ameaçavam a hegemonia da burguesia brasileira, eram vistas como forma de instauração de um novo populismo que deveria ser substituído pela “modernização conservadora”<sup>15</sup>, ademais os militares também viam as reformas como forma de aproximação do governo com os ideais de esquerda.

Portanto, Gorender consolidou, em traços gerais, duas das principais linhas de força interpretativas sobre as razões do golpe: o papel determinante do estágio

---

<sup>15</sup> A modernização conservadora, defendida pelas elites brasileiras e militares, tinha como objetivo realizar mudanças nas estruturas sociais do Brasil ao mesmo tempo em que reforçava e assegurava o poder às classes dominantes. Em contraste com o “atrasado”, o “moderno” buscou a alteração nas estruturas econômicas brasileira associado às mudanças sociais e política, relacionadas principalmente à atividade agropecuária brasileira e consequentemente uma antítese à reforma agrária aos moldes defendidos pelos grupos associados à João Goulart.

em que se encontrava o capitalismo brasileiro e o caráter preventivo da ação, tendo em vista reais ameaças revolucionárias providas da esquerda (Fico, 2004, p. 49).

A luta pelas reformas de base não encerrava, por si mesma, caráter revolucionário e muito menos socialista. Enquadrava-se nos limites do regime burguês, porém o direcionava num sentido progressista avançado. Continha, portanto, virtualidades que, se efetivadas, tanto podiam fazer do Brasil um país capitalista de política independente e democrático-popular, como podia criar uma situação pré-revolucionária e transbordar para o processo de transformação socialista (Gorender, 1987, p. 51).

Ademais, os militares apontam que Goulart tentou implantar essas reformas “na marra” (Maciel; Nascimento, 2012, p. 99) e sem o apoio do congresso, porém vale apontar que o congresso e os partidos políticos já estavam em conflito e ciente das reformas que Jango pretendia fazer, ou seja, essas reformas não foram omissas ao congresso, mas serviram como motivo para aumentar as tensões que já existiam tanto no legislativo quanto na burguesia brasileira. Jango implementou um protótipo das reformas estruturais que pretendia nos ministérios do governo, nas principais agências estatais e bancos do governo, o que alertou os partidos políticos, a burguesia e os militares sobre as consequências que essas decisões poderiam causar a essas camadas:

De outro lado, para conservar a liderança do amplo contingente esquerdista, o presidente era instado a declarar-se em antagonismo ao Congresso” (p.306). Daí decorriam as sucessivas substituições de titulares de ministérios. Conforme calculado por Santos, durante o governo de Jango foram observadas as maiores taxas de rotatividade ocorridas no Brasil pós-1946. Além dos ministérios, também as presidências de empresas e bancos estatais decisivos para o país (Petrobrás, Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Vale do Rio Doce e Siderúrgica Nacional) foram usadas por Goulart como moeda política, diferentemente de seus antecessores (p.328). (Fico, 2004, p. 46, *apud* Santos, 2003).

Portanto, o congresso tinha conhecimento das implantações que Jango pretendia instalar e tinha ciência que precisava do apoio do congresso para efetuar-las, que provavelmente conseguiria devido às concessões políticas feitas pelo presidente aos partidos de esquerda, como “moeda de troca” pelo apoio nas suas reformas, o que cercou os partidos de oposição que não viram outra forma de impedi-las se não pelo golpe de estado.

Neste sentido, as primeiras similaridades na construção de uma contra narrativa são os objetivos pelos quais as ações golpistas se deram e se desenrolaram durante o governo militar, é possível detectar aspectos como o resgate aos valores cristãos, da família, anticomunismo, patriotismo, entre outros. Ressalta-se que há uma peculiaridade no que diz respeito à última década: a forte propagação de *Fake-News* que circularam principalmente nas redes sociais.

Algumas considerações acerca da crise do governo de Jango já foram apontadas acima, porém, usando a comparação de narrativas da historiografia e da literatura militar, as linhas a seguir se reservam apenas aos debates historiográficos, a maioria produto do revisionismo sobre o período.

A maioria dos debates que ocorrem sobre as causas do golpe têm como objetivo discutir o lugar em que os sujeitos que se inseriram na estrutura do governo ditatorial estavam antes do golpe se consolidar, especificamente durante o governo de João Goulart, sendo os principais os partidos políticos, os empresários, os militares e o restante da sociedade<sup>16</sup> que não estava ligada diretamente a esses grupos.

Há necessidade de citar que as controvérsias sobre o que se desenrolou durante o pré e o pós golpe de 1964 não estão localizadas apenas nos eixos de militares e jornalistas, há críticas e debates que ocorrem no âmbito da historiografia. Esses debates são citados para que não haja a construção de deslegitimação neste trabalho das obras dos militares e de sua importância como fonte historiográfica para entendimento do período. Ao citar as diversas controvérsias presentes nessas narrativas, tendo em vista que as controvérsias ocorrem mesmo nos estudos acadêmicos sobre o período, porém, as análises dessas controvérsias são realizadas a partir dos métodos da ciência história.

O crescimento de “controvérsias” sobre o período da ditadura civil-militar, como citado acima, está em uma seara extremamente complexa, que parte de antes do golpe até os dias atuais. Portanto, para apontá-las usaremos aqui o método da periodização partindo da consolidação do golpe, isto é, quais setores participaram; as questões referentes à periodização da ditadura civil-militar e, por fim, a questão conceitual ligada ao período no que diz respeito ao uso dos termos regime militar, ditadura militar e ditadura civil-militar<sup>17</sup>.

A discussão acima não é inédita<sup>18</sup>, os debates sobre as questões citadas estão presentes em diversos trabalhos, porém, cada trabalho, no que diz respeito às questões propostas, estavam sendo analisados sob a ótica do tempo presente e o contexto político em que vivia o Brasil. Joffily (2018) enquadra sua análise sobre essas questões em torno da presidência da ex-guerrilheira Dilma Rouseff, da Comissão Nacional da Verdade e da lei de Acesso à Informação<sup>19</sup>

---

<sup>16</sup> Ocasionalmente é possível verificar em alguns trabalhos a classificação dessa sociedade como *civis*, conceito alvo de crítica, pois é uma classificação de militares para aqueles que não estão inseridos dentro das forças armadas, tornando assim muito amplo quem seriam esses *civis*.

<sup>17</sup> Há outros termos ligados ao período como *ditadura empresarial-militar* e *ditadura civil-militar empresarial*.

<sup>18</sup> Cito aqui FICO (2004), D'MELO (2000), MOTTA *et al.*, (2014).

<sup>19</sup> A Lei nº 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem

(p. 206). A intenção não é repetir essas discussões e suas problemáticas, mas sim historicizá-las, vinculando-as ao contexto da política da última década, marcada pela ascensão da extrema-direita no executivo no Brasil a partir de 2019. Mais que apenas debatê-las, pretende-se brevemente inserir as discussões dos conceitos frente ao negacionismo e às narrativas do tempo presente, principalmente apontar como as fragilidades desses eventos históricos abriram brechas para disseminação de ideais autoritários em plena democracia, nota-se que há questões inerentes também a este período, como a relação entre sociedade e o bolsonarismo, que também serão trabalhadas em capítulo específico com maior aprofundamento.

A primeira questão apontada diz respeito aos setores que participaram do golpe de 1964, de certa forma, parte desse debate se insere na própria discussão sobre os conceitos do golpe e do período. Destacam-se aqui os trabalhos acadêmicos feitos por Demian Bezerra Melo, Carlos Fico e Mariana Joffily.

Em uma análise profunda, Carlos Fico (2004) levantou algumas questões sobre as causas do golpe, envolvendo diretamente os setores ligados à consolidação do golpe de Estado, analisando as questões teóricas e historiográficas, destacam-se aqui as duas, com ênfase na segunda, não deslegitimando as questões referentes aos cientistas políticos, sociólogos e marxistas, ratifica-se aqui o que o autor postula em outro trabalho

“– Só trate de teoria depois dos sessenta anos!”. Eu tinha apenas 23, queria escrever sobre o conceito de mentalidades, mas meu professor de metodologia da História era muito sarcástico. Perguntei, fazendo-me de tolo: “Devo aguardar porque serei mais inteligente?”, ele respondeu “– Sim”, mas ressaltou: “também pode ocorrer que esteja esclerosando, mas isso será bom porque os amigos que você vai criticar vão ter pena e o perdoarão mais facilmente” (Fico, 2017, p. 6).

Os principais debates em torno das causas do golpe até a década de noventa não eram exclusivos dos historiadores, pelo contrário, com exceção dos autores marxistas brasileiros, as principais ideias eram de cientistas políticos de dentro e fora do território brasileiro – Wanderley Guilherme dos Santos (1962); Alfred Stepan (1975), René Armand Dreifuss (1981); Argelina Cheibub Figueiredo (1987); Maria Celina D’Araujo (1994) – o que parece ser viável tendo em vista a recente abertura para a democracia e a falta de divulgação de documentos oficiais sobre o passado recente, que somente nos anos 2000 seriam disponibilizados com a Lei de Acesso à Informação e a instauração da Comissão Nacional da Verdade.

Portanto, os autores acima citados, que se dedicaram ao revisionismo sobre o período, escreveram a partir do contexto político em que viviam e das novas fontes que iriam surgindo durante essa trajetória, a principal diferença entre aqueles historiadores que se dedicaram ao revisionismo acadêmico e os militares adeptos do revisionismo ideológico, está nos “usos do passado”, conceito que cresceu nas últimas três décadas no campo historiográfico brasileiro (Rocha; Prates, 2021) que passou a ser usado pelos militares e seus simpatizantes como viés ideológico da direita que, ironicamente, fazem o que sempre acusaram os historiadores de fazerem.

Para endossar seus pressupostos ideológicos, esses setores colocam de lado qualquer pretensão de rigor e trazem ao primeiro plano do seu narrar o passado todo um campo de preconceitos, elitismo e fechamento ao debate (Rocha; Prates, 2021, p. 5).

Diante do alcance que essas narrativas negacionistas podem ter, urge a necessidade de entender como essas narrativas adentram as massas e como funciona a *práxis* de propagação dessas ideias. Ademais deve-se partir do princípio de que o negacionismo e narrativas reacionárias são uma resposta à história e seus cientistas, um ato em resposta “à pluralização de *histórias* que reclamam diferentes símbolos, datas ou figuras representativas e que, portanto, imaginam outras identidades nacionais, outros Brasis” (Rocha; Prates, 2021, p. 6).

## **CAPÍTULO II – O ENSINO DE HISTÓRIA SOBRE AS ORGANIZAÇÕES CONTRÁRIAS À DITADURA CIVIL-MILITAR NOS LIVROS DIDÁTICOS**

Para a composição do presente capítulo, partiu-se da hipótese de que há um déficit nos livros didáticos no que se refere às organizações contrárias à ditadura civil-militar brasileira, é comum que alguns livros da terceira série do Ensino Médio da rede pública tratem a oposição ao governo ditatorial reduzida ao partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB) sem citar as organizações de luta armada. Na análise serão usados livros da rede pública da disciplina de história e ciências humanas especificamente os conteúdos desses livros que tratem sobre os regimes autoritários do século XX.

O presente capítulo justifica-se pela importância que o livro didático tem para a construção da memória dos sujeitos sobre a história, principalmente no que se refere ao período de memórias traumáticas para os indivíduos que atuaram no processo de resistência frente à ditadura civil-militar brasileira.

Será verificado se a atuação desses sujeitos nas organizações contrárias à ditadura é abordada no livro didático, em caso de ocorrer essa abordagem é importante destacar o seu viés.

Sabe-se que os diversos livros didáticos feitos por diversas editoras e conseqüentemente também diversos autores, compartilham abordagens diferentes sobre os mais amplos conteúdos de história, porém, analisa-se os livros que estiveram mais presentes nas escolas e também em sala de aula no Estado do Maranhão, e que alcançou o maior número de alunos e professores: *A Conquista da História* do 9º ano do ensino fundamental e o didático *Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania* do novo ensino médio.

A construção da memória a partir do livro didático na contemporaneidade tem suas especificidades com o advento das mídias digitais e da internet, o aluno tem sua construção de memória sobre determinado assunto histórico não exclusivamente em sala de aula, mas também de diversos outros meios, se eles são pautados cientificamente ou não, não cabe ao aluno ter a capacidade de discernir. Essa observação sobre a memória dos eventos históricos tem sua intensidade aumentada a partir do século XX principalmente ao final da Segunda Guerra Mundial na qual se desperta um apego ocidental pelo registro dos eventos (Almeida; Miranda, 2012), esses registros oficiais que posteriormente seriam inseridos nos livros didáticos e em mídias digitais como documentários e filmes.

A pauta do livro didático é atrelada diretamente ao ensino, uma vez que as memórias agora registradas em fotografias, documentários e textos são apresentadas ao aluno por

intermédio do professor, porém o livro por si só estabelece o caminho a ser seguido pelo professor, não podendo o docente fugir completamente desse caminho.

A escola, e especialmente o ensino de História como campo de saber onde tais questões normalmente são atribuídas como de sua responsabilidade, é profundamente afetada pelos efeitos desse debate. Por um lado, a escola convive com uma profusão de narrativas produzidas no seu entorno, por parte de alunos, professores e comunidade, em diálogo com aquelas que são trazidas, com muita força, para o interior da sala de aula e revelam formas de explicar o mundo através daquilo que faz sentido para os sujeitos. Por outro lado, a escola convive com a reprodução de práticas de Memória comuns à sociedade (JEDLOWSKI, 2010) e que conduzem à permanência, no senso comum, de uma dada lógica de representação do passado. Há, ainda, os mecanismos de reatualização de costumes ou comemorações de eventos que reforçam os laços de pertencimento no interior de um grupo ou sociedade, o que, muitas vezes, é desencadeado pela própria escola. Enfim, **a escola é um lugar potencialmente atravessado por Memórias** (Almeida; Miranda, 2012, p. 264, grifo meu).

A análise de um livro que compõe o Plano Nacional do Livro Didático – PNLD é de suma importância para compreender o que está sendo ensinado e que tipo de memória se constrói em sala de aula, assim como suas fragilidades.

Cabe ressaltar que o livro dentro do PNLD é tratado também como mercadoria e para esses fins sabe-se que há uma adaptação do conteúdo para ser submetido aos editais do PNLD, influenciada pelo contexto político vigente.

Sabe-se também que essa adaptação é ideológica e social e está ligada intrinsecamente aos moldes em que a sociedade se encontra, pode-se afirmar que o próprio PNLD, as editoras e os autores vêm participando dessas mudanças políticas e sociais

O livro didático de História, nesse contexto, assume lugar de grande relevância no ensino de História em nosso país, já que o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) situa-se entre os maiores programas de distribuição de livros didáticos do mundo, proporcionando, assim, profundos impactos no sistema de ensino e no mercado editorial brasileiro. Por este motivo, cabe-nos pensar: como a distinção entre os campos de saber da Memória e da História é evidenciada e teorizada pelos autores no interior dos livros didáticos de História? (Almeida; Miranda, 2012, p. 264).

Deve-se destacar que os livros didáticos e sua relação e apropriação com e pelo professor de história também faz parte do processo de ensino-aprendizagem uma vez que o livro é manipulado pelo professor dentro e fora da aula em seus planejamentos, “instrumento indispensável, pois não há professor que nele não se apoie” (Abud, 1984, p. 84). Porém, salienta-se que o livro didático, com foco na análise do conteúdo proposto, pode ser analisado de forma unilateral partindo da perspectiva de que o livro didático não só constrói o conhecimento histórico dos alunos e sua memória sobre o passado, mas também faz parte da

formação dos professores que o utilizam, se constitui por si só, com significados e ideologias desconectados de seus usos e interpretações.

Os livros didáticos de história não constroem apenas a memória dos fatos, constroem também a imagem que os estudantes têm sobre si e sobre os outros povos (Villalta, 2001). Entende-se, portanto, que há necessidade de que cada conteúdo presente no livro didático de história tenha a própria análise, uma vez que há uma construção de memória e imagem sobre determinado conteúdo abordado nas diferentes séries e modalidades de ensino no Brasil.

A ditadura civil-militar brasileira tem diversos desdobramentos dentro dos livros didáticos, ao fazer um levantamento geral é possível destacar que esses desdobramentos se dão pelos seguintes fatores: contexto político em que foi elaborado; autoria e editoração; surgimento de novas fontes e por último, o público para qual o livro será destinado. A exemplo do primeiro, podemos citar a proposta de mudança na abordagem do conteúdo sobre a ditadura nos livros didáticos em 2019. Relembremos que em 2019 o Brasil dava início ao seu período de um governo de extrema-direita no poder, que duraria até 2022, não coincidentemente um governo com um ex-militar na presidência.

Nos primeiros dias de abril de 2019, o então ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, afirmou em uma entrevista que haveria “mudanças progressivas” nos livros didáticos que tratam do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar para “resgatar uma versão da história mais ampla”. Na ocasião, indicou que “o que ocorreu em 31 de março de 1964 não foi um golpe, mas uma decisão soberana da sociedade brasileira [...]” e defendeu que “não foi uma ditadura, mas um regime democrático de força, porque era necessário naquele momento” (Gasparotto; Bauer, 2021, p. 438).

Neste sentido, o Ministério da Educação nos últimos anos esteve à frente de propostas de mudanças significativas que influenciariam diretamente a construção do conhecimento histórico sobre o período através do livro didático, seguindo em direção ao ponto extremo do que era tratado nos governos anteriores. Há de se refletir que essas mudanças radicais de abordagens sofridas pelo conteúdo do passado recente aconteceram em outros momentos da história dos livros didáticos no Brasil, mas há de se destacar que a partir da segunda década do século XXI houve a necessidade desse conteúdo ser mais coerente possível, uma vez que o aluno já tem dúvidas sobre este período devido às influências externas à sala de aula, como as mídias digitais e grupos dedicados a “reescrever” a história, como citado no capítulo anterior.

O conteúdo sobre ditadura civil-militar em particular teve bastante atenção nas últimas décadas, destacando a instauração da Comissão Nacional da Verdade e a ascensão da extrema-direita no Brasil, pode-se afirmar que a abordagem desse conteúdo continua em construção no livro didático de história e na memória da população brasileira. Dentro dos diversos assuntos

inerentes ao período, destaca-se o tratamento homogêneo que as organizações da oposição que resistiram ao governo ditatorial tiveram no livro didático de história mesmo transitando por diversos contextos político. Portanto, a abordagem do período da ditadura civil-militar brasileira nos livros didáticos merece atenção, especificamente no que se refere às organizações que combateram o Estado de Terrorismo durante esse período, proposta que será abordada nas próximas seções deste capítulo.

Para isso analisou-se o livro *A Conquista da História* de 2022 do Ensino Fundamental: anos finais e o livro do Ensino Médio *Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania* do PNL 2021, ambos tiveram sua distribuição significativa no Estado do Maranhão segundo dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A coleção *A Conquista da História* teve 163.487 unidades distribuídas em 2023 e o livro *Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania* teve 102.239 unidades distribuídas entre 2022 e 2023.

O resultado das análises justifica a proposta de Produto Técnico Tecnológico (PTT) intitulada *“Resistência e luta armada: As Organizações Contrárias à Ditadura Militar Brasileira”*.

## **2.1 Os livros didáticos de história frente às mídias digitais e suas narrativas**

Os livros didáticos de história, como os citados e analisados acima, são importantes ferramentas de construção de memória e de saber histórico, ou seja, a maioria do conhecimento sobre o passado é o que se aprende nos livros didáticos de história através de leituras e por intermédio do professor de história, portanto, uma parte do conhecimento histórico sobre as organizações de resistência durante o governo ditatorial no Brasil (1964-1985) é transmitida pelo livro didático da disciplina história ou do livro didático de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas quando nos referimos ao novo Ensino Médio. Em meio à relativização do que foi o período ditatorial pelos meios de comunicação tradicionais e também nas mídias digitais, a análise dos livros didáticos possibilitará confirmar a hipótese de que os conteúdos didáticos também sofrem essa relativização em menor radicalidade, significando que a abordagem sobre o período (1964-1985) é sensível não só para os leitores, mas também para os autores, considerando-se que a abordagem deve ser vendável pelo caráter de mercadoria que o livro didático tem. A relativização menos “radical” não significa que seja menos problemática, uma vez que está imbricada à formação docente e discente daqueles que o consomem.

A princípio devemos nos ater ao conceito de livro didático e o lugar que ele ocupa em sala de aula, para isso recorreremos à Munakata (2016) que, ao estabelecer a definição de livro

didático, propõe que não há como estudar livro didático descolado do ambiente em que ele faz parte: a sala de aula, a escola. A abordagem do lugar ocupado pelo livro didático dentro da escola perpassa a mesma situação encontrada ao analisar as relações do livro didático de história com o professor que, apesar do livro didático poder ser analisado de forma unilateral, ou seja, unicamente seu conteúdo, é necessário que se debata o livro didático a partir dos lugares que ocupa antes que se analise os seus conteúdos ou parte deles.

Uma dessas coisas peculiares à escola é precisamente o livro didático. Certamente ele pode estar em outros lugares, como na biblioteca de um colecionador excêntrico, nos gabinetes do avaliador ou do pesquisador de livros didáticos, mas a sua existência só se justifica na e pela escola (Munakata, 2021, p. 122).

Os livros didáticos ocupam um lugar de destaque na escola, para Munakata (2016) o livro didático é uma das “coisas peculiares à escola” (p. 122), formando uma parte da cultura escolar<sup>20</sup>, servindo como documento que indica o que deve ser ensinado em sala de aula, não de forma aberta a questionamentos ou críticas, e sim de forma pronta a ser transmitida para os alunos. Apesar do autor se referir à posição do livro didático nas escolas do século XIX é notável que a função do livro no contexto histórico citado não se distancia do que ocorre atualmente principalmente, mas não unicamente, em escolas privadas, onde o livro é mercadoria não para o estado e sim para os discentes, o não uso do livro didático detalhadamente é o mesmo que comprar um produto e não operar todas as suas funções.

A relação entre mercado e conteúdo proposto no livro didático para a rede pública é intrínseca e complexa, a atuação das editoras, dos autores, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação (MEC) ao qual o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) está vinculado, estabelecem as diretrizes para a elaboração dos livros. Assim, é correto afirmar que a atuação do Ministério da Educação sobre o PNLD sempre esteve ligada à perspectiva dos chefes do executivo federal, em maior ou menor instâncias. Em 2019, no governo de Jair Bolsonaro, houve uma tentativa de mudanças nos critérios de avaliação dos livros didáticos, a mudança rapidamente detectada e seus desdobramentos divulgados na imprensa fez com que fosse revogada<sup>21</sup>, mas demonstrou como o Governo Federal tem forte influência na composição do MEC e do PNLD. Para Choppin

---

<sup>20</sup> Para o autor “a noção de cultura escolar refere-se não apenas a normas e regras, explícitas ou não, símbolos e representações, além dos saberes prescritos, mas também, e sobretudo, a práticas, apropriações, atribuições de novos significados, resistências, o que produz configurações múltiplas e variadas, que ocorrem topicamente na escola” (Munakata, 2016, p. 122).

<sup>21</sup> Governo Bolsonaro anula mudanças em livros didáticos (Jornal do Brasil, 2019). Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/2019/01/971300-governo-bolsonaro-anula-mudancas-em-livros-didaticos.html>. Acesso em 17/02/2024.

(2004), não é possível analisar os livros didáticos sem considerar as instituições que são inerentes à sua construção.

O estudo sistemático do contexto legislativo e regulador, que condiciona não somente a existência e a estrutura, mas também a produção do livro didático, é condição preliminar indispensável a qualquer estudo sobre a edição escolar. Escrever a história dos livros escolares — ou simplesmente analisar o conteúdo de uma obra — sem levar em conta as regras que o poder político, ou religioso, impõe aos diversos agentes do sistema educativo, quer seja no domínio político, econômico, linguístico, editorial, pedagógico ou financeiro, não faz qualquer sentido (Choppin, 2004, p. 561 *apud* Caimi, 2019, p. 37-38)

A criação do PNLD em 1985 viria para romper com os problemas notados pela Fundação de Assistência ao Estudante e pelos programas oficiais de história principalmente nos Estados de Minas Gerais e São Paulo (Miranda; Luca; 2004, p. 126), que apontavam a necessidade de mudança no pós-ditadura no ensino de história e conseqüentemente no livro didático, em tese não se deveria usar métodos de ensino que outrora eram usados no período de Estado de Exceção na dita democracia. Porém, mesmo com o PNLD e a participação dos professores no processo de escolha do livro didático, houve problemas relacionados principalmente entre o FNDE, responsável pelo financiamento e compra dos livros, e o Governo Federal, representado pela atuação do Ministério da Educação. Os problemas fizeram com que a escolha de livros pelos professores ocorresse de forma passiva no processo, para Miranda e Luca (2004), esses problemas seguiram sendo recorrentes.

Pesquisas realizadas em território nacional e patrocinadas pelo próprio MEC indicaram, em momentos distintos, que há problemas incontestáveis envolvendo atrasos sistemáticos na edição e distribuição do guia para as escolas, incongruências de toda ordem no tocante à escolha feita pelos professores e envio das obras pelo FNDE, atrasos na recepção dos livros por parte das escolas, bem como fragilidades envolvendo o processo de utilização das obras enviadas, que chegam até mesmo a ser desprezadas e desconsideradas pelos professores (Miranda; Luca, 2004, p. 126)

Para confirmação da hipótese da influência do Governo Federal, do MEC na composição do PNLD e conseqüentemente no conteúdo dos livros de didáticos, analisaram-se dois editais para aquisição de obras didáticas e literárias para os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) em diferentes ciclos: a) Edital de Convocação nº 01/2018 – GLPI para o PNLD de 2020 (2020 a 2023) e b) Edital de Convocação nº 01/2022 para o PNLD de 2024 (2024 a 2027), elaborados no governo Michel Temer (2016-2018) e no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), respectivamente<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Editais disponíveis em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais>. Acesso em: 18/02/2023.

As mudanças nas edições do PNLD são notáveis, baseadas principalmente na questão ideológica dos livros didáticos, a exemplo da inserção de pautas que remetem ao período ditatorial, no qual o ensino era baseado na educação cívica e moral. Os itens 2.2.8 ao 2.2.10 do edital nº 01/2018 – GLPI, que tratam dos temas que devem constar nos livros didáticos conforme a Base Nacional Comum Curricular, não abordam os conteúdos de cidadania e civismo e os demais ocorrem como sugestões e não obrigatoriedade, enquanto no Edital nº 01/2020 – GLPI no item 2.2.4, que também estabelece os temas para os projetos integradores que devem ser contemplados prioritariamente, é possível encontrar duas vezes a obrigatoriedade de “cidadania e civismo” e “responsabilidade e cidadania”, a primeira vez no projeto nº 4 como tema da atualidade e a segunda como competência da BNCC inserida no tema “saúde e educação socioemocional”.

As influências do executivo e de suas convicções ideológicas, como citado acima, são influências diretas do período da ditadura civil-militar brasileira. Nos documentos do PNLD essas observações aparecem disfarçadas de métodos pedagógicos e, algumas vezes, até amparados pela Base Nacional Comum Curricular, o que remonta à necessidade da própria revisão do documento. É necessário refletir também sobre o caráter do não escrito que é eloquente no que diz respeito ao posicionamento das editoras ao tratamento dado pelo governo federal publicamente às diversas questões sociais. No contexto do livro didático e do período ditatorial (1964-1985), destaca-se que

[...] o peso da interferência de pressões e interesses econômicos sobre a história ensinada, na medida em que os governos militares estimularam, por meio de incentivos fiscais, investimentos no setor editorial e no parque gráfico nacional que exerceram papel importante no processo de massificação do uso do livro didático no Brasil.<sup>6</sup> Cabe destacar que a associação entre os agentes culturais e o Estado autoritário transcendeu a organização do mercado consumidor da produção didática e envolveu relações de caráter político-ideológico, cujas repercussões sobre o conteúdo dos livros didáticos foram marcantes, sobretudo pela perspectiva de civismo presente na grande maioria das obras, bem como pelo estímulo a uma determinada forma de conduta do indivíduo na esfera coletiva (Miranda; Luca, 2005, p.124)

As interferências no conteúdo dos livros didáticos resultaram na construção defasada da história de boa parte dos brasileiros que frequentaram as escolas nesse período, o resultado dessa defasagem pode ser visto na história do tempo presente, a partir da observação dos diversos movimentos sociais que atuam em negação ao período de terrorismo de Estado, o que reflete em parte o insucesso da abordagem do período nos livros didáticos também no pós-ditadura. Assim, “sob o ponto de vista da qualidade, [os livros didáticos] acabariam por deixar

marcas indelévels no sistema público de ensino e que persistem como o seu maior desafio” (Miranda; Luca, 2004, p. 125).

A avaliação pedagógica por comissões especializadas, principalmente a partir de 1996, serviriam como solução para os problemas relacionados às interferências das instituições acima citadas, a utilização de bancas especializadas por disciplina para avaliação dos livros didáticos e de coleções teve efeito positivo no que se refere à disciplina de história, porém, as questões referentes aos livros didáticos, como já são de conhecimento, não se referem às questões exclusivas da redação do conteúdo e sua relação com a historiografia do meio acadêmico.

Até a primeira década do século XXI, parte significativa dos estudos sobre o livro didático tinham como cerne o conteúdo e sua utilização como propagador de preconceitos e estereótipos (Bittencourt, 1998; Bergmann, 1990; Jenkins, 2001; Pinsky, 1997), o aperfeiçoamento dos critérios e procedimentos de avaliação dos livros didáticos a partir dos editais do PNLD, de certa forma, atendeu as necessidades mais urgentes para o momento em que foi fundado, uma vez que conseguiu estabelecer padrões que possibilitavam a exclusão de coleções ou livros que não se enquadrassem dentro da historiografia (Miranda; Luca, 2004, p. 127).

Apesar dos avanços no processo de escolha dos livros didáticos e das coleções para o ensino de história, os livros didáticos do PNLD ainda são produtos de “imperfeições contingentes”, como aponta Caimi (2017, p. 36), por se tratar de uma mercadoria que visa atender diversos nichos acaba por se priorizar menos a qualidade do livro didático no que diz respeito ao conteúdo proposto e dos seus autores. Para a autora, os editais do PNLD não compreendem as necessidades educacionais, uma vez que, apesar de haver uma média de até 20 coleções disponíveis na disciplina de história, essas coleções pouco têm diferenças significativas. Outro impasse ainda vigente no PNLD é que o edital não exige titulação específica na área/componente em que o autor irá escrever ou para a qual a obra se destina.

Quanto à biografia dos autores de livros didáticos, conforme a regulamentação vigente no PNLD, não se exige titulação específica na área/componente curricular a que a obra se destina. No caso do livro didático de história, para o qual estendemos o olhar neste estudo, a maioria dos autores tem graduação em história, ao passo que alguns são titulados em pedagogia, geografia, ciências sociais, direito, entre outros (Caimi, 2017, p. 38).

No que tange à atuação dos autores dos livros didáticos, é incomum que se encontre profissionais que se dediquem exclusivamente à escrita dos livros “[...]em geral os autores trabalham como docentes na educação básica, em cursos pré-vestibular e em instituições de

ensino superior. Poucos autores têm dedicação exclusiva à escrita de livros didáticos” (Caimi, 2017, p. 38-39).

Há de se destacar que houve avanços no PNLD e nos editais quando se estabelece como critério de comparação os últimos 20 anos de vigência do Programa, dentre os principais avanços aponta-se a consolidação do PNLD como política de Estado e não de governo e o Decreto no 7.084/2010 que foi revogado pelo Decreto no 9.099/2010 de 18 de julho de 2017<sup>23</sup> que estabelece “a garantia de isonomia, transparência e publicidade nos processos de aquisição das obras didáticas, pedagógicas e literárias” (Brasil, 2017).

A publicização dos processos de avaliação dos livros didáticos foi o passo inicial para as análises dos impasses citados anteriormente dentro dos processos de avaliação dos livros, bem como para concretizar a categoria do material didático como mercadoria por meio da divulgação dos valores direcionados pelo Programa a partir do FNDE para aquisição dos livros e materiais didáticos e acesso ao quantitativo de distribuição do material nas escolas públicas do Brasil.

O impacto do PNLD especificamente na construção do livro didático de história também foi considerável, as principais vertentes de pesquisas relacionadas ao PNLD e o livro didático de história se referem ao a) conteúdo do livro didático referente às questões conceituais, discursos preconceituosos e propagação de estereótipos e b) o processo de avaliação das coleções e livros didáticos para a disciplina de história e/ou ciências humanas, em dado momento as duas podem fazer parte da mesma análise como aponta Miranda e Luca.

Ainda que o processo de aperfeiçoamento dos critérios e procedimentos de avaliação seja bastante recente, a relação de continuidade dessa política por quase uma década teve efeitos incontestáveis na forma e no conteúdo do livro didático brasileiro. Na área de História é patente a transformação: de um cenário marcado pelo predomínio de obras que veiculavam, de modo explícito ou implícito, todo tipo de estereótipo e/ou preconceitos, para um quadro em que predominam cuidados evidentes, por parte de autores e editores, em relação aos critérios de exclusão de uma obra didática (Miranda; Luca, 2004, p. 127).

Para tanto, a relação entre mercado editorial e o processo de avaliação também tiveram resultados que cabem na discussão, a partir da exclusão de obras didáticas de determinadas editoras por parte das comissões de avaliações, as editoras que as produziram foram levadas à falência ou à fusão com outras editoras do mercado devido ao alto investimento feito para

---

<sup>23</sup> Decreto nº 9.099 de 18 de julho de 2017 – Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9099.htm#art29](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9099.htm#art29). Acesso em 20/03/2024.

elaboração do material a ser submetido no PNLD. Em princípio foi um movimento favorável à exclusão de obras que não atendessem aos padrões do PNLD, porém, resultou na criação de um oligopólio de empresas do mercado editorial impedindo que haja concorrência nesse mercado e, conseqüentemente, houve pouco rodízio entre autores e editoras nos últimos anos do PNLD.

A discussão do livro didático como produto vendável, isto é, como mercadoria, é imprescindível em discussões sobre o tema (Filho, 2013, p. 19), além disso, os debates em torno do assunto o mercado de vendas de obras didáticas também cresceu. De acordo com o relatório de Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro (2022)<sup>24</sup> disponibilizado pela Câmara Brasileira do Livro, o subsetor de vendas de didáticos apresentou crescimento de 5,8% em relação ao relatório do ano anterior que, apesar de parecer significativo, se vendeu menos que em 2021 (182,1 milhões de obras didáticas para o governo) em relação às obras didáticas do PNLD. Já em 2022 o valor foi de 115,7 milhões, uma queda de -36,5% em vendas. Apesar da queda, as vendas para o governo superaram o número de exemplares<sup>25</sup> vendidos em todo o mercado editorial em 2021.

**Tabela 1 – Venda e faturamento do setor editorial brasileiro (2021)**

<b>Tipo</b>	<b>Exemplares vendidos (em milhões)</b>	<b>Faturamento (em milhões)</b>
<b>Mercado</b>	191	3.952
<b>Governo</b>	218	1.882
<b>Total</b>	409	5.834

Fonte: Produção e vendas do setor editorial brasileiro (Câmara Brasileira do Livro)

Para Munakata (2012), do ponto de vista editorial, não é cabível apenas escrever um livro com um bom conteúdo, é necessário que o livro se adapte para o mercado, parte dessa adaptação significa perda significativa do conteúdo proposto, e que também se enquadre nas

<sup>24</sup> Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro – Pesquisa ano base 2022. Disponível em: [https://cbl.org.br/pesquisas\\_de\\_mercado\\_categoria/1-producao-e-vendas-do-setor-editorial-brasileiro/](https://cbl.org.br/pesquisas_de_mercado_categoria/1-producao-e-vendas-do-setor-editorial-brasileiro/). Acesso em: 06/04/2024.

<sup>25</sup> Apesar da venda da quantidade de exemplares para o governo ser maior que a do mercado, o faturamento de vendas para o governo (1,9 milhões) foi menor do que o mercado (3,9 milhões) em 2021.

normas ortográficas e nos padrões de formatação (p. 57). Portanto, o livro ao configurar-se como mercadoria acaba por se distanciar do conteúdo original, ou seja, muito do que se faz presente no livro didático são adaptações das equipes editoriais e não o conteúdo proposto pelo(s) autor(es).

Munakata (2012) apesar de inicialmente fazer seus apontamentos sobre os debates em torno das publicações de coleções que eram acusadas de serem escritas para serem vendidas entre os anos 1980 e 2000 – como “o que é ideologia” de Marilena Chaui, publicado em 1980 pela editora brasiliense, seguido de traduções de obras de filosofia alemã- as características se aplicam ao que se tornou o livro didático a partir da implementação do PNLD.

O “sucesso” de vendas de livros didáticos e seu atrelamento ao PNLD nos últimos vinte anos é pertinente, porém, desde o começo do século XX já estavam no mercado e superavam os outros setores editoriais brasileiros e estrangeiros.

De acordo com os dados de Gimeno Sacristán (1995, p. 84), “16,98% dos títulos de livros publicados em 1992 na Espanha são ‘livros de ensino e educação’” e nos “Estados Unidos, 30% dos livros vendidos são livros didáticos” (Sacristán, 1995, p. 85). No Brasil, o escritor e editor Monteiro Lobato (apud Razzini, 2010, p. 118), numa carta de 1/12/1923, declarou estar “refreando as edições literárias para intensificação das escolares. O bom negócio é o didático” (Munakata, 2012, p.59).

Ao considerar as vendas gerais de livros didáticos, em 2021, o subsetor teve participação no mercado maior que todas as temáticas presentes no relatório, correspondendo a 54,38%. Em relação aos subsetores ficaram atrás somente das obras gerais, dados que se aproximam dos analisados por Munakata (2012) (55, 79%), referente ao mesmo relatório do ano de 2009. Para o autor, a permanência e/ou crescimento desse subsetor do mercado editorial se explica pela “expansão da escolarização (que) amplia o público leitor de livros, e a existência destes – em particular, os destinados especialmente à escola – possibilita a própria escolarização da sociedade” (Munakata, 2012, p. 59).

Diante dos dados acima apresentados, constata-se que o subsetor de livros didáticos é importante para o mercado editorial e que o Governo Federal é o principal comprador de obras didáticas. A partir do produto livro didático e a implementação de programas de compras de acervos, o governo federal moldou as editoras para que se adequassem às exigências feitas pelo principal comprador desse produto.

Os livros didáticos, então, adaptaram-se às exigências que o principal mercado comprador foi fazendo às editoras ao longo das décadas de 1980 e 1990. Assim, o produto livro didático produzido a partir do momento da institucionalização de programas governamentais de compras de livros didáticos impôs mudanças ao mercado editorial (Filho, 2013, p. 26).

Portanto, para analisar os livros didáticos propostos nesse trabalho é necessário que se considere a sua relação com o mercado e sua distribuição, uma vez que essas relações atrelaram o conteúdo final dos livros didáticos não apenas aos seus autores e aos responsáveis e especialistas na criação, mas a todo o seu processo de fabricação para adequações ao mercado, em que a qualidade do conteúdo escrito passa a ser passiva frente à sua venda.

O debate sobre o PNLD, como escopo do mercado editorial brasileiro atrelado ao governo federal e ao FNDE, é pertinente para análise dos livros didáticos de história e do assunto tratado no capítulo, uma vez que a distribuição dos livros de história no estado do Maranhão nos últimos dez anos foi feita pelo PNLD<sup>26</sup>, não obstante a escolha dos livros didáticos pelas comissões do PNLD foi instrumento de formação de história e memória no Estado e deve ser objeto de estudo ante a outros objetos da análise dos livros didáticos.

Os usos do passado através do livro didático de história definem o que vai ser lembrado ou esquecido, os fatos históricos que irão ser legitimados ou deslegitimados (Bauer; Gasparotto, 2021) e em alguns casos, o que será dito ou omitido sobre o período abordado neste trabalho, isto é, a ditadura civil-militar brasileira e as organizações que quiseram combatê-la.

A partir disto podemos estabelecer uma das abordagens da análise do livro didático: os fatos legitimados ou não, e os fatos que aparecem ou são omitidos. Porém, se analisou primeiramente outros fatos que estão diretamente ligados ao livro didático: aqueles que o produzem e seus desdobramentos como mercadoria, os dois métodos de análise se cruzam em determinados casos, mas também se distinguem em outros, portanto, tenta-se abordar tanto as questões inerentes a cada um quanto as gerais.

O ensino de história e o livro didático de história estão atrelados diretamente à formação histórica dos cidadãos que têm contato com a história a partir destes dois meios, ocorre que, se afunilarmos as interações que a história tem fora da sala de aula e do ambiente escolar, poucos são os meios atrativos para os cidadãos de classe baixa, os projetos feitos que levam consigo o conceito de história pública pouco chegam ao brasileiro, mais difícil ainda chegam as produções feitas dentro dos muros da academia. Portanto, o contato que os brasileiros têm com a disciplina de história em sala de aula, em muitos casos, será o único durante toda a sua vida, como afirma Miceli (2009)

Nunca é demais lembrar que fora dos bancos escolares, e além do livro didático, são pouquíssimas as pessoas que podem ampliar seus conhecimentos

---

<sup>26</sup> Os dados quantitativos podem ser obtidos através da consulta de distribuição de didáticos do PNLD a partir do ano 2000 pelo Sistema do Material Didático - SIMAD do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Disponível em: < <https://www.fnde.gov.br/distribuicaoosimadnet/iniciarSistema.action>> Acesso em: 28/04/2024.

de História. E aquilo que, ao longo da existência, vai sendo acrescentado a esse minúsculo conhecimento pelos veículos de comunicação (TV, jornais, internet) representa auxílio de qualidade duvidosa (Miceli, 2009, p. 43).

A fragilidade e a reduzida “cultura histórica do brasileiro”, advento também do ensino de história em sala de aula, tem como produto a facilidade na crença da veracidade de informações históricas dispostas em outros meios fora da sala de aula, a maioria não faz uso dos métodos de análise da história, levando às constatações de fatos históricos anacrônicos e falsos.

O crescimento de narrativas ditas históricas feitas por não historiadores fora da sala de aula e das universidades, divulgadas principalmente nas mídias digitais e também em obras, com a democratização e popularização da internet, fez com que historiadores se dedicassem a fazer história pública de fácil acesso e compreensão, porém, com o rigor metodológico à luz da historiografia.

As produções públicas feitas por historiadores são meios necessários e ferramentas importantes tanto para a divulgação da história por historiadores, quanto para o ensino de história em sala de aula. Os vídeos, *podcasts*, *sites* e diversas mídias digitais são ferramentas para compor as aulas de história, funcionando como auxílio do professor junto ao livro didático.

Na elaboração do produto técnico-tecnológico (PTT) intitulado “Resistência e Luta Armada: As Organizações Contrárias à Ditadura Civil-Militar (1968-1975)”, pensado em conjunto com este trabalho, teve-se como uma das propostas a inserção de narrativas de historiadores que fazem história pública em cada tema abordado dentro do *E-book*. A colaboração entre o texto escrito e a diversidade de abordagens disponibilizadas pelos diversos meios de divulgação da história proporcionará a utilização do documento como ferramenta de ensino em sala de aula sobre o tema, assim como auxiliará os professores(as) a encontrarem narrativas diferentes daquelas predominantes nos livros didáticos e, principalmente, dar voz àqueles temas que são silenciados e omitidos no material didático.

Considerando a extensa lista de historiadores que fazem história pública em diversos meios, cabe aqui citá-los a fim de que se elabore um parâmetro de consulta para a utilização dessas mídias digitais junto ao livro didático: 1) O canal no *youtube* “Leitura Obrigatória”<sup>27</sup> de autoria do Historiador Icles Rodrigues surgiu em 2015 com o objetivo de compartilhar conhecimento histórico e indicar leituras para professores e alunos de história, em 2019, dando continuidade aos objetivos do canal do *youtube*, surgiu o *podcast* “História

---

<sup>27</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/@obrigahistoria>.

FM”<sup>28</sup> apresentado também pelo historiador Icles Rodrigues, atualmente somente o *podcast* continua ativo, porém, os vídeos do canal continuam disponíveis para consulta. No canal é possível aprender da História Antiga até a História Contemporânea a partir de entrevistas de historiadores e pesquisadores renomados.

2) “Historiar-se” é um canal do *YouTube*<sup>29</sup> organizado pela Historiadora Anita Natividade Carneiro e pelo Historiador Carlos Eduardo Barzotto, o canal tem como objetivo a divulgação de conteúdos diversos da história, de modo sintético e objetivo, o canal conta também com entrevistas de historiadores. Os arquivos de áudios dos vídeos estão disponíveis no *Streaming* de áudio *Spotify*<sup>30</sup>; 3) “História Pirata” é um *Podcast*<sup>31</sup> organizado pelo Historiador Daniel Gomes (USP), conta com diversos episódios com foco na discussão historiográfica que duram em média 1h30min, pode ser usado principalmente por docentes do ensino básico e estudantes de história, uma vez que conta com riqueza de detalhes historiográficos e também com indicação de autores e obras;

3) Criado em 2008 pelo Historiador Bruno Leal (UnB), o “Café História” é um site<sup>32</sup> voltado para divulgação da história feita no ambiente acadêmico. De acordo com o seu criador,

O desafio sempre foi produzir conteúdos lúdicos, acessíveis e interessantes, mas sem perder de vista o rigor acadêmico. Mais recentemente, a partir da perspectiva da História Pública, tenho tentado fazer uma história com o público e não somente para o público. Para isso, eu tenho contado com incríveis colaboradores e colaboradoras, leitores e leitoras (Café História, [s/d]).

O site conta com acervo de notícias, entrevistas, artigos e diversos conteúdos relacionados à história e ao ensino de história, podendo ser objeto de consulta para trabalhos acadêmicos, planejamento de aula e fonte de pesquisas para historiadores e alunos do ensino básico.

4) “História Preta”<sup>33</sup>, criado e organizado pelo ex-estudante de História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) Thiago André, é um *Podcast* narrativo/documental que aborda a “memória histórica da população negra do Brasil e no Mundo”, o *Podcast*, como relatado pelo seu autor, alcançou as salas de aulas por abordar assuntos sensíveis da história como racismo e

---

<sup>28</sup> Disponível em: <https://leituraobrigahistoria.com/programa/historiafm/>.

<sup>29</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/@HistoriarSe>. Acesso em: 17/05/2024.

<sup>30</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/show/6mk6YBuDkeZtacljEJ16zw?si=b691a52f6fa94e79>. Acesso em: 17/05/2024.

<sup>31</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/show/2G6ahjQVUjZod8LsfPYVRq?si=43b1e1d5befb46a3>. Acesso em: 17/05/2024.

<sup>32</sup> Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/>. Acesso em: 17/05/2024.

<sup>33</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/show/0gkJ4WY8wXJkC2lZVfLyx>. Acesso em: 17/05/2024.

sofrimento da população negra no país. O autor também é ex-militar da Marinha, destaca que os casos de racismo sofridos na instituição militar foram decisivos para criar o *Podcast* e se posicionar politicamente<sup>34</sup>. O canal conta com episódios que duram em média 30 minutos que podem ser usados em sala de aula.

5) Apresentado pelo historiador Ricardo Duwe, o *Podcast* “Estação Brasil”<sup>35</sup> faz parte do selo “Leitura Obrigahistória”, do mesmo responsável pelo “História FM”, surgiu em 2020 em meio à pandemia e tem como principal foco a história do Brasil. Dentre os episódios do *Podcast* cabe destacar os que tratam da Ditadura Civil-Militar Brasileira e dos crimes cometidos pelos militares: a) 002 – O Golpe de 1964: como morre uma democracia<sup>36</sup>; b) 019 – Comissão Nacional da Verdade: história, justiça e Forças Armadas<sup>37</sup>; c) 030 – 1974: o MDB derrota a ditadura | Eleições que mudaram o Brasil, parte 2<sup>38</sup>; d) 036 – Como explicar a tradição golpista nas Forças Armadas?<sup>39</sup>; e) 039 – Diretas já!: a democracia toma as ruas<sup>40</sup>; f) 050 – Os crimes da ditadura militar, parte 1 | Os desaparecimentos<sup>41</sup>; g) 051 – Os crimes da ditadura militar, parte 2 | Os desaparecimentos<sup>42</sup>; h) 052 – Os crimes da ditadura militar, parte 3 | A corrupção<sup>43</sup>; i) 052 – Os crimes da ditadura militar, parte 4 | O terrorismo de Estado<sup>44</sup>.

Por conta da diversidade de conteúdos abordados sobre História do Brasil, entrevistas de especialistas nos assuntos e o rigor metodológico, o *Podcast* pode ser uma ferramenta para auxílio de discentes e docentes para suas pesquisas. Para Duwe (2022) “O século XXI e a pandemia nos demonstram os seríssimos riscos da desinformação e dos ataques ao rigor dos métodos científicos” (*apud* Timm, 2022).

6) “Hora Americana – *Podcast* de História das Américas”<sup>45</sup>, é um Projeto de Extensão desenvolvido por docentes de Universidades Federais e de Instituto Federais do Brasil. De

---

<sup>34</sup> Os relatos sobre a vida pessoal do autor e sua formação acadêmica constam na entrevista realizada pela Folha de São Paulo, a entrevista tem como título ‘Bolsonaro não é meu Patrão’ no qual os relatos de Thiago André envolvem os atritos pessoais sofridos por conta da sua carreira como sargento da Marinha Brasileira e seu posicionamento político em meio as eleições presidenciais de 2018, e como essas demandas resultaram na criação do *Podcast*. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/05/bolsonaro-nao-e-meu-patrao-conta-podcaster-que-levou-vida-dupla-na-marinha.shtml?utm\\_source=twitter&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=twfolha](https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/05/bolsonaro-nao-e-meu-patrao-conta-podcaster-que-levou-vida-dupla-na-marinha.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha). Acesso em: 17/05/2024.

<sup>35</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/show/0KiJbiBJR44Inflz2wb4Gc>. Acesso em: 20/05/2024.

<sup>36</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0AGp9L0cVv0kILTJMMwAbR>. Acesso em: 20/05/2024.

<sup>37</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6eXhVSi72H7HjXnIjw3ig4>. Acesso em: 20/05/2024.

<sup>38</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3RSYB8r0vgjoG8vdkULMOV>. Acesso em: 20/05/2024.

<sup>39</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3TwiOywKAFokPJmmHm9Quw>. Acesso em: 20/05/2024.

<sup>40</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5zbzKH9scX3uMCROzURoHA>. Acesso em: 20/05/2024.

<sup>41</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5nAXM4wcmIqgovrAdBhvhX>. Acesso em: 20/05/2024.

<sup>42</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5T6hCPTLwmDhGKtwL18A5x>. Acesso em: 20/05/2024.

<sup>43</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0oogs4oWqQhHgwzoJYz9lp>. Acesso em: 20/05/2024.

<sup>44</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6M1Ifw9OCvPJboKoHa1SAE>. Acesso em: 20/05/2024.

<sup>45</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/show/3v7w92avWDMjH7Ash2pUmf>. Acesso em: 27/05/2024.

acordo com a Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC, [s.d]), “por meio de entrevistas, documentos, músicas e outras mídias, o podcast apresenta temas atuais e também aqueles menos conhecidos ou tradicionais relativos à História das Américas.”

O Projeto conta com grande acervo relacionado à História das Américas e a sua relação com a História Mundial. Desse modo, considerou-se relevante destacar as produções referentes à América Latina no século XIX e XX e as ditaduras no cone sul: a) #29 – O chavismo e os impasses da Venezuela bolivariana, com Rafael Araújo (UERJ)<sup>46</sup>; b) #30 – Liberalismo e reformas liberais na América Latina do século XIX, com Maria Lígia Prado (USP)<sup>47</sup>; c) #34 – América Latina: democracia e autoritarismo em tempos de pandemia, com Sylvia Colombo e Matias Pinto<sup>48</sup>; d) #41 – 1968 nas Américas: manifestações, repressão e memórias<sup>49</sup>; e) #47 – As políticas do futebol: Copas do mundo e autoritarismo nas Américas<sup>50</sup>; f) #49 – Uruguai: tradições democráticas, ditadura e abertura política<sup>51</sup>; g) #51 – Chile: Salvador Allende e a Unidade Popular<sup>52</sup>; h) #63 – Chile: do golpe à redemocratização<sup>53</sup>; i) #65 – Ditaduras e Justiça de Transição na América do Sul<sup>54</sup>. Os episódios acima citados têm duração média de 1h15min, podendo ser usados por professores e pesquisadores dos temas relacionados.

Os diversos canais citados acima são elaborados em sua maioria por professores e pesquisadores de história, tendo como principal fomento o financiamento coletivo, porém, destaca-se que essas produções, apesar de elaboradas com profissionalismo, não conseguem atingir patamares iguais aos diversos outros canais de divulgação da extrema-direita, esse fato está ligado principalmente ao financiamento desses meios e o retorno financeiro que seus criadores têm, gerados principalmente através da propaganda política que carregam suas produções.

---

<sup>46</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1UGJ1LdmUFKsrMRgQP4vZE>. Acesso em: 27/05/2024.

<sup>47</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/49ltjx3hFvdDCc0MpxJmQ>. Acesso em: 27/05/2024.

<sup>48</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/47mmecHWdB0p0dJF8hKR3J>. Acesso em: 27/05/2024.

<sup>49</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2DqvNoBJZozq94c4GiBz5F>. Acesso em: 27/05/2024.

<sup>50</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/7Ge9VZas396CUL5wfsioxw>. Acesso em: 27/05/2024.

<sup>51</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5uBd8uJKdz0CE8GHWS9Hb5>. Acesso em: 27/05/2024.

<sup>52</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1LGVwRAgP3lmxCXa9tRHS4>. Acesso em: 27/05/2024.

<sup>53</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5X0VCagmbsd4oYB86M5pfY>. Acesso em: 27/05/2024.

<sup>54</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1TqS1GzOSYNMKFT8B9RYEP>. Acesso em: 27/05/2024.

## **2.2 O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no Estado do Maranhão a partir de 2016**

O Programa Nacional do Livro Didático, como apontado acima, é uma política de Estado, conseqüentemente rege as entidades federativas do Brasil em que se insere o estado do Maranhão. A análise abaixo se refere aos dados quantitativos da distribuição de livros didáticos nos anos finais do Ensino Fundamental, comparando os dados com o número de escolas e de alunos beneficiados. Para tanto será considerado o ano de 2023, uma vez que os dados estatísticos referente ao ano de 2024 não estavam disponíveis para consulta quando a pesquisa foi realizada no banco de dados do site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)<sup>55</sup>.

A obtenção de dados não se reservou apenas aos dados estatísticos do FNDE, uma vez que o banco de dados disponibiliza apenas dados gerais do PNLD. Para a consulta individual da distribuição de livros didáticos nas escolas do Maranhão foram analisados os dados de distribuição dos livros didáticos disponíveis no Sistema do Material Didático (SIMAD) em duas modalidades, no Relatório Quantitativo de Livros<sup>56</sup> e na Seleção de Parâmetros para Consulta<sup>57</sup>, no primeiro é possível realizar a consulta informando apenas o programa e seu ano, no segundo é possível escolher a Unidade Federativa e o Município para consulta, também é possível especificar outros campos, porém, não são obrigatórios para a consulta.

Também será considerado que a Secretaria de Estado de Educação do Maranhão não dispõe dos dados de distribuição dos livros didáticos por escola e/ou disciplina dos últimos dez anos, os dados foram solicitados à SEDUC, que respondeu através do Ofício nº 926/2024 - GAB/SEDUC, informando que “o sistema inviabiliza emissão de relatório, contendo quantitativo dos pedidos, uma vez que essa informação só é possível de ser visualizada pelo acesso do próprio gestor”.

[...] De ordem do Secretário de Estado da Educação e em resposta à solicitação de Vossa Senhoria, no que tange à distribuição de livros didáticos, a partir do PNLD, nas escolas do Maranhão, nos últimos dez anos, temos a informar o que segue:

O processo de escolha do material didático é realizado na escola pela comunidade escolar. Em seguida é encaminhada a Ata no sistema do PNLD

<sup>55</sup> Os dados citados estão disponíveis em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 03/06/2024

<sup>56</sup> Sistema do Material Didático (SIMAD) – Distribuição: Relatório Quantitativo de Livros. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/distribuicaoosimadnet/relatorioSumarizadoLivros>. Acesso em: 03/06/2024.

<sup>57</sup> Sistema do Material Didático (SIMAD) – Distribuição: Seleção de Parâmetros para Consulta. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/distribuicaoosimadnet/confirmarCancelar>. Acesso em: 03/06/2024.

Digital / PDDE Interativo, em conformidade com as orientações e encaminhamentos do Programa Nacional do Livro e do Material Didático/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. A entrega/distribuição de todo material escolhido é realizada, diretamente, no endereço da escola.

A Secretaria de Estado da Educação do Maranhão, seguindo o Decreto nº 9099 de 18/07/2017, optou pelo modelo de escolha unificado, em todos os níveis de ensino, em razão da facilidade de logística, quando houver a necessidade, por parte da rede, ou dos responsáveis, de transferência de estudante para outro Centro de Ensino, o que permite a sequência dos estudos com os mesmos livros da instituição da Rede Estadual de Ensino anterior, aprimoramento nos processos referentes à gestão de controle de entrega e recebimento dos Livros Didáticos, no início e final de cada ano letivo, bem como facilidade de remanejamento dos livros entre escolas da Rede, destacando que essas instituições poderão encaminhar exemplares excedentes para outras que estejam precisando, já que todas utilizam os mesmos títulos.

A Supervisão de Espaços e Recursos Pedagógicos através da Assessoria de Biblioteca/Coordenação Estadual do Livro Didático, faz gestão do sistema, no sentido de validar as escolhas e/ou distribuir os quantitativos de acordo com as quantidades disponíveis, bem como acompanha todo o processo seguindo as orientações do FNDE. **O sistema inviabiliza emissão de relatório, contendo quantitativo dos pedidos**, uma vez que essa informação só é possível de ser visualizada pelo acesso do próprio gestor [...] (Secretaria de Estado de Educação, 2024, grifo meu).

Portanto, em decorrência da ausência de dados disponíveis na Secretaria de Estado de Educação do Estado do Maranhão, referentes à distribuição de livros didáticos através do PNLD dos últimos dez anos, serão considerados para análise os dados disponibilizados nas plataformas do FNDE para os anos finais do Ensino Fundamental no PNLD 2023.

Os dados em destaque serão postos para compreensão do alcance do PNLD, partindo-se, assim, da hipótese de que o elevado quantitativo de livros didáticos distribuídos nas escolas do Maranhão não implica na qualidade do ensino, levando-se em conta a perspectiva macro, isto é, de todas as disciplinas dos livros didáticos, e a micro, ou seja, da disciplina específica de história, neste caso além dos dados quantitativos serão julgados os conteúdos abordados.

De acordo com os dados estatísticos do FNDE referente ao PNLD 2023, o Maranhão é o quarto estado com maior número de escolas dos anos finais atendidas pelo programa, totalizando 3.389 escolas, ficando atrás apenas de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

**Tabela 2 - Escolas atendidas pelo PNLD 2023 por Unidade Federativa**

<b>UF</b>	<b>QTDE ESCOLA</b>
<b>SP</b>	5.453
<b>MG</b>	4.329
<b>RS</b>	4.062
<b>MA</b>	3.839

Fonte: Dados Estatísticos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação.

Porém, ao considerar a quantidade de alunos matriculados nas escolas, o Maranhão decai para a 8ª posição, com 475.425 alunos:

**Tabela 3 - Alunos matriculados por escola e Unidade Federativa**

<b>UF</b>	<b>QTDE ESCOLA</b>	<b>QTDE ALUNO</b>
<b>SP</b>	5.453	1.891.011
<b>MG</b>	4.329	1.000.801
<b>BA</b>	3.195	761.276
<b>RJ</b>	2.099	617.486
<b>PA</b>	3.565	569.255
<b>PR</b>	1.914	519.680
<b>RS</b>	4.062	492.679
<b>MA</b>	3.839	475.425

Fonte: Dados Estatísticos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

Diante dos dados expostos, conclui-se que o número de escolas no Estado do Maranhão é maior do que os de outras Unidades Federativas. Consequentemente o Estado do Maranhão ocupa posição frente aos outros estados referentes à quantidade de exemplares adquiridos para os anos finais do Ensino Fundamental pelo PNLD em 2023, totalizando 758.048 de exemplares que custaram R\$ 8.952.229,00.

Em 2023 o Maranhão foi a 5ª Unidade Federativa que mais recebeu os exemplares citados acima.

**Tabela 4 - Distribuição de exemplares e valor literário por Unidade Federativa**

UF	QTDE EXEMPLERES	VALOR LITERÁRIO
SP	2.214.494	30.249.501
BA	1.237.014	14.490.293,44
MG	1.174.269	17.446.911,13
PA	906.077	11.155.429
MA	758.048	8.952.229

Fonte: Dados Estatísticos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

Cabe destacar que os dados disponíveis acima se referem à distribuição total no estado do Maranhão, não fazendo distinção entre quais foram direcionados pela esfera Federal, Estadual e Municipal.

Para a escolha dos livros didáticos que serão analisados foram eleitas duas obras referentes à disciplina de história: 1) *Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania*, Cód. 0214P21204138I004C, da Editora FTD, escrita por Alfredo Boulos Júnior, Edilson Adão e Laercio Furquim Jr. Para a escolha da obra considerou-se que teve o maior quantitativo de distribuição no Ensino Médio do Maranhão em 2023, conforme dados do SIMAD, e por contar com capítulos que remontam ao assunto abordado neste trabalho, a ditadura civil-militar brasileira e “as experiências autoritárias na América Latina”. 2) *A Conquista da História*, da Editora FTD, escrita por Gislane Azevedo, Leandro Calbente e Reinaldo Seriacopi. Para a escolha da obra também foi considerada a sua quantidade superior de distribuição nos anos finais do Ensino Fundamental no Maranhão em 2023, conforme dados disponíveis do SIMAD e sua relação com a abordagem da história contemporânea da América Latina.

Os relatórios disponibilizados pela plataforma SIMAD são meramente quantitativos nos quais levam-se em conta também as obras literárias e não somente as didáticas. O último relatório do FNDE no qual era possível fazer as distinções por títulos foi disponibilizado

referente somente ao PNLD de 2020<sup>58</sup>, nos anos seguintes não há disponibilidade de relatórios nesses moldes. Considerando o acima exposto, a separação de obras didáticas das literárias dos relatórios gerados pelo SIMAD foi realizada manualmente.

O livro didático *A Conquista da História*, direcionado ao nono ano do Ensino Fundamental, foi escrito por Gislane Campos Azevedo Seriacopi (Mestra em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)), Leandro Calbente Câmara (Bacharel em História e Filosofia e Mestre em Ciências (História Econômica), ambas pela Universidade de São Paulo, e Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)) e Reinaldo Seriacopi (Bacharel em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) e editor especializado na área de História). As informações sobre os autores constam na contracapa do manual do professor referente ao livro didático analisado.

Considerando que não foi possível localizar o livro didático impresso em sua versão para o aluno, para esta análise levou-se em conta o manual do professor de história referente ao livro *A Conquista da História* na sua versão digital, que em partes enriqueceu a análise por refletir sobre os conteúdos direcionados aos alunos e ao professor e relacionar os conteúdos trabalhados nas unidades com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

No manual, antes do conteúdo, é disponibilizada a ficha catalográfica seguida da apresentação dos autores à obra, no qual destaca-se a relação da obra com

as mudanças no ensino de História, especialmente as advindas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) [...] reflexões sobre a importância de a escola e a educação serem cada vez mais democráticas e inclusivas (Azevedo *et al.* p. 5).

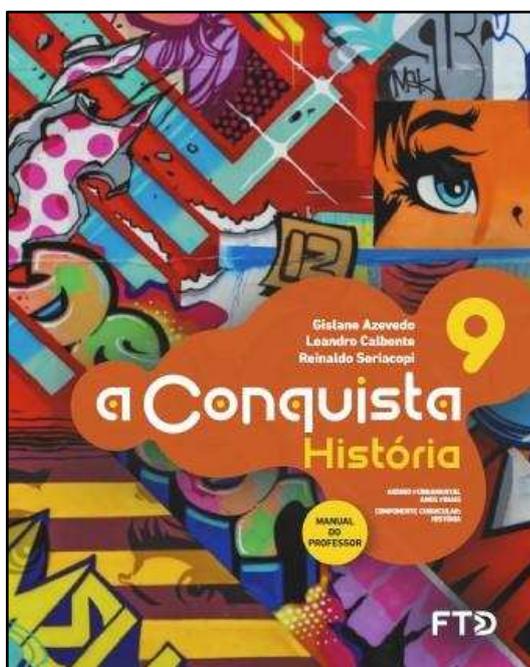
Após a apresentação da obra pelos autores, é possível ver o sumário do manual do professor, que é organizado em algarismos romanos, o tipo de numeração escolhido serve para diferenciar a parte do manual do professor do livro do aluno, que segue o sistema de numeração decimal. O sumário do manual conta com oito capítulos com seções destinadas à apresentação dos pressupostos teóricos, da metodologia de aplicação da obra e referências bibliográficas, organizados da seguinte forma: 1) Pressupostos teóricos: 1.1 A história como disciplina escolar, 1.2 As mudanças na década de 1990: a LDB e os PCNs, 1.3 A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), 1.4 O processo de ensino-aprendizagem em que acreditamos, 1.5 Livro didático: crenças e caminhos trilhados nesta coleção, 1.6 A história da África, dos africanos e dos

---

<sup>58</sup> Os dados citados podem ser verificados no relatório de Valor de Aquisição por Título – Ensino Fundamental – Anos Finais. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/aco-es-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 12/06/2024.

afrodescendentes, 1.7 A história dos povos indígenas; 2) Metodologia da coleção: 2.1 O autoconhecimento e o protagonismo, 2.2 A contextualização e a relação entre presente e passado, 2.3 O trabalho com documentos; 2.4 As unidades conceituais; 3) Reflexões sobre tipos de avaliação: 3.1 Práticas avaliativas; 4) Referências bibliográficas consultadas e recomendadas; 5) Objetivos e justificativas do volume: 5.1 Unidade 1, 5.2 Unidade 2, 5.3 Unidade 3, 5.4 Unidade 4; 6) Habilidade da BNCC para o 9º ano; 7) Quadro de conteúdos, objetos de conhecimento, competências/habilidade da BNCC e planejamento do volume; 8) Avaliações: 8.1 Avaliações da unidade 1, 8.2 Avaliações da unidade 2, 8.3 Avaliações da unidade 3, 8.4 Avaliações da unidade 4 e 8.5 Gabarito da avaliações.

### Imagem 2 - Capa do livro A Conquista da História



Fonte: Editora FTD

No manual é possível verificar orientações didáticas específicas do volume 9, sendo eles: 1) A BNCC na unidade, no capítulo e nas duplas de páginas; 2) Temas Contemporâneos Transversais na Unidades; 3) Texto complementar; 4) Procedimentos didáticos; 5) Ampliar horizontes; 6) Atividades; 7) Atividade complementar; e 8) Proposto de avaliação. As orientações didáticas são destacadas graficamente nas páginas, em sua maioria em formato de boxes distribuídos nas laterais e na parte de baixo das páginas.

A concepção do manual do professor corrobora com o que vem sendo adotado pelo PNLD a pelo menos vinte anos, no qual estabelece que “os manuais devem apresentar os

pressupostos teóricos e metodológicos da obra e servir como uma ferramenta auxiliar à reflexão e prática docentes” (Silva, 2012, p. 803), porém, a proposta do manual e sua relação com o professor de história pode ser interpretada como forma de moldar não só os conteúdos trabalhados em sala de aula, mas também a abordagem teórica e metodológica feita pelo professor.

Seguindo a ordem numérica das páginas, depara-se com a “introdução” do manual que apresenta os conceitos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) abordada em cada volume da coleção *A Conquista da História*. Cada volume é destinado a um ano dos anos finais do Ensino Fundamental. Para o nono ano, objeto de análise desta parte do trabalho, os conceitos-chave destacados foram cidadania, violência, meios de comunicação de massa e equidade. Os conceitos-chave apresentados são relacionados com a perspectiva cronológica adotada no livro que, para os autores, se destaca dentro do processo de ensino-aprendizagem proposto, a História estudada e sua relação com o cotidiano do aluno.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) está presente em toda obra, não coincidentemente é uma exigência dos Editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), nas páginas do manual é possível constatar que todas as Competências Gerais, as Competências Específicas de Ciências Humanas e as Competências Específicas de História estão presentes nas páginas do livro destacados em boxes para os professores. Portanto, é possível verificar como a BNCC é um instrumento decisivo para o norteamo de uma obra didática, quaisquer alterações na atual construção do livro didático, deve, antes do PNLD, verificar as imbricações que a BNCC tem com o livro didático.

A BNCC não só estabelece a direção para a elaboração do livro didático, mas também consta no manual do professor como guia para as atividades teóricas e metodológicas para o ensino em sala de aula, conduzindo o conteúdo de história e a aula expositiva do docente, que em parte produz “prós” e contras para esse enquadramento. A BNCC, apesar de sua construção contribuir com avanços para a disciplina de história – como o rompimento com o positivismo e com o eurocentrismo, tornou-se um limitador para a produção do livro didático de história a partir da sua relação com os Editais do PNLD, engessando, conseqüentemente, o docente em sala de aula a partir da construção dos manuais desses livros.

O manual segue explorando as características do livro didático, apresentando a coleção, as unidades, os capítulos e o tipo de abordagem do conteúdo. É perceptível que um dos objetivos do livro é relacionar o passado com a contemporaneidade e levar o contexto social do aluno

para o assunto trabalhado em cada capítulo. Em sua maioria, os conteúdos, conforme consta no próprio manual, são abordados com o texto principal e imagem condutora. Segundo os autores,

Com linguagem clara e adequada à faixa etária dos estudantes, o conteúdo é organizado de maneira cronológica, mas em permanente diálogo com outras temporalidades, por meio de seções, boxes, atividades e imagem que buscam entrelaçar as múltiplas esferas das sociedades, como a política, a economia, o cotidiano e a produção cultural. [...] O fio condutor de alguns capítulos é a **imagem condutora**, que serve de ponto de partida para a estrutura do capítulo. Nessa perspectiva, a imagem deixa de ser somente um complemento do texto. Por meio dessas imagens, apresentamos elementos da organização e do modo de viver, pensar e sentir as sociedades abordadas (Azevedo *et al.* 2022, p. XII).

Destaca-se também no manual do professor as orientações quanto ao uso de elementos não textuais, como as imagens, destacando que para que sejam explorados os autores reservaram duplas de páginas que ao abertas exibem imagens ao centro e a sua contextualização ao redor. O tópico chamado “olho vivo” disponibiliza imagens, fotografias e pinturas com análises dos autores ou de terceiros, como consta referenciado em algumas delas, a intenção é novamente relacionar a história com o tempo presente, de modo que as diversas interpretações das imagens sejam relacionadas com aquelas que originalmente foram pensadas.

Seguindo as orientações sobre o uso de imagem, o tópico “Raio X” tem como objetivo guiar os alunos ao entendimento sobre como funciona a análise e a pesquisa históricas a partir de objetos, porém as interpretações são reducionistas e evitam o pensamento crítico do aluno. Como exemplo podemos citar o objeto da página 175 do livro didático do aluno, que mostra uma câmera da década de 50 em formato de miniatura, afirmando-se, sem abertura para debate, que provavelmente era usada pela KGB e pela CIA durante a Guerra Fria, dando a entender seu uso exclusivo para a atividade de espionagem, apesar de no manual informar que essa parte do livro “desenvolve no estudante a percepção de como o historiador busca informações a respeito do passado, questiona evidências e desenvolve uma postura crítica sobre as produções materiais” (Azevedo, *et al.* 2022, p. XIV).

Em seguida, a seção “Pesquisa & Ação” se destaca pela proposta de inserir o aluno na pesquisa científica, apresentando um passo a passo de como desenvolver a prática da pesquisa a partir de temáticas próprias de cada seção, dentre os objetivos da proposta é possível perceber a inserção do aluno no seu contexto social em nível nacional, uma vez que os temas abordados fazem parte do cotidiano brasileiro. São apresentados aos alunos quatro passos para o desenvolvimento da prática de pesquisa: 1º Passo – Defina o recorte de sua pesquisa; 2º Passo – Escolha bem a base de dados; - 3º Passo – Analise as fontes; e 4º Passo – Apresente os resultados de sua análise.

A utilização de fontes imagéticas é presente em quase toda obra. Observa-se na seção “Enquanto Isso”, ao final de cada capítulo, novamente a relação com a contemporaneidade “trabalhando as noções de simultaneidade e ampliando a compreensão sobre o tempo histórico estudado” (Azevedo, *et al.* 2022, p. XV). A sugestão da seção é abordar “povos, processos, invenções e descobertas geralmente excluídos do cotidiano escolar” (Azevedo, *et al.* 2022, p. XV), reforçando que, apesar de seguir uma ordem cronológica, o livro didático propõe uma relação interdisciplinar ao usar as imagens principalmente com a arte representada por pinturas, fotografias e pelo cinema.

A penúltima parte dos capítulos é reservada para a seção “Esquema-resumo” que precede as atividades relacionadas ao capítulo trabalhado. Nele consta todo o assunto trabalhado em formato de mapa mental que possibilita o estudante revisar todo o conteúdo trabalhado na unidade, ao final do “Esquema-resumo” há uma atividade relacionada à interpretação do mapa mental para que, de forma rápida, o aluno revise novamente o assunto trabalhado na unidade a fim de se preparar para as atividades nas páginas seguintes. O “glossário” presente em toda a unidade contextualiza e define palavras incomuns que estejam no texto, apresentado em formato de box, não é fixo em todos os textos, aparece apenas quando há necessidade de esclarecimento de palavras e conceitos que possam ser interpretados de maneira incorreta pelo leitor ou conceitos e palavras que possam ter seu significado atual diferente daquele apresentado historicamente.

Após concluída a parte do capítulo que trata da exposição dos assuntos tratados, depara-se com as atividades contextualizadas com os conteúdos trabalhados, encontra-se visível a interdisciplinaridade das questões trabalhadas e os métodos de aplicação, como atividades argumentativas e de múltiplas escolhas que, conforme apontam os autores, é uma forma de preparar o aluno do nono ano para o Ensino Médio e, conseqüentemente, para os vestibulares (p. XVI). As atividades também relacionam o conteúdo trabalhado com a realidade do aluno. Em dado momento, por exemplo, os meios de comunicação da primeira metade do século XX no Brasil integrados como meios de comunicação de massa, são relacionados com os meios de comunicação atuais, aplicativos de mensagens e internet. Novamente ocorre o uso de fontes diversas para análise das atividades, como fotografias, imagens, pinturas e músicas, as relacionando com a historiografia.

Há uma seção integrada com as atividades chamada “Vamos falar sobre...”, nela

As atividades trabalham os vínculos entre conceito da unidade e o texto do capítulo. Em geral, relacionam-se com questões do presente, como formação cidadã e direitos humanos. Também têm como objetivo levar o estudante a

questionar valores e rever posições de maneira responsável, ética e coerente (Azevedo *et al.*, 2022, p. XVII)

Para finalizar a unidade, a seção “Fechando a Unidade” proporciona maneiras de o professor avaliar o desenvolvimento dos alunos durante o estudo da unidade, utilizando fontes diversas para o debate crítico acerca do conteúdo apresentado. Nesta seção o foco são os documentos apresentados e as questões em torno deles que são realizadas individualmente com respostas pessoais, eximindo os conceitos de respostas certas ou erradas e também questões para serem solucionadas em grupos.

Na página 128 do livro do aluno, explorada na página XVII do manual do professor, é apresentado um poema, uma charge e uma reportagem relacionadas a diversos tipos de violências, em cada elemento é possível verificar a intenção dos autores de orientar sobre as diversas formas de violências físicas ou não, a fim de que se reconheça quando ocorrerem no meio em que os alunos vivem e que se realize a interdisciplinaridade principalmente com a arte. A proposta de interdisciplinaridade é perceptível em todo o livro didático.

Após a finalização da unidade depara-se com o conjunto de práticas pedagógicas presente em cada volume da coleção - “Como se faz...” - Que ensina ao aluno como “desenvolver habilidades relacionadas a atividades variadas, como dramatização, produção de podcast, história em quadrinhos, linha do tempo, leitura de mapa histórico, entre outras” (Azevedo, *et al.*, 2022, p. XVIII). Abaixo, na mesma página, há orientação acerca da iconografia e dos selos presentes nos livros juntamente aos seus respectivos significados tanto para os alunos quanto para os docentes. Os selos servem principalmente para guiar os alunos sobre as imagens e mapas presentes no livro, especificando proporções, escalas, esquema de cores e linhas do tempo.

Para finalizar as orientações referentes aos elementos gráficos da coleção, os autores apresentam os boxes presentes nos livros didáticos classificados em dois tipos: a) Boxe complementar, responsável por informações complementares que ampliam o estudo de uma imagem ou tema; e b) #Fica a dica, que foca no uso de Tecnologias da Informação e Comunicação associada ao ensino de História como livros, jogos, vídeos, documentários e filmes.

O manual do professor conta com amplo repertório no que se refere à Base Nacional Comum Curricular, aos PCNs e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96), para tanto a relação entre o manual do professor e o livro didático do aluno com a legislação vigente não faz parte da análise, suas citações apresentam-se apenas quando essas repercutiram junto ao objeto da pesquisa. Cabe destacar que os Pressupostos Teóricos (p. XX)

e a Metodologia da Coleção (p. XLII), presentes no manual do professor, serão analisados conjuntamente com a parte direcionada aos alunos, por conseguinte os conteúdos relacionados ao recorte temporal deste trabalho, o século XX, dialogarão com os capítulos mencionados do manual do professor na última seção deste capítulo.

Conclui-se que o manual contém ampla seleção de orientações para o docente, que podem enriquecer as aulas de história, mas também podem engessar a atividade docente e tornar o professor um refém do seu manual, não obstante, as discussões em torno do manual do professor carecem ainda de pesquisas específicas. Para tanto, a análise do manual do professor do livro *A Conquista da História*, do nono ano do Ensino Fundamental, possibilitou verificar as imbricações que a BNCC e o PNLD têm não só no conteúdo, mas também na teoria e prática do ensino de história, possibilitou, ainda, explorar as características do livro didático e de sua construção. Portanto, ao analisar o livro do aluno, após a análise do livro *Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania*, focaremos na abordagem do conteúdo relacionado à contemporaneidade, especificamente aos regimes totalitários do século XX.

O livro didático *Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania* destinado ao último ano do Ensino Médio, foi escrito por Alfredo Boulos Júnior (Doutor em Educação (área de concentração: História Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)), Edilson Adão Cândido da Silva (Mestre em Ciências (área de concentração: Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (USP)) e Laercio Furquim Júnior (Mestre em Ciências (área de concentração: Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (USP)), conforme consta no livro didático na época em que foi elaborado. Cabe aqui destacar um dos aspectos problematizados acima ao se tratar do PNLD, que é a escrita de coleções de livros didáticos por autores não especializados em todas as disciplinas da área de ciências humanas, no caso do livro de ciências humanas e sociais aplicadas constam apenas autores das áreas de história e geografia.

A não obrigatoriedade da especificação na área dos autores de livros didático nos Editais do PNLD sempre foi objeto de discussão, referindo-se à disciplina de história, a maioria dos autores do Ensino Fundamental não eram formados em história, destacando-se a presença majoritária de pedagogos e/ou profissionais da educação na escrita desses livros didáticos, porém, o agravamento da questão ocorreu após a implementação do novo Ensino Médio, e a partir do PNLD 2021, em que a distribuição de livros por disciplina foi encerrada dando lugar às coleções por áreas de conhecimento, nas quais os conteúdos de história foram inseridos na área das ciências humanas e sociais aplicadas.

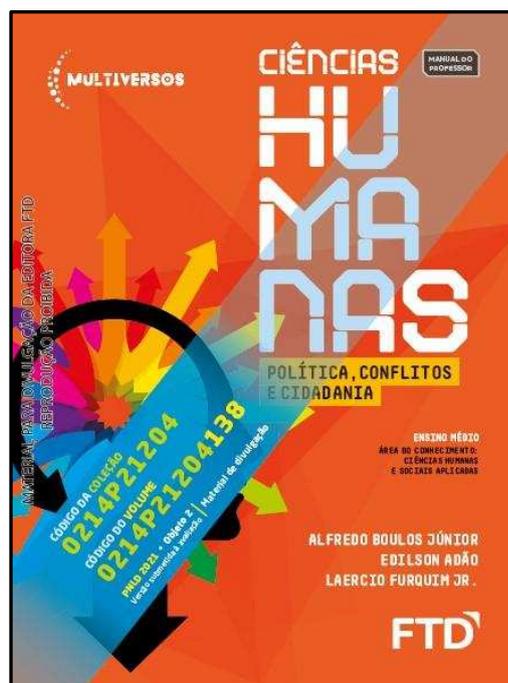
A Lei nº. 13.415 (reforma do Ensino Médio ) fez alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): apenas matemática, língua portuguesa e inglês passaram a ser disciplinas obrigatórias em todos os anos do Ensino Médio. Desta forma, as disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia passaram a ser ofertadas no itinerário formativo de Ciências Humanas, conseqüentemente, a partir do PNLB de 2021, os livros do Ensino Médio também foram ofertados por área de conhecimento, ficando a cargo das editoras definirem novamente seus autores que se enquadrassem na grande área do conhecimento à qual o livro didático seria destinado, como é o caso do objeto analisado nesta seção.

Para a análise foi usada a versão virtual do manual do professor que contempla em seu conteúdo o livro usado pelos alunos, a versão do manual didático foi localizada no site da Editora FTD no qual é possível localizar todos os livros da coleção “Multiversos Ciências Humanas”.

O livro didático, após a capa, apresenta ao leitor os autores do livro e suas respectivas formações, cabe destacar que os autores têm larga experiência com a produção de livros didáticos e com a referida editora, Alfredo Boulos Júnior, também foi autor do livro de história mais distribuído do PNLB 2020, tornando a coleção “História – Sociedade & Cidadania” objeto de diversas análises.

Nas duas páginas que seguem no livro está presente a ficha catalográfica e informações sobre a equipe editorial e a apresentação do livro pelos autores, na qual é possível ter um breve resumo da proposta da obra. Diferente do livro *A Conquista da História*, a apresentação é direcionada aos estudantes e não ao professor.

Imagem 3 - Capa do livro Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania



Fonte: Editora FTD

Pontua-se que, no volume 6 da versão analisada da coleção, os conteúdos se direcionam para o objeto do presente trabalho, portanto, não teremos contato nesta análise com os elementos gráficos que apresentam a coleção ao professor e o relacionam com a BNCC os PCNs como foi o caso do livro analisado anteriormente. Neste, após a apresentação da obra pelos autores, há os elementos gráficos do livro destinados para conhecimento dos alunos, com exceção dos boxes que destacam as competências e habilidades da BNCC nas páginas, que são de interesse dos docentes. Além dos boxes os capítulos contam com seções específicas que visam revisar o conteúdo e relacioná-los com a contemporaneidade.

Os boxes referentes às competências e habilidades da BNCC estão presente na primeira página de cada unidade do livro, informando aos professores quais serão trabalhadas com maior ênfase ao decorrer da unidade (JÚNIOR, *et al.*, 2021, [s.p]). Na mesma página está presente o texto que aborda o tema principal a ser trabalhado em toda unidade, sendo possível verificar a presença de imagens referentes ao tema trabalhado que, através de questões discursivas, são postas em debate junto aos alunos. A proposta visa mostrar as possibilidades do uso de imagens e fotografias como documento histórico, aproximando assim os alunos da pesquisa histórica e os desvinculando da ideia do uso exclusivo de documentos oficiais na historiografia. Além disso, as fotografias e imagens visam relacionar temas do contexto social do aluno com os conteúdos abordados no livro.

Para os alunos há dois boxes que podem ser vistos durante a leitura do livro. O primeiro, “Dialogando”, auxilia o aluno a participar oralmente da aula e contar relatos e experiências que possam contribuir com o debate sobre o assunto proposto, para os autores, esse box funciona como um “convite para que você se expresse oralmente e emitir uma opinião, contar uma experiência ou responder objetivamente a uma pergunta sobre o tema” (JÚNIOR, *et al.*, 2021, [s.p]). O segundo box, intitulado “Dica”, faz sugestões de mídias digitais e relaciona o assunto estudado com TDIC’s, no box ocorre “sugestão de livros, filmes, vídeos, sites, músicas etc. para ampliar a abordagem do assunto estudado” (JÚNIOR, *et al.*, 2021, [s.p]).

Nas unidades constam sete seções com objetivos diversos: I) Para refletir e argumentar: tem como objetivo desenvolver a capacidade crítica e analítica da realidade, proporcionando ao aluno maneiras de se posicionar frente às suas ideias e defendê-las de maneira “crítica e assertiva”; II) Integrando com Ciências da Natureza e suas Tecnologias: o principal objetivo da seção é realizar a interdisciplinaridade, relacionando as ciências humanas com as ciências na natureza, estabelecendo a conexão é possível verificar os assuntos estudados de outro ponto de vista; III) Retomando: conta com atividades para o aluno revisar o assunto trabalhado nas páginas anteriores e fixar o assunto trabalhado antes de começar o conteúdo seguinte; IV) Atividades síntese: nesta seção, o foco são problemas, conceitos e temas, e as possibilidade de serem analisados por diferentes perspectivas pelas disciplinas integradas nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, abordando conceitos à luz da história, sociologia, filosofia e geografia; V) Leitura de Imagem: busca explorar as fontes imagéticas relacionadas à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, através das atividades propostas ensina o aluno como fazer uma análise profunda das imagens e conectá-las com o assunto da unidade; VI) #Jovens Protagonistas: mostra ao aluno ações de jovens ou grupo de jovens, principalmente de grupos minoritários que buscam por direitos e mudanças nas suas realidades, a apresentação dessas ações servem para que o aluno as use como inspiração para a sua realidade; VII) #JovensEmAção: insere o aluno na prática e métodos da pesquisa científica a partir de pequenas etapas a serem cumpridas pelo aluno, as pesquisas majoritariamente são desenvolvidas em ambientes comuns do aluno para que tome conhecimento de sua comunidade social.

As propostas das seções têm intuito de cumprir as exigências do Edital do PNLD, porém, é perceptível que algumas das propostas não são palpáveis quando se leva em consideração as escolas públicas para a qual são destinadas, principalmente quando se faz alusão a qualquer método que envolve tecnologias digitais, por não haver estrutura para que sejam desenvolvidas.

Retorna-se, assim, a outro problema do Edital do PNLD, propostas bem elaboradas teoricamente que destoam da realidade do ensino público no Brasil.

O livro didático *Ciências Humanas: Conflitos, Política e Cidadania* é dividido em duas unidades com três capítulos cada. A primeira unidade intitulada “Autoritarismo e demandas na América Latina” que cronologicamente aborda eventos históricos até o século XX, enquanto a segunda unidade “Conjuntura internacional e realidade brasileira” é organizada para que o foco seja a história do tempo presente, relacionando-se com eventos de outras datas.

Desta forma, o livro destinado ao Ensino Médio carrega propostas relacionadas principalmente ao Brasil e à América Latina e à sua contextualização dentro de uma história global. É importante destacar que as pautas sobre Direitos Humanos e Ditaduras na América Latina são discutidas no livro didático que serão debatidas na próxima seção a partir dos mesmos critérios abordados no livro didático do nono ano *A Conquista da História*.

### **2.3 A relação entre memória e passado sobre as Ditaduras na América Latina no livro didático**

A história ensinada tem um papel importante na formação da memória histórica daqueles que a recebem. O livro didático segue sendo o principal artifício da veiculação textual desta e responsável pela continuidade do conhecimento histórico daqueles que não estão mais no ambiente escolar. Portanto, analisar determinado conteúdo histórico em diferentes livros didáticos é pensar que as narrativas ali presentes foram e/ou serão fundamentais para a percepção de fatos contemporâneos dos indivíduos que os consumiram, tendo como eixo de reflexão a forma como os consumiram.

Para a análise dos conteúdos referentes às ditaduras do século XX serão considerados os elementos textuais do livro didáticos em questão, as possíveis explicações do professor, e os fatores limitadores agregados a todos esses elementos. A abordagem dos autores será um fator passivo na análise por dois motivos, por entender que os livros passam por uma equipe editorial sendo o produto final distinto do original (aqueles escritos somente pelos autores) e por pensar que ambas as obras têm um fim mercadológico e seguem os Editais do PNLD, não podendo os autores e suas equipes editoriais se distanciarem das exigências presentes no documento.

Trata-se de um estudo sobre as narrativas presentes nos livros didáticos e suas aspirações com as tendências historiográficas, repercussões de vícios, uso de conceitos, revisão de fontes, revisionismo historiográfico e omissões. Assim, a produção recente das obras foi um dos fatores

decisivos para a sua escolha, uma vez que foram produzidas frente à Comissão Nacional da Verdade e à Lei de Acesso à Informação.

As narrativas sobre a ditadura civil-militar brasileira presentes nos livros didáticos atuam de formas distintas, a depender do aluno que faz a sua leitura, para uns as narrativas ali presentes terão suas ideias em suas totalidades absorvidas, levando em consideração suas próprias interpretações e leitura do texto integral, enquanto outros alunos, como discutiu Helenice Rocha (2017) terão a mediação do professor, funcionando como limitador do texto original “estabelecendo limites pretendidos da leitura dos alunos” (Rocha, 2017, p. 24). Diante disto, será considerado o texto em sua integridade para análise, por entender que as mediações dos docentes no sentido do funcionamento como limitador tem maior incidência do que as interpretações diversas que o texto pode ter a partir de sua leitura.

No livro do aluno *A Conquista da História* do nono ano, discutiremos a seção “De Jango ao Golpe de 1964” do capítulo 5 na unidade 3, assim como o capítulo 8 presente na unidade 4, intitulado “As Ditaduras na América Latina”. A cronologia escolhida, apesar de pôr a história do Brasil no âmbito da história global, pesa em deixar eventos históricos cronologicamente próximos na história do Brasil distantes no material didático:

Capítulo 1: A Proclamação da República

Capítulo 2: A Primeira República

Capítulo 3: Primeira Guerra Mundial e Revolução Russa

Capítulo 4: O totalitarismo e a Segunda Guerra Mundial

Capítulo 5: Da revolução de 1930 à ditadura civil-militar

Capítulo 6: A Guerra Fria e a expansão do socialismo

Capítulo 7: África e Ásia lutam pela independência

Capítulo 8: As ditaduras na América Latina

Capítulo 9: O fim da Guerra Fria e o Mundo Contemporâneo

Capítulo 10: O Brasil no século XXI

No livro didático o governo João Goulart e o golpe de 1964 são apresentados ao leitor no capítulo 5, ainda assim, o conteúdo referente ao próprio conceito de ditadura-militar que intitula o capítulo, é abordado somente três capítulos depois, no capítulo 8, que trata especificamente do período ditatorial brasileiro e nos países da América Latina, desde o golpe de 1964 até a promulgação da nova constituição em 1988. Porém, é no capítulo 10 que se

adentra às conjunturas do processo que levou à abertura da democracia em 1985. Tal organização pode dificultar o entendimento do aluno, que deve revisar capítulos que foram trabalhados em uma larga distância temporal ou levá-lo a estudar conteúdos considerados concluídos, deve-se também destacar que há informações importantes sobre o mesmo período que são omitidas em cada capítulo citado. Por exemplo, no primeiro contato em que o aluno tem com o termo ditadura civil-militar, no capítulo 5, não há explicação do conceito em questão, que deveria ser considerado por conta do peso que carrega dentro da historiografia e de sua relação inerente ao período do golpe de 1964, sendo abordado somente no capítulo 8.

O primeiro texto que trata do pré-golpe carrega o título “De Jango ao Golpe de 1964”, com foco nas eleições de 1960 e na renúncia de Jânio Quadros, além de tratar do surgimento da figura de João Goulart. O texto enfrenta dois problemas: a) o processo de renúncia de Jânio Quadros, limitado a “após enfrentar grande instabilidade interna, Jânio renunciou ao cargo sete meses depois” (Azevedo, *et al.*, 2017, p. 153), e b) a falta de explicação para o leitor de como um presidente e seu vice tinham convicções políticas tão distintas, isto é, não consta no texto ou nas orientações para o professor, a explicação sobre o funcionamento das eleições na época em que presidente e vice-presidente eram eleitos em chapas diferentes.

As instituições e grupos que atuaram nesse período são apresentadas em macroestruturas, setores políticos, militares, elites, trabalhadores, o que faz com que o leitor se incline a homogeneizar esses grupos, deixando para o leitor uma lacuna de quem eram os indivíduos membros dessas. A narrativa em dado momento mescla-se com a compreensão dos acontecimentos, como nos lembra Ricoeur (1994), “A obra narrativa é um convite a ver nossa *práxis* como... ela é ordenada por esta ou aquela intriga articulada na nossa literatura” (p. 126).

A relação entre João Goulart e as organizações de esquerda é uma incógnita no texto, é citado que havia desconfianças que Jango estava associado ao comunismo, porém, os fatos apresentados para comprovação desse fato foi apenas sua viagem à China (Azevedo, *et al.*, 2017, p. 153), não obstante, as reformas de base e as lutas dos trabalhadores mencionadas no texto para as quais Jango deu atenção, não são relacionadas aos grupos de esquerda aos quais pertenciam.

No contexto global, não há quaisquer menções à guerra fria, à luta anticomunista que ocorria no ocidente, ao financiamento dos Estados Unidos no Brasil e aos treinamentos de militares que já ocorriam na época do pré-golpe. Pelo menos desde 1960, já era possível verificar protestos da União Nacional dos Estudantes (UNE) contra acordos envolvendo os

Estados Unidos e a educação no Brasil, essa vinculação será mencionada somente no capítulo 8.

O leitor é apresentado às reformas de base propostas por Jango, o que chama atenção no texto é o lapso temporal entre a implementação do parlamentarismo em 1961 e o plebiscito em 1963, deixando de lado fatos importantes e significativos que ocorreram nesses dois anos, como a relação frágil do Congresso e dos setores militares com João Goulart. Ao abordar o plebiscito de 1963 o texto diz que “em 1963, foi convocado o plebiscito para decidir se o regime parlamentarista deveria continuar ou se o Brasil deveria voltar ao presidencialismo.” (Azevedo, *et al.*, 2017, p. 154), deixando vago sobre quem o convocou, em que circunstâncias ocorreu e, principalmente, qual foi a repercussão da convocação do plebiscito no congresso.

Os autores indicam que após a escolha do presidencialismo, Jango saiu “fortalecido”, porém sabe-se que Jango não conseguia equilibrar o jogo político em 1963, a própria convocação do plebiscito foi considerada por alguns como tentativa de golpe, apesar de não ter sido. Para Fico (2017) “Goulart jogou pesado”.

A consolidação do golpe em 31 de março de 1964 se faz presente em uma página compartilhada com uma fotografia, a efetivação do golpe é resumida em quatro breves parágrafos, é posto em debate o uso do termo “revolução” pelos militares com a explicação para os alunos dos motivos de não ser o termo correto para o evento, chama a atenção, ainda, à tentativa de explicar o conceito de “ditadura civil-militar”, “No entanto, é preciso lembrar que o golpe foi conduzido pelas elites político-econômicas do país [...]” (Azevedo, *et al.*, 2017, p. 155), que apesar do texto em outros momentos citar os proprietários de terra que eram contra a reforma agrária e as empresas multinacionais contrárias à nacionalização das empresas, falta explicação de como as elites econômicas de fato atuaram para consolidação do golpe.

É necessário apresentar ao leitor a explicação de conceitos caros à historiografia, principalmente aqueles que dependem do contexto histórico em que estão sendo citados, esquerda, comunismo, revolução e golpe, todos esses termos carregam conceitos distintos da contemporaneidade e podem ser facilmente confundidos com a atualidade, para Helenice Rocha

Sua definição contribui para que consideremos o desafio de ensinar história a alunos que ainda estão constituindo sua compreensão sobre o mundo social em sua discursividade e historicidade. O “político”, por exemplo, que muitas vezes é traduzido como corrupto a partir da bagagem experiencial dos alunos, precisa ser problematizado e historicizado, para que se perceba sua filiação a ideias e correntes ideológicas. Esquerda, direita, comunistas, comunismo, conservadores, Forças Armadas, são categorias que organizam os elementos presentes no mundo social ou natural. Não estão dados nesse mundo (Rocha, 2017, p. 256-257).

A efetivação do golpe de 1964 encerra no capítulo a abordagem da ditadura civil-militar brasileira, com as diversas lacunas apontadas acima. Cabe ainda ressaltar que a Guerra Fria, período em que ocorre paralelamente ao golpe de 1964, tema importante para compreensão das ideologias do capitalismo, comunismo e socialismo, é abordado no capítulo seguinte.

O próximo capítulo a tratar do período ditatorial do Brasil e na América Latina que será o foco nas próximas linhas, é o capítulo 8 intitulado “As Ditaduras na América Latina”.

No texto introdutório do capítulo consta que a cronologia dos eventos escolhida irá de 1950 a 1980, abrangendo não só o Brasil mas os “diversos países da América Latina” (Azevedo *et al.*, 2017, p. 210) não especificando no texto a quais países estão se referindo, há citação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) mas não há quaisquer citações no texto à Lei de Anistia que será abordada ao final do capítulo, crucial para o entendimento dos crimes cometidos no período da ditadura no Brasil.

#### Imagem 4 - Capítulo 8: As ditaduras na América Latina

**CAPÍTULO 8 AS DITADURAS NA AMÉRICA LATINA**

**OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM**

- Identificar as principais características dos regimes ditatoriais na América Latina.
- Caracterizar a ditadura civil-militar no Brasil.
- Compreender a democracia como princípio básico do Estado brasileiro.

Entre 1950 e 1980, diversos países da América Latina tiveram governos de caráter autoritário que cometeram arbitrariedades contra indivíduos e grupos sociais. Após a reinstalação das democracias, setores da sociedade civil começaram a se mobilizar para investigar os crimes cometidos pelos Estados ditatoriais.

No Brasil, em 2011, foi criada a Comissão Nacional da Verdade (CNV) para investigar as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. O relatório final da CNV, apresentado à sociedade em 2014, levantou o nome de 377 responsáveis diretos pelas práticas violentas ocorridas durante a ditadura civil-militar brasileira. Entre eles, estão os nomes de ex-presidentes militares, membros das Forças Armadas e policiais acusados de executar prisões arbitrárias, de cometer torturas e assassinatos, entre outros crimes.

Fonte: Editora FTD

Pode-se verificar que as organizações contrárias à ditadura, nesse primeiro momento, são nomeadas como “grupos considerados terroristas”. Para os autores “Neste capítulo, estudaremos as ditaduras latino-americanas e como esses regimes chegaram ao fim” (Azevedo *et al.*, 2017, p. 210).

### Imagem 5 - Nomenclatura usada no livro sobre os grupos de resistência



Fonte: Editora FTD

A discussão em torno do conceito de “ditadura civil-militar” está presente na primeira parte do texto específico, no qual se explica as diferenças entre ditadura, ditadura militar, e ditadura civil-militar, contudo, o texto novamente não especifica a quais regimes ditatoriais podemos associar cada um dos conceitos, para os autores “Na América Latina, entre os anos de 1950 e 1980, diversas ditaduras, tiveram também a participação de civis, como empresários, políticos, policiais e outros setores da sociedade que apoiavam ativamente os regimes” (Azevedo *et al*, 2017, p. 211).

A inserção da América Latina no contexto global tem seu espaço, especificamente no pós-guerra e na guerra fria, nesta conjuntura, destaca-se a ênfase que os autores dão para a influência dos Estados Unidos nos países da América Latina e sua relação direta com as políticas de combate ao comunismo, como treinamentos realizados pelos Estados Unidos e com a modernização dos militares nesses países.

No debate do capítulo é inserida a União Nacional dos Estudantes (UNE) a partir de uma fotografia de um cartaz em protesto contra a influência dos Estados Unidos na Educação Brasileira, porém, não há espaço para discussão do que foi a UNE no contexto da ditadura civil-militar brasileira. A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) está presente na fotografia “UNE, UBES, We like Fidel Castro” ao lado do texto em questão, porém, não há explicação sobre o que são as duas instituições.

Sabe-se que ambas foram importantes para a resistência contra o Estado de Terrorismo e que a formação das organizações de luta armada no Brasil contou com dissidentes da UNE. Além disso, a UNE participou do processo de formação de diversas organizações no pré-golpe, assim como uma das instituições ditas de esquerda que apoiavam João Goulart.

Retornando ao início do capítulo, a UNE ainda está enquadrada em “grupos considerados terroristas” (Azevedo *et al*, 2017, p. 211), uma vez que não foi posto no texto

quem eram esses grupos, dando a entender que se tratava dos grupos de oposição, além de não ser esclarecido ao leitor qual a parte das instituições citadas consideravam esses grupos subversivos.

A participação dos Estados Unidos no pré-golpe, antes apagada no capítulo 5, é destacada no capítulo 8. A influência da potência capitalista é estendida a outros países da América Latina – Cuba, Guatemala e Paraguai – com recorte de 1948 a 1976, da criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) ao período em que “boa parte da América do Sul estava tomada por regimes ditatoriais” (Azevedo, *et al.*, 2017, p. 212).

A seção seguinte “Características gerais das ditaduras latino-americanas”, como o título sugere, tenta estabelecer eixos comuns entre esses regimes. Além dos países citados acima são inseridos no debate os casos das ditaduras da Argentina e do Chile. A seção, apesar de na sua proposta destacar assuntos sensíveis como a violência, torturas e desaparecimentos nesses países, de certa forma homogeneiza os eventos históricos o que leva o aluno a entender que os acontecimentos aconteceram da mesma forma, durante e no pós-ditaduras. Há dois problemas principais a serem destacados nesse modo de narrar a história em um livro didático: o primeiro está relacionado à interpretação do texto que esses eventos ocorreram em recortes temporais simultâneos; o segundo, a atribuição de efeito e causa relacionados a esses eventos resultando no equívoco do aluno em acreditar que os países lidaram da mesma forma com os regimes durante e depois deles.

Os autores do livro didático atribuem características gerais às ditaduras latino-americanas, no âmbito da repressão,

As ditaduras latino-americanas foram marcadas pelo intenso uso da violência e da repressão contra todos os grupos considerados uma ameaça aos interesses dos Estados Unidos e das elites nacionais [...] O uso de técnicas de tortura e de assassinatos foi comum nos regimes ditatoriais (Azevedo, *et al.*, 2017, p. 213).

Na economia “Os regimes autoritários aproveitaram seus amplos poderes para realizar reformas econômicas. Para isso, promoveram a abertura das economias nacionais ao capital internacional e recorreram a investimentos e empréstimos internacionais” (Azevedo *et al.*, 2017, p. 213). Neste sentido, destaca-se a preocupação dos autores em informar ao aluno que essas “reformas econômicas” foram extremamente prejudiciais para a economia desses países a longo prazo e ainda reverberam na contemporaneidade, contribuindo para a desigualdade social no continente sul-americano.

Para esclarecer a questão da cronologia das ditaduras, é posto ao aluno um infográfico com o mapa da América do Sul no qual consta as datas das implantações dos regimes com

fotografias e imagens que representam esses períodos junto ao resumo de como ocorreram os golpes de estado que vieram a culminar nas ditaduras no Paraguai (1954-1989), Uruguai (1973-1985), Peru (1968-1980), Bolívia (1964-1982), Brasil (1964-1985), Chile (1973-1990) e Argentina (1966-1983).

Balestra (2016), ao comparar as ditaduras implantadas no Brasil e na Argentina, constatou que a memória sobre os períodos esteve relacionada com os modos distintos que os países lidaram com a abertura para a democracia, com as narrativas sobre os períodos e, principalmente, se houve punição dos responsáveis por implantar e manter o Estado de Terrorismo.

Do mesmo modo que a história, as políticas de memória e reparação também se distinguem nos dois países. Na Argentina, desde o início do processo de redemocratização, cerca de 515 pessoas foram condenadas pelos crimes cometidos durante o período, partindo-se da premissa de que os crimes de tortura são imprescritíveis e não passíveis de anistia. Além disso, houve um pedido de perdão público e formal pelo Estado, na figura do presidente da República Néstor Kirchner, em relação aos crimes cometidos no período. Organizações vinculadas à luta pelos Direitos Humanos tiveram um papel fundamental nesse processo, na defesa da memória dos desaparecidos e na luta contra a impunidade.

No Brasil, ainda prevalece a lógica do esquecimento. Não o esquecimento voluntário, relacionado à necessidade individual ou coletiva de seguir adiante, mas o esquecimento induzido, o *silenciamento* (CAVÍGLIA *apud* BAUER, 2011, p. 223), já que no país o processo de transição para a democracia foi totalmente controlado pelos militares. Ninguém foi punido até o momento, o acesso à documentação militar começou a ser permitido apenas em 2012, com a instalação da “Comissão Nacional da Verdade” (CNV), e ainda cabe aos familiares das vítimas do regime o ônus de provar a responsabilidade do Estado nas mortes e nos desaparecimentos (BAUER, 2011, p. 38) (Balestra, 2016, p. 252).

Portanto, as especificidades de cada regime devem ser tratadas nos livros didáticos para que se evite igualar esses eventos históricos pelo simples fato de ocorrerem no mesmo espaço geográfico. Cabe ainda destacar que o ensino de história foi responsável pela forma que a memória histórica sobre esses acontecimentos foi construída no Brasil e na Argentina.

No Brasil, o passado ditatorial está em constante disputa de narrativas, arrisco dizer que nenhum evento histórico sofreu tanto essas disputas quanto as que se referem à ditadura civil-militar brasileira.

Cabe ainda ressaltar que essas disputas não ocorrem somente nos documentos ou nos debates dentro das universidades, o debate acerca desse passado recente é público e constante, o que leva ao questionamento: as narrativas presentes nos livros didáticos sobre o período dão conta de combater as narrativas contrárias? Para Gasparotto e Bauer (2021):

é inegável que, nos últimos anos, tenha havido algumas modificações nessas narrativas apologéticas e negacionistas devido a fenômenos interligados entre si, como a web 2.0, as *fake News* e a pós-verdade, que fizeram com que essas versões tivessem uma difusão e um impacto sem precedentes devido à amplitude e à velocidade do alcance (Gasparotto; Bauer, 2021, p. 441).

Na seção “A Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-195)”, que trata somente do período ditatorial no Brasil, ocorre o primeiro contato com as organizações contrárias à ditadura ao abordar “Os anos de chumbo (1969-1978)”. Essas organizações são intituladas primeiramente de “grupos clandestinos que combatiam a ditadura por meio da luta armada” (Azevedo, *et al.*, 2017, p. 220). Em seguida, o texto perpetua a concepção de que as ações de guerrilha foram a causa do endurecimento do regime em 1968 e o aumento da repressão “Em resposta às ações de guerrilha, o governo endureceu a repressão” (Azevedo, *et al.*, 2017, p. 221), concepção que já foi superada pela historiografia. Pesquisas no âmbito da historiografia sobre a ditadura destacam que as ações de guerrilha e luta armada serviram para justificar o aumento da repressão, mas não que elas de fato seguiram uma lógica de causa e efeito. Para Fico (2004),

Portanto, é fundamental destacar que, se o anseio punitivo que caracterizava a linha dura não surgiu repentinamente em 1968, como reação à opção de parte da esquerda pela chamada “luta armada”, de fato, a partir do AI- 5, as diversas instâncias repressivas *já existentes* passaram a agir segundo o *ethos* da comunidade de segurança e de informações ou com ela entraram em conflito (Fico, 2004, p. 37).

É sabido que essas organizações eram pouco estruturadas, com diversas dissidências, com pouco poder bélico e quase todos os seus membros eram inexperientes militarmente, o que fazia com que esses grupos fossem facilmente diluídos pelo governo ditatorial sem quaisquer circunstâncias que de fato justificassem as medidas repressivas que foram tomadas. Algumas organizações eram mais fortalecidas principalmente com o treinamento de seus militantes fora do Brasil e abastecidas com expropriações, como a Guerrilha do Araguaia<sup>59</sup>, porém, grupos com essas características eram exceções.

Por fim, o trecho acima é o único no livro didático *A Conquista da História* que aborda em parte as organizações que são objetos neste trabalho com nomenclaturas genéricas para defini-las. No texto são usados os termos “grupos clandestinos” (p. 220), “ações de guerrilha” (p. 221), “grupos guerrilheiros” (p. 221), “grupos de luta armada” (p. 221), e “organizações de esquerda” (p. 221) a última ao se referir àquelas que não optaram pela luta armada. Em nenhum

---

<sup>59</sup> A Guerrilha do Araguaia foi um movimento de tentativa revolucionária, orquestrada pelos militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Ela ocorreu nas regiões do Maranhão, Pará e Tocantins, entre 1972 e 1974, cuja maior motivação era tomar o poder do Estado brasileiro a partir de uma estratégia de combate voltada para a luta camponesa baseada nas Revoluções Chinesa de 1949 e Cubana de 1959 (Costa, 2022, [s.p]).

momento do texto são citadas quaisquer organizações com seu nome, portanto, nem as principais no quesito de ações e expropriações são mencionadas. Diante disso, é necessário que os professores e alunos tenham documento capaz de guiá-los em direção à historiografia desses grupos e de suas particularidades, que é a proposta do *E-book* “Resistência e Luta Armada: As Organizações Contrárias à Ditadura (1968-1975)”.

Nas linhas que seguem, será analisado o livro didático *Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania* de Alfredo Boulos Júnior, Edilson Adão e Laercio Furquim Jr, o livro faz parte da coleção multiversos, direcionada para o Ensino Médio.

Considerando os limites cronológicos da pesquisa e a necessidade do conteúdo analisado ser abordado ou não no livro, o capítulo 3 da primeira unidade será o foco do estudo. O capítulo “Experiências autoritárias na América Latina” é dividido da seguinte forma:

Seção 1: O caso do Chile

Seção 2: O caso da Argentina

Seção 3: O caso do Brasil

Por não haver em nenhum outro capítulo do livro menções às organizações e ao período aqui trabalhado, não houve necessidade de citá-los.

No capítulo do livro o recorte cronológico é de 1960 a 1980, apesar de não haver uma seção específica para o caso da ditadura do Uruguai o país é citado na abertura do capítulo: “Os anos entre 1960 e 1980 assistiram à ascensão de governos ditatoriais no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai” (p. 60). Embora o texto não use o termo civil-militar, deixa claro que esses regimes foram instaurados com o apoio de parte da sociedade e serviram como forma de legitimar os governos ditatoriais. Destaca-se no texto a importância do estudo desses períodos em decorrência de na atualidade ainda haver resquícios desses regimes na memória e política dos países estudados.

Hoje, esses países voltaram a aderir a via democrática, porém essa experiência autoritária continua tendo desdobramentos políticos importantes na atualidade. Por isso, há a relevância de estudar as estratégias utilizadas pelas ditaduras latino-americanas para legitimar seu poder (Boulos Júnior *et al.*, 2021, p. 60).

O caso da ditadura Chilena é relatado em três páginas (p. 60-62), a síntese do conteúdo não possibilita abordagens de detalhes, sendo os eventos históricos resumidos à vitória de Salvador Allende nas eleições presidenciais em 1970, as reformas socialistas que defendia – que o texto acusa de serem as causas da ascensão do ditador Augusto Pinochet em 1973 –, e por fim o plebiscito de 1988 que retornou o governo chileno para as vias democráticas. Os limites impostos pela quantidade de páginas destinadas ao conteúdo, resultou em uma narrativa

simplista de causa e efeito, tendo pouca relação do golpe Chileno com as outras ditaduras latino-americanas que carrega o título do capítulo, além disso é explorada somente a relação dos golpistas com os Estados Unidos na articulação do golpe.

A estrutura didática proposta pelo livro para apresentar a ditadura chilena é dividida em três tópicos: a) O caso do Chile; b) Ditadura de Augusto Pinochet; e c) O “não” ao ditador chileno. Apesar da abertura do capítulo estabelecer as relações entre os governos ditatoriais e a conjunturas políticas atuais, não há alusão nas páginas à memória sobre o período, ou ao que aconteceu com os golpistas após a abertura para democracia e/ou as repercussões políticas e econômicas na atualidade do país.

Os autores citam que houve participação de setores não fardados para a consolidação do golpe, neste caso os empresários. Cabe ainda salientar que houve interesse dos autores em destacar que o evento que levou ao golpe chileno tem suas especificidades e é viabilizado o primeiro contato com o termo civil-militar para caracterizar o golpe.

De outro, os Estados Unidos, líder do bloco capitalista na Guerra Fria, e **parte do empresariado chileno**, que se consideravam prejudicados pelo governo Allende e queriam derrubá-lo.

Os adversários de Allende se articularam e desfecharam um **golpe civil-militar** com o apoio dos Estados Unidos. Em 11 de setembro de 1973, militares chilenos bombardearam o Palácio de La Moneda, sede do governo do Chile. A violência empregada naquele 11 de setembro **não teve paralelo em qualquer outro golpe civil-militar latino-americano** até aquele momento (Boulos Júnior *et al.*, 2021, p. 61-62, grifo meu).

Posteriormente, “O caso da Argentina” (p. 63) tem o seu conteúdo dividido em três páginas, a segunda e a terceira contêm duas subseções: “As Mães da Praça de maio” (p. 64) e “A transição democrática e a construção da memória” (p. 65). O recorte cronológico se dá a partir de 1970, apesar dos autores destacarem os golpes que ocorreram na Argentina desde a década de 1930 não há interesse em algum aprofundamento nos outros golpes.

Entre 1970 e 1976 o texto não deixa claro os fatores que levaram ao golpe, há presença de narrativas reducionistas de crise e instabilidade no governo antes de Domingo Péron – que ocasionou sua vitória nas eleições em 1973 – e em sequência a sua morte em 1974, que resultou na ascensão ao poder de sua esposa Maria Estela Martinez de Péron (Isabelita Perón). Os motivos que justificam as medidas adotadas por ela não são postos no texto, as perseguições políticas contra adversários feitas por Isabelita são citadas sem alguma contextualização política, levando o leitor a acreditar que o governo democrático adotou práticas que levaram ao golpe de 1976.

No entanto, durante esses três anos, a luta política se intensificou e o governo peronista fez uso de sequestro, tortura e fuzilamento para reprimir seus adversários políticos. Apesar disso, o peronismo não se manteve no poder. O país vivia uma crise social e econômica, o que facilitou o caminho para um golpe de Estado: em 24 de março de 1976, militares das três armas, liderados pelo General Jorge Rafael Videla (1925-2013), tomaram o poder e instalaram uma cruel ditadura, que permaneceu no poder até 1983 e eliminou cerca de 30 mil opositores, segundo as organizações de direitos humanos (Boulos Júnior, *et al.*, 2021, p. 63, grifo meu).

Para Capelato (2006), a experiência da ditadura Argentina e suas conjunturas políticas foram excepcionais em toda a América Latina e explica que para haver um conhecimento crível sobre o período “é preciso levar em conta as continuidades e rupturas históricas” (p. 64).

Em termos de história factual, aparecem resumos apenas na primeira página citada, a subseção posterior, que trata das Mães da Praça de maio, abre o debate para os grupos de resistência ao Terror de Estado e de sua importância para dar visibilidade às crueldades da ditadura argentina. Na última subseção, “a transição democrática e a construção da memória”, é citado um texto da professora Maria Helena Capelato que remete ao objetivo dos golpistas de também criarem uma memória sobre esse período, porém, o texto não tem nenhuma contextualização com o assunto tratado nas páginas anteriores, uma vez que o processo de redemocratização da Argentina e o fim da ditadura, assim como os processos que levaram à abertura, são uma lacuna para o leitor.

Desse modo, as páginas reservadas para o caso da ditadura argentina no livro *Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania* omite debates históricos importantes, dentre eles, destaco três: a) os processos que antecederam a vitória de Domingo Péron; b) as conjunturas políticas adotadas por Maria Estela Martinez de Péron, não há no texto os fatos que levaram o governo a tomar medidas radicais contra os opositores e nem cita quem de fato eram esses opositores perseguidos; e c) o processo de redemocratização argentina, não havendo qualquer citação do fato.

O capítulo 3, “O caso do Brasil”, é apresentado ao leitor dividido em três subseções: “Militares no poder”, “A linha-dura” e “Economia”. A ditadura civil-militar brasileira é apresentada a partir do golpe de 1964, o termo “golpe civil-militar” é usado para se referir aos eventos ocorridos no ano da derrubada de João Goulart, todavia, em nenhum momento do texto é citada qual foi a participação civil na instauração da ditadura e também não há qualquer menção aos empresários e suas insatisfações com o governo de Jango, pelo contrário, ao nomear uma subseção de “Militares no poder” perdura uma linha historiográfica já rompida em que

estabelecia que o golpe foi exclusivamente planejado, executado e mantido apenas pelos setores fardados.

Uma junta militar formada por oficiais das três armas (Exército, Marinha e Aeronáutica) assumiu o comando do país e, logo nos primeiros dias de abril, desencadeou uma violenta repressão contra pessoas, grupos e órgãos ligados ao governo anterior (Boulos Júnior *et al.*, 2021, p. 68).

A subseção “A linha-dura” marcada pelo início dos “anos de chumbo” se refere ao período de instauração do Ato Institucional n.º 5 de 1968 e implantado em 1969, geralmente é nesse recorte que é citada a luta armada, que se subteme a participação de organizações contrárias à ditadura. Contudo, na subseção “A linha-dura” há um tópico nomeado “A resistência democrática: estudantes, operários e políticos”. Como o próprio nome sugere, o tópico argumenta sobre protestos pacíficos e “oposição parlamentar” criando um gancho para “Os anos de chumbo” que é resumido em apenas um parágrafo. Há citação da criação dos órgãos repressivos a partir de 1969, e que seu objetivo era combater os sujeitos considerados subversivos, em seguida, os autores apresentam os métodos desumanos utilizados pela ditadura, como sequestros, prisões e torturas.

O governo Médici (1969-1974) invadiu universidades, perseguiu todos aqueles que considerava subversivos e implantou uma rigorosa censura aos meios de comunicação. Além disso, aparelhou e aperfeiçoou os órgãos de repressão, como o Serviço Nacional de Informação (SNI), o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Destacamento de Operações Internas e Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-Codi). Nas dependências desses órgãos, os cidadãos suspeitos de “subversão” eram presos e torturados sem que a família ou alguma autoridade jurídica fosse informada. Os agentes desses órgãos usavam técnicas de tortura especializadas, inclusive choques elétricos em partes sensíveis, para arrancar confissões dos presos. Muitos deles não suportavam os maus-tratos físicos e morriam no local (Boulos Júnior *et al.*, 2021, p. 71).

Portanto, conclui-se que o livro didático *Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania* omite fatos imprescindíveis para a compreensão do período ditatorial brasileiro, das temáticas que ficam de fora do debate, destaco três: a) O pré-golpe, ou seja, os fatos que levaram à queda de João Goulart; b) a participação dos empresários e de parte da sociedade na consolidação do golpe; e c) a Lei de Anistia e o processo de abertura para a democracia. As temáticas referentes à resistência não pacífica, a luta armada e ações de guerrilha não são citadas em nenhum momento, nas páginas sobre o caso da ditadura civil-militar brasileira são abordadas temáticas referentes à economia e à propaganda de massa, após esses conteúdos o capítulo 3 é encerrado dando início a conteúdos distintos dos trabalhados no presente capítulo.

Os livros aqui analisados foram, são e serão para alguns, a única fonte de acesso a narrativas à luz da historiografia sobre a ditadura civil-militar brasileira em toda as suas vidas, isto se dá pelo motivo da produção acadêmica ainda não ter rompido totalmente os muros da academia, apesar do número de professores de história que se dedicam à história pública, alguns citados neste trabalho, serem maiores do que tínhamos a uma década.

Considera-se, assim que é necessário que o livro didático não deixe lacunas para possíveis interpretações distorcidas, a exemplo do caso do apagamento das organizações aqui citadas que podem ser entendidas como não importantes para o debate sobre o período. Deve ser levado em consideração, ainda, que as interpretações fora da história falam sobre elas, como afirma Gasparotto e Bauer.

Muitas vezes, somos inquiridas pelos/as estudantes sobre “quem tem razão” em uma controvérsia sobre determinado acontecimento e devemos explicar aos alunos as diferenças entre conhecimento histórico e memórias e opiniões, afirmando que não existe equivalência entre essas narrativas, e nem todas as manifestações estão permitidas frente aos argumentos de liberdade de expressão e opinião que têm sido utilizados para a disseminação de discursos de ódio, além da apologia da ditadura civil-militar (Gasparotto; Bauer, 2021, p. 441).

Para que essas omissões e apagamentos sejam revistos é necessário que as políticas e critérios do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) sejam revistas, mais ainda, urge a necessidade de alteração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) à qual se relaciona PNLD.

### CAPÍTULO III – MILITANTES CONTRA O ESTADO DE TERRORISMO

A luta armada brasileira que ocorreu no período da ditadura civil-militar brasileira entre 1968 e 1975 conta com um extenso acervo de produções e pesquisas sobre as organizações que atuaram nesse processo. Destaca-se que — apesar da ampla produção acadêmica — a luta armada e as organizações não obtiveram lugar relevante nas aulas de história e nos livros didáticos de histórias e/ou ciências humanas.

Neste capítulo, parte-se da hipótese que os conteúdos sobre a luta armada e sobre as organizações contrárias à ditadura foram omitidos ou apagados, tanto nos assuntos gerais quanto nas suas especificidades. E que, quando abordados não retratam a complexidade dessas organizações, suas estruturações e muito menos as relações interpessoais que ocorriam entre seus membros.

O Ato Institucional n.º 05 (AI-5) de 1968, implantado em 1969, intensificou e institucionalizou a repressão contra essas organizações e tensionou as relações nesses grupos, devido as dúvidas quanto aos rumos que a resistência tomaria frente a Lei de Segurança Nacional, às políticas de Segurança Interna e o fechamento do Congresso Nacional entre dezembro de 1968 e 30 de outubro de 1969. As cartas dadas pelo AI-5 não se limitaram apenas ao seu texto, após o AI-5, a crise de transição do poder — ocasionada pelos problemas de saúde do presidente Costa e Silva e pela manifestação de Pedro Aleixo em não prosseguir com o Ato — desencadeou o rompimento com a recente Constituição de 1967, uma vez que previa que em caso de incapacidade do presidente em exercício, seu vice deveria assumir o cargo.

Pedro Aleixo, vice de Costa e Silva, transmitiu pouco interesse em seguir com o AI-5, o que abalou suas relações com os chefes militares, desta forma, em 1969, através de uma junta integrada pelos ministros do Aeronáutica, do Exército e da Marinha, iniciou-se o processo de escolha presidencial distinto daquele previsto na Constituição de 1967 que “elegeu” o General Emílio Garrastazu Médici.

A crise sucessória do governo ditatorial indicou que não havia limites para as decisões tomadas pelo governo ditatorial, podendo estas passar por cima até mesmo das legislações promulgadas pelos próprios militares. Desta forma, os membros de organizações de luta armada ou não, foram cada vez mais sufocados a partir de 1969, aumentando a tensão nas relações interpessoais dessas organizações.

Para Maria Helena Moreira Alves (1989) além do AI-5 outras leis acarretaram com a amplificação da repressão:

[...] no dia 5 de setembro baixou os Atos Institucionais N.º 13 e 14, destinados a reforçar a estruturação legal do Aparato Repressivo. O Ato Institucional N.º 13 estabelecia que todos os presos políticos trocados por dignitários sequestrados seriam banidos do território brasileiro; na realidade, ele dava ao Executivo o poder de banir do país “o brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional”. O Ato Institucional N.º 14 era uma emenda à Constituição de 1967, tornando as penas de morte, prisão perpétua e banimento aplicáveis em casos de “guerra psicológica, guerra adversa revolucionária ou subversiva”, assim como em caso de guerra externa (Alves, 1989, p. 157).

[...] Duas outras importantes medidas foram tomadas em consequência do sequestro do embaixador dos Estados Unidos. A primeira foi a Lei de Segurança Nacional de 29 de setembro de 1969 “; a segunda à Constituição de 1969, outorgada durante o recesso do Congresso, sob a forma da Emenda N.º 1, de 17 de outubro de 1969 (Alves, 1989, p. 158).

Em vista disto, é perceptível o esforço do governo ditatorial em desarticular movimentos considerados terroristas e subversivos, porém, há de se destacar que os militares antes mesmo da crise sucessória já planejam endurecer o regime, por isso, o aumento da repressão não deve ser encarado como resultado das ações dos guerrilheiros e sim como um produto da agenda política ditatorial. As ações desses grupos, especificamente o sequestro do embaixador estadunidense, apenas tornaram o ambiente político favorável diante da opinião pública e da política externa, para instituição das leis que elevaram a repressão no Brasil e aumentaram os poderes do presidente no final da década de 1960.

As leis citadas acima tinham como objetivo também perseguir universidades, a imprensa, opositores políticos e até mesmo militares que discordavam dos rumos que o regime estava tomando, pode-se afirmar que o governo ditatorial tinha interesse em desarticular outros setores, tanto o quanto queriam extinguir a luta armada. Uma perspectiva de análise para aprofundar a ideia de que os militares também tinham interesse em atingir outros setores parte da premissa que as leis não se limitavam apenas aos grupos de resistência e/ou aos seus membros.

As ações do Estado de sobrepor as próprias legislações vigentes após 1969, no que se refere a transição de poder, que não seguiu o que previa a Constituição de 1967 — implementada no contexto do pós-golpe — e da necessidade de promulgar novas leis a fim de “legalizar” o aumento da repressão, intensificou as características da ditadura brasileira como “Terror de Estado”. O terrorismo de Estado intensificou-se e concretizou-se em 11 de novembro de 1971 “quando o governo baixou o decreto-lei autorizando o Executivo a promulgar decretos-lei secretos, cujos textos não seriam divulgados em qualquer publicação oficial” (Alves, 1989, p. 159).

Desta maneira, a repressão estava com aparatos ilimitados para combater quaisquer grupos, indivíduos ou instituições que fossem suspeitas de atentarem contra a Segurança Nacional.

Para Padrós (2008):

Quando a violência institucional do poder estatal extrapola os atributos coercitivos constitucionais, é porque se reconhece que os mecanismos daquela são insuficientes na ação persuasiva e de neutralização dos descontentamentos sociais. O recurso ao **terror de Estado** e a intensidade da sua implementação estão diretamente relacionados à dimensão da percepção da ameaça a que se vêem expostos os setores dominantes, ante o questionamento popular do sistema de legitimidade em que se tem fundamentado a dominação de classe. Ou seja, enquanto parte integral da luta de classes, o objetivo do **terror de Estado** tem propósitos políticos específicos: derrotar os movimentos populares organizados, destruir projetos de mudança do *status quo* da propriedade, da relação capital-trabalho e/ou da distribuição da riqueza social e destruir as instituições políticas e sociais democrático-representativas (Padrós, 2008, p. 153, grifo meu).

As organizações contrárias à ditadura civil-militar brasileira e seus membros tentaram combater o terror de Estado implantando no Brasil em 1969, essa luta significativa e dolorosa proporcionou uma resposta ao regime de que mesmo sanadas as vias legais ainda havia tentativas para tirar os golpistas do poder. Enquanto os jornais e universidades estavam censurados e seus membros sofriam perseguições para que não publicizassem suas insatisfações contra o governo, as organizações atuavam na luta armada com pouco material bélico, pouco contingente e membros despreparados, por conta disso, devem ser discutidas em sala de aula nas aulas de história.

A não discussão sobre essas organizações frente a impunidade dos criminosos do período ditatorial fez com que nos últimos anos houvesse questionamentos sobre os eventos ocorridos entre 1964 e 1985 no Brasil. Verificou-se uma fermentação nas discussões entre militantes torturados e militares, que mesmo após a apuração dos crimes cometidos, vieram a público fazer um revisionismo ideológico sobre as exceções ocorridas na ditadura.

Para Carla Luciana Silva (2021) as omissões e apagamentos no debate público sobre a luta armada no Brasil, possibilitou a aceitação de discursos negacionistas por parte da população brasileira:

[...] algumas pessoas começaram a falar, a escrever suas memórias, a reconhecer seus torturadores em locais públicos. Isso gerou também uma atitude do lado daqueles que perpetraram o Terrorismo de Estado. Quando qualquer ameaça de justiça se abateu sobre eles, reagiram, buscaram escrever suas versões dos fatos. E com isso, de forma subterrânea, mantiveram uma

versão laudatória e saudosista da Ditadura. Junto com uma historiografia muito preocupada em deslegitimar o caráter das lutas ocorridas contra a ditadura, estava dado um pano de fundo para que vivenciássemos manifestações públicas pedindo a volta da mesma, sobretudo a partir de 2015 (Silva, 2021, p. 23).

Em 2021, a historiadora Carla Simone Rodeghero e o historiador Vanderlei Machado, publicaram uma ampla pesquisa sobre os livros didáticos e a participação das mulheres na luta armada. Ao início do texto, um dos questionamentos levantados pelos autores é sobre o aumento de pesquisas no âmbito da luta armada no Brasil e o não acompanhamento dos livros didáticos a respeito dessas pesquisas, “a concomitância entre o vigor da produção acadêmica e a timidez da renovação dos conteúdos dos manuais escolares” (Rodeghero; Machado, 2021, p. 4).

Em consequente, discute a respeito das atividades das mulheres na luta armada e a relação intrínseca dessas com a causa revolucionário, relacionando com os livros didáticos analisados na pesquisa e destacando principalmente a presença de homens, quando esses grupos são citados.

Apesar dos autores focarem na presença das mulheres na luta armada e no discurso sobre elas nos livros didáticos, os historiadores concluem que a própria luta armada tem pouco espaço nos seus livros analisados e focam em eventos de “grande” relevância, porém, sem maior aprofundamento, “[...] os temas são os mesmos em praticamente todas as obras (assaltos a bancos, sequestros de diplomatas e troca por presos políticos, liderança de Carlos Marighella e Carlos Lamarca, Guerrilha do Araguaia) (Rodeghero; Machado, 2021, p. 20).”

O presente capítulo justifica-se pela ausência de aprofundamento do conteúdo sobre a luta armada e sobre as organizações nos livros didáticos do ensino médio e do ensino fundamental, ausência comprovada por esta pesquisa e pelos autores acima citados.

Tendo em vista o acima exposto, serão abordados no capítulo os temas abaixo relacionados:

a) os principais entraves que as organizações contrárias à ditadura civil-militar brasileira enfrentavam internamente, sabe-se que a repressão movida pelo Estado foi decisiva para o fim dessas organizações, mas que havia debates que ocorriam internamente que foram responsáveis pelas dissidências e enfraquecimento desses grupos;

b) as principais linhas teóricas que as organizações seguiam e suas influências práticas para estabelecer a revolução e/ou tomar o poder dos golpistas; e

d) a importância das ações dos grupos de resistência para o crescimento do debate sobre as exceções do regime durante o período em que ocorria e também a publicização da insatisfação por parte da sociedade frente às conjunturas políticas do governo ditatorial.

### 3.2 Teoria e prática

Desde 1922 com a instituição do PC-SBIC as organizações que optaram pelas linhas teóricas e práticas da revolução comunista/socialista no Brasil transitaram por diversos documentos e influências internacionais sobre como fazer a revolução no Brasil. Estas mudanças foram conjecturadas a partir do contexto político em que esses grupos viviam ao decorrer da história do Brasil e das mudanças que ocorriam internacionalmente nos países em que a revolução teve sucesso.

A expoente obra *Combate nas Trevas (1987)* do historiador e ex-militante do PCB, Jacob Gorender, trata sobre a trajetória política desses grupos tanto nos debates internos quanto externos, atribuindo essa influência estrangeira às literaturas nas quais os militantes tinham contato ou através das visitas e treinamentos que certos membros conseguiam fazer a esses países.

Apesar do marco do surgimento dessas organizações ser de 1922, a partir da Seção da Internacional Comunista no Brasil, há uma estreita relação dessas organizações com o fim da segunda guerra mundial em 1945 e a Guerra Fria que a seguiu. A conjuntura política mundial relacionada com a polarização entre capitalistas e comunistas/socialistas teve seus desdobramentos no Brasil, especificamente nas organizações, nas formas de lidar com a revolução e nas paixões dos seus militantes.

A Guerra Fria (1947-1991) propiciou forte sentimento de adesão às causas revolucionárias, advento das vitórias de países contra o eixo capitalista, como a trajetória de sucesso que os comunistas tiveram na Guerra do Vietnã (1947-1975) que culminou na tomada da cidade de Saigon em 1975, marcando uma forte marca nos comunistas ao redor do mundo.

As sequências de derrotas do bloco capitalista em guerras na Ásia e a forte influência da China e da União Soviética no mundo fez com que os Estados Unidos, preocupados com o desenrolar da história da Revolução Cubana, implantassem medidas para que os ideais comunistas não frutificassem na América Latina.

A curta Guerra da Coreia (1950-1953) também já era uma influência sobre os militantes a respeito das potências que apoiaram a Coreia do Norte, China e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que mais tarde se tornariam referências na luta anticapitalista e anti-imperialista, exportando treinamentos e obras de intelectuais.

Para Alves (2022), a presença dos militantes dessas organizações em meio à efervescência que vivia o mundo na década de 1960 foi de suma importância para adesão de

jovens à causa da luta armada, principalmente os eventos ocorridos em 1969, nas palavras do cineasta Silvio Tendler, um ano “orgasmático” para o mundo:

[...] a juventude militante não sofria apenas influência da idade e das paixões da juventude. Eles estavam inseridos no ápice da revolução cultural do final dos anos 1960. A crescente influência do governo norte-americano não estava somente do outro lado, a juventude brasileira de classe média estava no meio da Guerra do Vietnã, do movimento Hippie e da chamada Revolução Sexual de 1969 (Alves, 2022, p. 47).

Isto posto, destaca-se que apesar das influências teóricas relacionadas à revolução socialista/comunista encabeçadas por teórico Cubanos, Chineses e Soviéticos, constata-se também que diversos membros desses grupos, principalmente os jovens, eram movidos pelos ideais revolucionários próprios do tempo em que viviam, e não somente das extensas literaturas de esquerda.

Apesar dessas organizações, terem objetivo(s) em comum, cabe ressaltar que há problemáticas em homogeneizar esses grupos, uma vez eram subsidiados por diferentes influências teórico/práticas, nota-se também que ao longo de suas trajetórias diversas organizações mudavam de segmentos e líderes, essas mudanças associadas à conflitos internos resultaram em dissidências de membros, extinção e fusão de organizações e alterações em suas nomenclaturas.

A formação de diversas organizações, produto das dissidências e insatisfação de seus membros, fez com que inúmeros grupos atuassem contra o governo ditatorial, em maior ou menor escala, por conta disso, é necessário que se faça um breve recorte das organizações que serão abordadas neste trabalho, para esse recorte de objetos tomou-se como referência a obra *Combate nas Trevas (1987)* na qual considerou-se as organizações retratadas na obra que tiveram vasto número de atividades relacionadas ao combate ao terrorismo de Estado.

No quadro abaixo cito as organizações que serão abordadas neste trabalho, o ano em que surgiram e os grupos formados a partir da dissidência de seus membros:

**Quadro 1 – Principais organizações contrárias à ditadura civil-militar brasileira**

<b>Ano de Formação</b>	<b>Nome da Organização</b>	<b>Organização de Origem</b>
<b>1962</b>	Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	Partido Comunista Brasileiro (PCB)
<b>1966</b>	Movimento Nacional Revolucionário (MNR)	Organização Política Operária (POLOP)

<b>1967</b>	Movimento Revolucionário – 8 de outubro (MR8)	Partido Comunista Brasileiro (PCB)
<b>1967</b>	Comandos de Libertação Nacional (COLINA)	Organização Política Operária (POLOP)
<b>1967</b>	Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)	Organização Política Operária (POLOP)
<b>1968</b>	Ação Libertadora Nacional (ALN)	Partido Comunista Brasileiro (PCB)
<b>1969</b>	Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares	Unificação da COLINA com a VPR

Fonte: Jacob Gorender (1989)

A partir do quadro acima é perceptível que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) enfrentou um grande número de dissidências na década de 1960, nota-se também que a maioria organizações formadas após dissidências do PCB se tornaram adeptas da luta armada. Para que se tenha um parâmetro mais claro do contexto em que vivia o PCB no início da década de 1960 que foram favoráveis a essas dissidências, nas linhas dispostas abaixo será discutido brevemente esse momento na história do PCB, contextualizado com as eleições de 1961, com o golpe de 1964 e sob a perspectiva dos militantes dissidentes.

É notório que o PCB foi central para a formação de outras organizações que foram fruto das dissidências que ocorreram no partido a partir de 1961, sabe-se que a história do PCB data desde 1922, no entanto, consideraremos parte da história deste partido a partir da década de 1960, este recorte visa apontar os problemas que vivia o PCB, que ocasionou a insatisfação de seus membros, contextualizados a partir do momento histórico que vivia o Brasil nessa década: as eleições presidenciais e as conjunturas do pré-golpe.

O PCB, que adquiriu a legalidade em 1945, e desde então se tornara o principal partido e representante da esquerda no Brasil, dispunha de aproximações com o movimento camponês e com o movimento estudantil, em geral, tinha boas relações e era considerado uma influência para as organizações de esquerda, ainda assim, era engessada a sua relação com os trabalhadores.

Desde 1945, os documentos apresentados ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para legalizar o partido, já contava com ideais que não eram bem apresentados aos seus membros, ainda na legalidade, o partido encontrou-se com ideais controversos “[...] se entregaram à pregação do trivial pacifismo. Acreditavam nos bons propósitos da burguesia nacional, então chamada de progressistas, e recomendavam aos trabalhadores o entendimento com os patrões em benefício do desenvolvimento da economia brasileira” Jacob Gorender (1987, p. 20-21).

Nos anos de 1960 e 1961 o PCB foi aos seus extremos, a campanha eleitoral de 1960 que elegeu Jânio Quatros, adversário de Teixeira Lott, candidato apoiado pelos comunistas e a ascensão de João Goulart à presidência da república após a renúncia de Jânio, figura política que o PCB tinha aproximações. Essa possibilidade de presidente e vice serem de linhas políticas totalmente distintas só foi possível devido ao processo de eleições em que foram eleitos, no processo, presidente e vice-presidente eram eleitos em chapas distintas.

Em consequente, a aproximação com Jango, o PCB sob a liderança de Luís Carlos Prestes, enfrentou os mesmos problemas da década de 1940, a efervescente insatisfação dos membros com a proximidade do partido com a burguesia nacional o que distanciava ainda mais o partido dos trabalhadores, influenciado neste momento também pela revolução cubana.

Em síntese, os principais problemas advindos do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que levaram às dissidências de diversos membros ao longo da década de 1960 e consequentemente deram início à outras organizações, estão ligados aos rumos que o PCB tomou partir de 1958, seguiu uma linha pacífica para implementação da revolução e de viés burguês (Coelho, 2020, p. 14-16).

O primeiro grupo formado a partir das dissidências do PCB foi o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em 1962, as motivações para a formação de uma nova organização — que apesar de levar o nome de partido só foi legalizado após o fim da ditadura em 1985 — estão relacionadas a aversão dos membros do PCB às decisões tomada no antigo partido. A história do PCdoB principia a partir 1962, contudo, o eixo que norteará as questões sobre o PCdoB será em sua maioria a partir de 1968, ano em que a luta armada se intensificou no Brasil, os anos que seguiram foram os mais recorrentes nos relatos dos militantes, principalmente daqueles citados na obra de Silva (2021), até 1975.

Paralelamente ao surgimento do PCdoB, surge a Organização Política Operária (POLOP) em 1961, diferente do PCdoB, não nasceu através de dissidências de membros do PCB mas de estudantes e intelectuais que se mostravam insatisfeitos com a luta revolucionária que o PCB mantinha. Os polopistas partilhavam das mesmas indignações que o PCdoB em relação ao PCB, desde sua fundação viam a guerrilha como a forma correta de fazer a revolução, influenciados pela revolução Cubana de Che Guevara e da teoria do foco ou foquismo, para Coelho (2020, p. 16) “a vitória dos guerrilheiros em Cuba, assim como as revoluções russa e chinesa eram tratadas como experiências que comprovavam a viabilidade da revolução em países menos desenvolvidos, como o Brasil (Coelho, 2020, p. 16).

O golpe de 1964 provocou certos anseios entre os polopistas, especificamente na forma que seria feito o combate contra a ditadura, apesar de a POLOP ser uma organização que surgiu na intenção de luta armada mesmo após o golpe de 1964 o grupo ainda não tinha implantado a guerrilha no Brasil, entre 1965 e 1967 discutiam sobre a melhor forma de lutar contra a ditadura, a demora na prática de guerrilha fez com que diversos militantes compararem a POLOP com o PCB e com a Ação Popular.

Destaca-se também a caracterização do golpe de 1964 feita pela POLOP em 1967, descrito como uma parte da luta de classes em que a ditadura implantada seria apenas um meio da burguesia manter seus privilégios em meio aos movimentos sociais que surgiam no período associados às reformas de base de João Goulart.

Para Gorender (1987, p. 128) esse teorismo foi central para as dissidências que seguiram a POLOP a partir daquele ano:

O Quarto Congresso aprovou o Programa Socialista para o Brasil, no qual se propõe o governo revolucionário dos trabalhadores como forma de transição para a ditadura do proletariado. Num brevíssimo parágrafo, o golpe militar foi explicado pela necessidade das classes dominantes de “(...) *manter os seus privilégios, ameaçados pelo movimento popular que cresce*”. Ora, este movimento popular, centrado na luta pelas reformas de base, era alvejado pela POLOP *antes do golpe*. Cabia, então, uma autocrítica, cuja ausência se explica: se fosse feita, obrigaria à revisão dos próprios fundamentos doutrinários. À semelhança do PC do B, a POLOP atravessa como um gato sobre brasas a questão da explicação do golpe direitista de 1964 (Gorender, 1987, p. 128, grifos do autor).

A falta de uma decisão geral sobre os rumos que a POLOP tomaria em meio à ditadura civil-militar brasileira, fez com que em 1967, no mesmo ano do Quarto Congresso da organização, membros insatisfeitos tornarem-se dissidentes da POLOP, dando origem à duas importantes organizações de luta armada, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e ao Comandos de Libertação Nacional (COLINA), advindos de São Paulo e de Minas Gerais, respectivamente.

A VPR e a COLINA contaram também com ex-militares que se afastaram das forças armadas após o golpe de 1964, deve-se abrir uma parênteses acerca desses membros de organizações de luta armada que antes ocupavam cargos militares, uma vez que essa questão é pouco discutida no âmbito do ensino de história e nos livros didáticos, isto é, a existência de militares que não eram adeptos ao golpe e a presença deles em organizações de luta armada. Nos livros analisados neste trabalho, os membros dessas organizações em geral eram classificados como estudantes, intelectuais, camponeses e trabalhadores.

Na VPR, a presença de militaristas foi definidora para a história da organização, havia debates que giravam em torno de membros oriundos das forças armadas e de membros correlacionados ao movimento estudantil e outros considerados intelectuais, consoante com Silva (2021):

A forma como a discussão se deu colocava “militaristas x massistas”. Os primeiros, de origem militar, reúnem operários e sindicalistas, situam-se em torno de Onofre Pinto. Por esse vínculo entraria Lamarca na VPR. Os segundos, de origem intelectual, professores e estudantes, se colocam em nome do marxismo-leninismo e buscam pontuar a necessidade de ação de massas, formação e infiltração operária. São os nomes em torno de Quartim de Moraes, e depois de sua expulsão, da exigua reunião da VAR-Palmares.

Os primeiros impõem uma ação de vanguarda e buscarão, após momentos de embates em 1969, uma teoria da revolução (as Teses de Jamil), mas na prática, reterão a leitura tática realizada por Lamarca, explicitado na experiência do Vale da Ribeira e Pesqueira (Silva, 2021, p. 50).

Fechado esses parênteses, continua-se o debate os problemas internos enfrentados pela POLOP e o surgimento da VPR.

É de suma importância ponderar algumas questões sobre a POLOP diante do fato dos militantes que saíram da POLOP passaram a integrar organizações importantes para a luta armada, não deve-se partir do pressuposto que após a mudança de organização as discussões foram encerradas e seus anseios satisfeitos, pelo contrário, os debates seguiram e se intensificaram, pois ocorriam frente ao aumento da repressão e do fim dos meios legais para tirar o poder dos golpistas, para Silva (2021) “a história da VPR se confunde com a de seus militantes. Já de início, a ruptura com a Polop, traz conflitos e posições que seguiriam em disputa” (p. 22).

A formação da VPR de certa forma satisfaz os anseios dos militantes que queriam pôr em prática a luta armada, nos anos que seguiram o rompimento com a POLOP, já em 1968 sob a Coordenação Geral de Onofre Pinto, militar que teve seus direitos cassados em 1964 através do Ato Institucional n.º 01, a organização já praticava ações de guerrilha relevantes no que se refere ao retorno que essas ações tiveram para as organizações e seus membros, como o roubo de dinamites realizado na Pedreira de Cajamar na região metropolitana de São Paulo e a subtração de 11 fuzis do Hospital Militar situado no bairro do Cambuci, ambos no mesmo dia em 22 de junho de 1968 (Gorender, 1987, p. 132).

As ações da VPR — como a morte do soldado Mario Kozel Filho em junho de 1968 e a morte do capitão Charles Chandler em outubro do mesmo ano — viriam a ensejar as contra narrativas que viriam a ser propagadas pela imprensa associada aos golpistas em desfavor

dessas organizações e que mais tarde no mesmo ano serviriam como justificativa para o AI- 5 e as leis que o seguiram até o final de 1969.

O início de 1969 é marcado pela instauração do AI-5 e de diversas leis complementares que viriam a endurecer a repressão como já destacadas no início do capítulo, há de se reforçar que pela ótica dos militares os eventos que ocorreram no final da década de 1960 foram uma resposta à luta armada e seus crimes contra o governo vigente, no entanto, reforço neste trabalho que, do ponto de vista macroestrutural o governo ditatorial junto com todos os seus aparatos repressivos sempre foi “maior” em relação a qualquer instituição que tivesse o objetivo de derrubá-lo, as organizações de luta armada por exemplo, nunca superou o contingente de mais de 6.000 membros entre 1968 e 1975, em um país que contava com 100.000.000 habitantes (Alves, 1989, p. 160). Portanto, antes do AI-5 o governo já tinha formas de acabar com a luta armada, pelo extenso braço da repressão que o auxiliava e pela frágil simbiose que os membros desses grupos de organizavam.

Em 1969 as principais atuações práticas de caráter armado contra a ditadura foram realizadas por quatro organizações, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a Aliança de Libertação Nacional (ALN) e os Comandos para Libertação Nacional (COLINA). No mesmo ano, a ALN junto ao MR-8 realizou o sequestro do embaixador dos Estados Unidos em 4 de setembro de 1969, que justificou medidas que aumentaram a repressão nos meses que seguiram: os Atos Institucionais n.º 13 e 14, no dia seguinte ao sequestro, a Lei de Segurança Nacional de 29 de setembro, e a Constituição de 1969 outorgada no dia 17 de outubro de 1969 durante o recesso do congresso.

Em efeito das início dos “anos de chumbo” a partir de 1969, a VPR se funde com os COLINA, a soma das duas organizações resultou na VAR-Palmares. Para Silva (2021, p. 93) “Os relatos sobre a criação da VAR-Palmares são em sua maioria plenos de posições das memórias dos militantes, cheios de paixões e ressentimentos”, isto se deu por volta de agosto de 1969, relatam que não cabia no momento discutir sobre o assunto a mesma época em que se planejava diversas ações de guerrilha para os próximos meses, para alguns membros da VPR e COLINA, não era o momento.

Para Gorender (1987, p. 152), o ano de 1969 foi o marco para o início do terrorismo de Estado na ditadura civil-militar brasileira no qual as expedições paramilitares que cometiam atentados entre 1964 e 1968 foram institucionalizadas, o que enseja a hipótese de que os movimentos feitos pelo governo ditatorial nos anos de 1968 e 1969 faziam parte de um projeto

governamental de aumentar os poderes autoritários do executivo, e não somente uma forma de expandir o combate contra os setores organizados que atuavam contra o regime:

[...] os atentados terroristas de direita com autoria oculta atingem o pico em 1968, decaem bruscamente em 1969 e desaparecem, de todo, entre 1971 e 1975. Consumado o fechamento ditatorial, não era mais necessária a atuação provocadora das organizações paramilitares. O terrorismo de direita se oficializou. Tornou-se terrorismo de Estado, diretamente praticado pelas organizações militares institucionalizadas (Gorender, 1987, p. 152).

No início de 1970, como consequência da instauração de leis e atos que aumentaram os braços da repressão, houve um aumento nos sequestros e prisões de militantes, a pesquisadora Carla Luciana Silva (2021, p. 141-142) destaca a função da publicização de relatos desses militantes que foram presos. Os relatos que em sua maioria eram coletados sob pressão, tortura e ameaças serviam com contrapropaganda dos militantes em detrimento das organizações e suas ações, os relatos publicados na imprensa consentida com o golpe, tinham como principal objetivo construir uma opinião pública em desfavor dessas organizações, impedindo assim possíveis adeptos e/ou financiamentos.

O marco inicial dessas atividades foram duas cartas assinadas por jovens militantes da VPR: Gilson Teodoro de Oliveira Marcos Alberto Martini, Osmar de Oliveira Rodello Filho e Romulo Augusto Romero Fontes. A obra explora vários aspectos do problema, indicando como foi de fato feito um uso político desses arrependimentos. Militantes eram “maquiados” para aparecerem na TV e esconder suas marcas de tortura sob promessa de receberem liberdade, o que não ocorria como regra. Claro que alguns estavam de fato arrependidos, mas o enfoque é o uso político, como estratégia do Terrorismo de Estado que era feito pela repressão (Silva, 2021, p. 141-142).

A imprensa responsável por publicar esses relatos com intuito de desencorajar novos militantes também foi responsável por propagar em suas mídias impressas o pensamento do governo militar sobre as organizações, as caracterizando como “terroristas”, “não se tratava de trabalho investigativo, jornalístico, e sim de reverberar a posição dos próprios órgãos repressivos (Silva, 2021, p. 142).

O jornal *O Globo*, apoiador do golpe de 1964 e de suas conjunturas da posteridade, publicou diversas capas de manchetes qualificando os atos de organizações como “atos terroristas” e seus membros como “terroristas” e “subversivos”, O nome de Carlos Marighela foi estampado na capa da edição de 8 de novembro de 1969 do Jornal o Globo, o líder da ALN foi denominado como parte da “liderança do terrorismo no Brasil” e “chefe do terror”.

Imagem 6 - Marighela é citado na capa do jornal O Globo em outubro de 1969



Fonte: Acervo jornal O Globo

Imagem 7 - Marighela é denominado parte da “liderança do terrorismo no Brasil” e “chefe do terror”



Fonte: Acervo jornal O Globo

Deste modo, o ano de 1969 foi marcado pela institucionalização da repressão, intensificação da Lei de Segurança Nacional, e consolidação do terror de Estado no Brasil. A consequência dos acontecimentos do ano de 1969 foi o começo do esfacelamento dessas organizações a partir de 1970, a primeira a cair foi o Movimento Revolucionário 8 de outubro entre o final de 1969 e o começo de 1970.

O MR-8 atuou com grande sucesso em expropriações de bens que financiaram as atividades de guerrilha e as publicações da organização. Por conta dos assaltos a bancos realizados no Rio de Janeiro entre 1967 e 1968, havia maior interesse da polícia em dismantelar

a organização. Após diversas prisões desde 1967, no início dos anos 1970 “o MR-8 baqueou com as quedas de Daniel Aarão, Cid Queirós e Vera Sílvia” (Gorender, 1987, p. 170), os militantes saíram do país após serem trocados por outro embaixador sequestrado (Gorender, 1987, p. 170), os membros que não foram presos “migraram para outras organizações como a COLINA, VPR e ALN” (Alves, 2022, p. 50).

A fusão entre a VPR e a COLINA não foi um consenso unânime entre seus membros como já citado anteriormente, desta forma, a VAR-Palmares seguiu com suas atividades enquanto os membros que não aceitaram o racha continuaram atuando na VPR. Para continuar com as atividades de guerrilha a VPR se reorganizou, o principal documento que materializou as mudanças na VPR foram as “regras de segurança” que pontuava sobre a hierarquia, as formas de entrar, as formas de sair, e as penalidades para aqueles que não cumprissem as regras da organização.

A “nova” VPR foi liderada por Carlos Lamarca e integrou membros da COLINA que também não concordavam com a fusão das duas organizações.

Os anos de 1969 e 1970 são marcados pela intensificação de prisões, torturas e sequestros, até então os partícipes das organizações “menosprezavam o poder e o alcance das forças repressivas brasileiras e do Terrorismo de Estado” (Silva, 2021, p. 117), de certa forma, esse pensamento contribuiu para que alguns militantes fossem pegos “desprevenidos”.

Silva (2021, 120-122) destaca que os membros da VPR — ao início das prisões em 1969 — desenvolveram técnicas para conseguirem ganhar tempo para seus colegas fugirem, não demorou para que os torturadores descobrissem essa técnica e intensificassem o doloroso processo de “interrogatório”. Dentre as prisões de membros da VPR feitas em 1969, destaca-se a prisão de Onofre Pinto, Affonso Claudio de Figueiredo e Antônio Expedito Carvalho Pereira.

O final de 1969 também é marcado pela morte de uma das lideranças da ALN, Carlos Marighella foi assassinado em novembro de 1969 sob circunstâncias complexas que resultaram em divergências entre militantes da ALN e conversações intensas entre os membros de outras organizações, em resumo, a narrativa que foi disseminada é que o líder da ALN havia sido traído por membros da sua organização.

A VAR-Palmares também conheceu o insucesso no final do ano de 1969 em decorrência do aumento da repressão:

Também a VAR-Palmares sofreu abalos na passagem para 1970. Em dezembro de 1969, um dos encarregados da preparação da escola de guerrilheiros caiu em Minas e veio para na OBAN. Seguiram-se as prisões de Amilcar Baiardi e de outros, o que liquidou o projeto da escola. Tampouco iam bem as coisas nas cidades. Responsável pelas ações urbanas, Espinosa foi

capturado no Rio, em novembro de 1969. Preso com ele, após resistir à bala, Chael Charles Schreier não suportou 24 horas de suplícios, apesar da compleição possante. Assassinato consumado pela equipe do capitão Celso Lauria, no Pelotão de Investigações Criminais da Vilar Militar. Em São Paulo, a sequência de quedas se prolongou e alcançou Dilma Roussef, fundadora da VAR. [...] A partir de agosto, a VAR sofreu prisões em cascata, que incluíram Carlos Franklin, em São Paulo, Saavedra Durão, no Rio, e Fernando Mesquita, em Salvador (Gorender, 1987, p. 185).

A morte de Marighella e a prisão de militantes da VAR-Palmares e do MR-8 foram amplamente divulgadas na imprensa e considerada uma vitória no combate do Estado contra o “terrorismo” no Brasil. Nesse contexto, a repressão visava usar os ocorridos para desencorajar mais militantes, porém, — pelo menos na VPR — Marighella foi considerado um mártir, um motivo para retomar a luta à ditadura.

Em um documento exarado em janeiro de 1970 chamado “Comunicado da VPR” assinado por Lamarca, o líder da VPR se refere ao ano de 1970 como o ano da guerrilha urbana, no qual um dos objetivos das ações a serem realizadas nesse ano seria honrar a morte dos seus companheiros nos campos de batalha, em sequência cita “Carlos Marighella, João Lucas Alves, [...] João Domingues, Zequinha, Escoteiro, Fernando, Chael” (Silva, 2021, p. 155 *apud* Lamarca, 1970).

Para colaborar com as produções das obras de Ridenti (1993), Reis (1990) e Gorender (1987) salienta-se a obra da pesquisadora Carla Luciana Silva (2021) que fez uma extensa pesquisa sobre a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Distintamente das obras citadas anteriormente, Silva (2021) discute a organização para além do ideal revolucionário da organização. Na obra, através de relatos de ex-militantes, a autora reúne uma série de debates sobre o impacto da vida pessoal dos militantes nas tomadas de decisões e da vida nas organizações.

Na apresentação da obra escrita pelo pesquisador e historiador Eurelino Teixeira Coelho Neto, o historiador descreve a importância da obra e realça que a VPR contou com diversos membros emblemáticos da luta armada, porém, a história da organização não pode ser reduzida a esses líderes, no qual seus feitos são apenas partes da história da VPR:

Temos em mãos o resultado de uma investigação extensa e cuidadosa sobre uma das organizações emblemáticas da esquerda que pegou em armas para combater a ditadura militar e tentar abrir caminho para a revolução socialista no Brasil: a Vanguarda Popular Revolucionária, ou VPR. Algumas das mais espetaculares ações da esquerda clandestina naqueles anos foram praticadas pela VPR ou com sua participação, como o roubo do “cofre do Ademar” e o sequestro de embaixadores para pressionar pela libertação de camaradas. Vários dentre os mais conhecidos personagens engajados no “combate nas trevas” foram militantes da VPR: o capitão Lamarca, Iara Iavelberg, o

sargento Onofre Pinto, Mario Japa, Jamil (Ladislau Dowbor), Herbert Daniel, Aluizio Palmar, João Quartim de Moraes... Mas a narrativa dos feitos mais célebres e a citação dos nomes mais conhecidos não contam a história de uma organização revolucionária (Silva, 2021, p. 15).

A historiadora e pesquisadora Carla Luciana Silva é doutora em história pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e qualificou-se a nível de pós-doutorado na Universidade Nova de Lisboa, dedicou-se às pesquisas no âmbito da historiografia brasileira sobre a ditadura civil-militar, integralismo no Brasil, imprensa, marxismo e memória de militantes e militares<sup>60</sup>.

*A Revolução da VPR (2021)* é uma extensa obra que conta com dezoito capítulos que desenvolvem diálogos com as diversas fases da história da VPR, apesar do título se resguardar apenas à VPR em diversos momentos das obras são citados membros de outras organizações e também as organizações que colaboraram de alguma forma com a VPR. Diante disso, a escolha da obra também se deu pelos fatos de a historiadora citar outras organizações e seus membros e pela VPR ter um grande expoente de ações e relevância durante o processo de resistência durante a ditadura civil-militar brasileira como exposto anteriormente neste trabalho.

Para este trabalho foi escolhido o “CAPÍTULO IX – CONTRAREVOLUÇÃO, CONFLITOS INTERNOS E CLASSE MÉDIA”. A escolha do capítulo decorreu-se diante da abordagem do capítulo sobre as relações interpessoais dos militantes da VPR enlaçadas com a ebulição da repressão no início da década de 1970 e os problemas relacionados ao pouco apoio da classe média e a dificuldade de dialogar com a classe trabalhadora, ressalta-se que apesar de outros capítulos também abordarem essa temática, houve a necessidade do recorte devido a extensão da obra aqui analisada. Outros capítulos remetem à historiografia das organizações — já abordadas neste trabalho, no qual também foi usada a obra como referência —, em consequência disso, esses capítulos também foram excluídos da análise.

O “CAPÍTULO IX – CONTRAREVOLUÇÃO, CONFLITOS INTERNOS E CLASSE MÉDIA” inicia retratando o contexto em que viviam os militantes e o Estado repressivo no ano de 1970, marcado principalmente pelo aumento da repressão, os sequestros de embaixadores feitos pelos militantes e a “incitação de “arrepentimentos” de militantes de forma pública através da imprensa” (Silva, 2021, p. 141). Segundo a autora, os “arrepentimentos” publicados em jornais funcionaram como ferramenta para evitar que as organizações tivessem novos adeptos, no qual a mensagem era principalmente direcionada aos jovens.

---

<sup>60</sup> Informações coletadas do currículo lattes <<http://lattes.cnpq.br/2157223899184311>> e do Google Acadêmico <<https://scholar.google.com.br/citations?user=XKBGQg8AAAAJ&hl=pt-BR>>.

Pretendia-se também através desses relatos demonstrar à comunidade internacional que os militantes não sentiam orgulho de suas ações, que a repressão tinha controle desses grupos de resistência e apontar a fragilidade dos ideais que os motivavam.

O início dessas publicizações foi feito com duas cartas de membros da VPR assinadas sob coerção e tortura:

O marco inicial dessas atividades foram duas cartas assinadas por jovens militantes da VPR: Gilson Teodoro de Oliveira Marcos Alberto Martini, Osmar de Oliveira Rodello Filho e Romulo Augusto Romero Fontes. A obra<sup>61</sup> explora vários aspectos do problema, indicando como foi de fato feito um uso político desses arrependimentos. Militantes eram “maquiados” para aparecerem na TV e esconder suas marcas de tortura sob promessa de receberem liberdade, o que não ocorria como regra. Claro que alguns estavam de fato arrependidos, mas o enfoque é o uso político, como estratégia do Terrorismo de Estado que era feito pela repressão (Silva, 2021, p. 142).

A imprensa associada com o governo repressivo trabalhava paralelamente com a comunidade de informações “especialmente aqueles que tinham contato direto com os militantes, os que tomavam seus depoimentos sob tortura física e psicológicas” (Silva, 2021, p. 142).

As “novas estratégias” adotadas pela repressão tomava maior dimensão à medida que fosse conhecida pelos militantes, em decurso disso, a VPR — assim como outros grupos — se reorganizou no início da década de 1970.

O primeiro tópico do capítulo *Conter desordem, novas resoluções e novas delações* aborda como os militantes e a VPR lidaram com as prisões que se intensificaram no mesmo ano, para a organização essas prisões trariam um efeito dominó de mais prisões e mortes de militantes. Em virtude desses novos debates, foi necessário reformular os documentos do grupo, principalmente aqueles que tratavam a respeito da entrada e saída de membros.

Devido as novas prisões de membros da VPR, a organização elaborou o documento “Normas de desligamento”, a autora destaca os principais pontos do documento:

O militante, antes de sair, deve justificar seus motivos para seus companheiros de base, que devem opinar sobre os fatos envolvidos, que devem ser enviados por escrito [...] E, quanto a quadros advindos de outras organizações, o Comando exige antes ouvir a organização para aceitar o novo militante. Ou seja, em termos gerais, as regras eram bastante compreensivas, “não visam absolutamente cercar a liberdade dos quadros”, sem indicar punições ou dar lugar a suspeitas de militantes, mas deixa claro que havia problemas (Silva, 2021, p. 143).

---

<sup>61</sup> A obra citada por Silva (2021) é da historiadora Alessandra Gasparotto intitulada *O terror renegado: A retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975)* (2008), elaborada em sua pesquisa a nível de mestrado.

No ano de 1970 houve a prisão da liderança da VPR Shizuo Osawa<sup>62</sup> que alertou os militantes sobre os perigos desta prisão, tendo em vista que Osawa tinha diversas informações sobre a VPR, inclusive os locais de treinamentos do grupo. Em efeito da prisão do militante a VPR engendrou um clima de maior atenção às prisões, as informações, e as possibilidades de novas prisões, torturas e interrogatórios.

Para a autora, ao consultar relatos de ex-militantes em biografias sobre o período de intensificação das prisões, diante de chances de prisões de militantes, foram designados militantes específicos para se desfazerem de documentos que pudessem comprometer as organizações e a localização deles:

Quando lemos biografias de militantes que sobreviveram chama atenção que quando estão na iminência da prisão é comum designarem alguém especificamente para queimar documentos. A sobrevivência deste documento acima atesta a importância dessa medida, porque mostra que os registros podiam ser detalhados e levariam à prisão, tortura e morte em cadeia de seus militantes. O cerco ao qual vão sendo submetidos ajuda a aprofundar as táticas defensivas como forma de sobrevivência (Silva, 2021, p. 143-144).

A autora ressalta também que a VPR tinha uma rede de observadores de confiança da organização que repassavam informações aos centros de inteligência, nos documentos analisados pela pesquisadora não foi possível localizar como esses observadores passavam as informações aos centros de inteligência. Foi possível localizar em um dos depoimentos de militantes presos algumas informações sobre os nomes e codinomes da VPR naquela época (Silva, 2021, p. 145).

O quadro a seguir foi elaborado pela autora a partir de informações obtidas em um documento do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA):

---

<sup>62</sup> Após a prisão, Shizuo Osawa foi substituído por Ladislau Dowbor.

**Imagem 8 – Quadro de nomes e codinomes da VPR coletados em depoimento de um preso**

	Laercio	Wilson Egídio Fava
+++	Portuga	Oswaldo Antônio dos Santos
+++	Gege	Pedro Lobo de Oliveira
	Armando	Otacílio Pereira da Silva
+++	Souza	Darcy Rodrigues
+++	Alberto	José Araújo da Nóbrega
	Claudio	Claudio de Souza Ribeiro
	Bacuri	Eduardo Leite
+++	Augusto	Onofre Pinto
++	Doutor	Antônio Raimundo de Lucena
+++	Luiz	Diógenes José de Oliveira
	Mané	José Carlos Kfuri Quartim de Moraes
+++	Judite	Dulce de Souza
	Cristóvão	Yoshitane Fujimore
+	Monteiro	Joaquim dos Santos
	Paulinho	Antônio Nogueira da Silva
	Auro	Ismael Antônio de Souza
+	Bento	Antônio Roberto Espinosa
++	Elias	Helio Ramirez Garcia
+++	Ernesto	Flavio Ribeiro de Souza
	Jarbas	José Gradel
++	Zanirato	Carlos Roberto Zanirato
+++	Jair	Edmauro Gopfert
	Mariana ou Luiza	Tereza Angelo
+++	Abelardo ou Jamil	Ladislav Dowbor
	Ary	Adilson Ferreira da Silva
+	Gino	Cristóvão da Silva Ribeiro
	Ivan	Gerson Teodoro da Silva

	Paula	Sonia Eliane Lafoz
	Baixinho	João Batista de Souza
	Dino	Roberto Menkes
+++	Maciel	Melcides Porcino da Costa
+++	Joana	Ieda Reis Chaves
	Cid	Carlos Lamarca
+++	Ida, Sara ou Madalena	Maria do Carmo Brito
++	Juvenal	Juarez Guimarães de Brito
+++	Dr Ivo	Almir Dutton Ferreira

Legenda original: (+): Preso; (++) Falecido; (+++) Banido<sup>9</sup>

Fonte: Silva (2021, p. 145-146)<sup>63</sup>

Sobre o quadro acima, a autora pondera que:

<sup>63</sup> Silva (2021) elaborou uma nota de rodapé de n.º 9 no documento informando a origem do documento, sendo esta: Origem CISA, Difusão DIS/CONZAE 1, 2, 3, 4, 5 e 6 – CISA, GABAER (e outros). Informação CISA 385, de 8/7/1970. Arquivo Nacional.

Perceba-se o cinismo dos agentes da repressão que assinalam os “falecidos”, que foram assassinados por eles mesmos. As informações são questionáveis, mas constam em um depoimento de um preso. Chama atenção ainda o baixo número de mulheres da relação (37 nomes, apenas 5 mulheres), considerando o efetivo real da VPR (Silva, 2021, p. 146).

Destarte, o aumento das prisões e da intensificação das torturas marcou o ano de 1970 para a VPR e obrigou suas lideranças a repensarem o funcionamento da organização, porém, em meio as diversas formas que os centros de inteligência das forças armadas obtinham as informações, era difícil realizar mudanças que efetivamente combatessem essas perdas.

No tópico seguinte, *A delação de Claudio de Souza Ribeiro*, Silva (2021) salienta que nos interrogatórios a entrega de informações para os militares não significava traição por parte do interrogado, ou que o “sujeito tenha “passado para o outro lado”” (Silva, 2021, p. 146). A disponibilização de informações em dadas as circunstâncias, remetiam ao anseio que as torturas acabassem e ao medo da execução.

No texto, há citação que — diferente de outras organizações — a VPR tinha um setor médico que era usado para atender membros feridos da organização e que não podiam ser levados à hospital devido as suas situações de ilegalidade. A VPR conseguiu manter esse setor médico através de assaltos a clínicas e a participação de estudantes de medicina que eram da VPR e médicos formados, dentre os estudantes que atuavam no setor médico em São Paulo são citados Fernando Ruivo e Chael Charles Schreier apontados como “nomes de contato com a VPR” (Silva, 2021, p. 149).

A necessidade da criação de um setor médico se deu em face “da crueldade do terrorismo de Estado não ter preocupação humanitária com o atendimento aos feridos” (Silva, 2021, p. 149).

Em certas ocasiões, além do apoio médio, a VPR contou com apoio de pessoas de classe média, que apesar de não executarem ações de guerrilha, assaltos e expropriações, ajudavam os militantes em diversas ocasiões. Silva (2021) cita como exemplo do apoio da classe média a atuação da socióloga Maria Lucia Campello de Souza:

Ela abrigou José Raimundo da Costa em sua casa, guardou quantidade de livros “Guevara/Guerrilha”, de Che Guevara, além de documentos e, pelo menos, uma arma; emprestou seu carro para militantes participarem do Congresso da UNE. Foi deletada a partir da prisão de seu marido e dos depoimentos de seu cunhado e sua empregada doméstica (Silva, 2021, p. 151).

O apoio da classe média, segundo a autora, não foi tão abastado como os de estudantes, operários e ex-militares, mas não significa que não existiram ou que não foram significativos (Silva, 2021, p. 153).

Em consequente há o debate de em torno de dois documentos importante da VPR, *Situação da VPR e Por uma Inteligência Revolucionária*, ambos documentos discutem os rumos da organização em meio às prisões e torturas. A produção de documentos neste período com o objetivo de orientar os militantes ocorreu como resultado do aumento da repressão no qual impossibilitou a realização de reuniões e congressos que serviam para discutir essas questões (Silva, 2021, p. 153).

Portanto, o capítulo aborda as situações que a Vanguarda Popular Revolucionária enfrentava no início da década de 1970. Os desafios estavam associados às dificuldades de atuações de guerrilha e luta armada em meio ao aumento da repressão agora institucionalizada e categorizada como Terror de Estado, somado à dificuldade de adesão do setor operário aos ideais revolucionários e a ínfima participação da classe média em auxiliar os militantes dentro de um contexto em que já havia poucas formas de arrecadar recursos financeiros.

Silva (2021) também assinala sobre as prisões e os interrogatórios de militantes que foram cruciais para novas prisões e esfacelamento das ações da VPR. A medida tomada para evitar mais prisões foi a elaboração de documentos enviados aos militantes para orientá-los em substituição da realização de congressos e reuniões, esta medida evidenciou que a organização estava ciente do contexto em que viviam naquele ano, porém, os documentos apreendidos pelos militares com trechos descontextualizados eram publicizados com o intuito de ensejar as narrativas contra a VPR e qualificar seus membros como terroristas.

A resolução de um problema criou diversos outros.

Silva (2021, p. 160) conclui o capítulo:

Estes documentos mostram uma tentativa de reordenar as ações. Mas eles respondem também a uma injunção externa. A VPR estava sendo notícia na mídia, onde se expunham questões internas de forma desmoralizante, como na capa da revista *Veja* de 28/10/1970 em que um documento manuscrito de Lamarca aparece como “Segredo do terror”. Obviamente que se trata de infiltração na organização. Isso ajuda a entender também que Lamarca buscasse ter controle da organização, expondo a própria organização a riscos para promover essas discussões e fazer os textos circularem (Silva, 2021, p. 160).

As discussões em torno dos autores acima citados, assim como os debates que as precederam nesta seção, são basilares para compreensão da luta armada no Brasil e seus desdobramentos na contemporaneidade, como a memória sobre o período, e a respeito do funcionamento do debate historiográfico sobre os eventos históricos. Isto é, diferente do revisionismo ideológico e negacionismos, há como criticar autores e levantar novas hipóteses

sem aplicar inverdades durante o percurso e/ou apresentar eventos isolados descontextualizados de suas realidades históricas.

Pondera-se também que as abordagens sobre a luta armada no Brasil foram feitas por historiadores(as), sociólogos(as) e cientistas políticos logo após a abertura para democracia em 1985, e que, mesmo assim, nunca foram incorporadas de fato no ensino de história materializado pelos livros didáticos de história e de ciências humanas analisados neste trabalho.

Apesar da análise de apenas dois livros neste trabalho dissertativo pontua-se que desde a instalação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) os livros didáticos distribuídos no Brasil — apesar da elaboração feita por distintos autores e editoras — seguem os mesmos padrões para atenderem os requisitos do PNLD que funciona a partir das preposições da BNCC, como exposto na primeira seção do capítulo dois deste trabalho. Portanto, seus conteúdos podem ser compreendidos como uma parte da construção de outras obras, de outros autores e editoras.

Desta forma, nas últimas linhas, tentou-se explicar de maneira generalista a fracasso das organizações de luta armada no Brasil que em 1975 já estavam assoladas pela repressão e mais uma vez destacar a complexidade destas, dado que nem mesmos os historiadores(as) compartilhavam das mesmas conclusões sobre esses grupos. A proposta seguiu-se desta forma em decorrência dos limites impostos pelo trabalho em abordar o fim de cada organização anteriormente citada no texto dissertativo, caso haja interesse do leitor em conhecer a trajetória dessas organizações individualizadas e seus percursos até o fim da luta armada, indico a leitura da minha monografia intitulada *Narrativas em Disputa: A luta armada brasileira nas páginas do Orvil e do Combate nas Trevas* (2022).

### **3.3 A contrapropaganda dos militares sobre as organizações**

As organizações de resistência que atuaram contra à ditadura implantada a partir de 1964 enfrentam diversas formas de repressão, uma delas foi o afastamento da opinião pública dessas organizações que ocorriam de duas formas: a) o medo implementado pelos militares através do terror de Estado acanhava parcela da sociedade civil em participar ou ter qualquer ligação com essas organizações e seus membros e b) a contrapropaganda sobre as organizações disseminada pelo governo autoritário através da imprensa aliada ao governo, neste trabalho pontua-se brevemente a participação do jornal *O Globo* neste âmbito.

Para a primeira forma será considerada a obra *Orvil* (2012) já citada neste trabalho, a partir da obra escrita por militares será abordada brevemente as narrativas que os militares

difundiam à época em que combatiam essas organizações, essas narrativas em sua maioria distorcem da realidade histórica e/ou buscam um benefício ideológico guinado para a extrema-direita e para os militares.

A extensa obra escrita por militares na década de 1980 foi uma resposta ao projeto *Brasil: Nunca Mais (1985)* que denunciou os crimes e as violações dos direitos humanos no Brasil entre 1964 e 1985. Os militares que foram denunciados decidiram escrever suas “versões” dos fatos e justificar os excessos cometidos durante o regime, estas “novas versões” foram contra as produções escritas por historiadores, sociólogos e cientistas políticos.

Como uma epopeia em que os militares foram os heróis que salvaram o Brasil de uma possível ditadura comunista socialista, o *Orvil (2012)* narra as trajetórias dos militares no combate às organizações subversivas e terroristas sem contextualizar as medidas autoritárias do governo que estava no poder.

A literatura militar não somente escreve para o leitor do futuro, narra o pensamento dos militares na época e reproduz a ideologia a qual era convictos no período, disseminam uma versão equivocada dos fatos e com isso fazem o que sempre acusaram a oposição de fazer.

Apesar da obra cometer certo desvio ideológico, faz parte de uma produção dos homens daquele tempo e devem ser objetos de análise, para tanto, a escrita dos militares demonstra muito mais sobre esses indivíduos do que sobre os quais eles escrevem.

A obra dos militares que é dividida em dois volumes, o segundo volume será o mais presente nesta análise por nele conter os capítulos em que a ênfase se dá nas organizações contrárias à ditadura, consideradas pelos militares como terroristas e subversivas.

Uma das principais características da obra dos militares José Conegundes e Lício Maciel é o uso de conceitos que os militares acreditavam que seriam os adequados para a situação, em nenhuma parte da extensa obra é possível encontrar alguma associação dos eventos que ocorreram em 1964 a golpe de Estado, nem aos eventos que o seguiram à ditadura, usa-se e acredita-se no conceito de revolução.

Os militares distorcem eventos que envolvem às organizações contrária à ditadura com o objetivo de esconder os crimes realizados durante à ditadura e as reais intenções desses grupos, cito aqui a morte de Iara Iavelberg, militante da VPR, segundo os militares:

No dia 20 de agosto de 1971, através de declarações de José Carlos, a polícia cercou o Edifício Santa Terezinha e exigiu a rendição dos ocupantes do apartamento 201. Após terem sido presos Lúcia, Jaileno e Nilda, Iara foi encontrada no apartamento n.º 202, onde se escondera no início do cerco. Não vendo possibilidade de fuga e assolada por bombas de gás lacrimogênio, a

amante de Lamarca suicidou-se com um tiro no coração (Nascimento; Maciel, 2012, p. 678).

Em decorrência dos esforços realizados pela família de Iara Iavelberg, confirmou-se através da exumação do corpo em 6 de maio de 2005 que a militante foi assassinada em 1971 e não cometeu suicídio como afirmavam os militares (Silva, 2021, p. 270).

O exemplo acima citado mostra como os militares manipulavam os fatos para seus benefícios, o caso de Iara não é isolado, as cerca de mil páginas do *Orvil* (2012) demonstram o esforço dos algozes em legitimarem suas ações.

Sobre os eventos que ocorreram a partir de 1968 no tocante ao terror de Estado junto à escolha do General Emílio Garrastazu Médici para presidência, os militares narram esses eventos como um período de “crescimento econômico” para a nação brasileira, para os autores, o presidente Médici tinha também “preocupação com a justiça social” (Nascimento; Maciel, 2012, p. 459).

Esse mesmo discurso estampava as capas do jornal *O Globo*<sup>64</sup> no mesmo período, de certa forma, os discursos pró-governo ditatorial tanto no jornal quanto na literatura militar estão perceptivamente alinhados com o mesmo objetivo, o que nos encaminha a segunda forma de moldar a opinião pública sobre as organizações que os militares combatiam.

Em 1970, o jornal tece comentários favoráveis ao governo Médici, a medida em que propagam narrativas em favor do governo ditatorial:

**Imagem 9 - Capa do jornal O Globo do dia 1º de abril de 1970**



Fonte: Acervo jornal *O Globo*

<sup>64</sup> O jornal *O Globo* era um dos principais jornais cariocas durante o período da ditadura civil-militar brasileira no Rio de Janeiro, junto com o *Correio do Amanhã* e o *Jornal do Brasil* (Capelato, 2014, p. 305).

Imagem 10 - Capa do jornal O Globo do dia 1º de setembro de 1970



Fonte: Acervo jornal *O Globo*

A medida em que o jornal apoiava publicamente o governo Médici, classificava as organizações com os mesmos conceitos usados pelos militares: terroristas e subversivos.

Imagem 11 - Capa do jornal O Globo do dia 6 de abril de 1970



Fonte: Acervo jornal *O Globo*

Imagem 12 - Capa do jornal O Globo do dia 8 de abril de 1970



Fonte: Acervo jornal *O Globo*

Para Capelato (2014, p. 509):

*O Globo*, além de ter aplaudido o golpe de 1964, apoiou a ditadura durante os 20 anos em que os militares estiveram no poder. A apologia ao “milagre brasileiro” expressa no editorial de 1984 pode ser entendida como uma tentativa de desviar a atenção dos leitores em relação aos benefícios que recebeu do poder nesse período (Capelato, 2014, p. 309).

Assim sendo, a repressão contou não somente com as operações militares e das redes de inteligência para combater as organizações contrárias à ditadura, usaram também as narrativas em pró do afastamento de quaisquer apoios que essas organizações pudessem receber de parte da sociedade civil. O tratamento recebido por membros dessas organizações, e noticiados nos jornais que apoiavam o regime, assim como os relatos de militantes publicados na imprensa, eram usados como método de intimidação para aqueles que participavam dessas organizações e daqueles que pretendiam acessá-las.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho dissertativo elaborado no âmbito do Mestrado Profissional em História localizado em um recorte temporal recente e caro para a história do Brasil, abordou-se as relações entre a nova historiografia sobre a ditadura civil-militar brasileira e sua presença na construção dos livros didáticos da disciplina de história do ensino fundamental e no de ciências humanas do ensino médio. A pesquisa centralizada nas organizações contrárias à ditadura não poderia deixar de abordar o período histórico nas quais estão inseridas.

A pesquisa confirmou a hipótese de que as organizações não têm poucos lugares de debates com maior aprofundamento nos livros didáticos analisados e reforça que esta não é uma tendência apenas dos livros que foram objetos de análise. Em consequente, apontou-se os problemas didáticos do ensino de história com o uso dos livros em sala de aula, resultados principalmente de uma elaboração de didáticos que tem como principal objetivo o lucro e não o ensino.

Este estudo emerge entre diversos conteúdos relacionados ao ensino de história — grande parte fomentado pelo início dos Programas de Pós-Graduação Profissionais — no qual visam analisar e superar as lacunas dos conteúdos em sala de aula e no livro didático, neste sentido, as discussões sobre livros didáticos no Estado do Maranhão foi central no segundo capítulo.

As análises dos dados retirados do Sistema de Distribuição de Livros Didáticos (SIMAD) e dos relatórios do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) foram destinadas a estabelecer um parâmetro da relação dos livros didáticos com as unidades de ensino do Estado do Maranhão relacionando o quantitativo de escolas com o de livros didáticos recebidos posicionando o Estado em relação às outras Unidades Federativas do Brasil.

Constatou-se que a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC/MA) não tem em sua posse os dados atinentes à distribuição de didáticos no Estado o que reflete parte do desinteresse em quantificá-los e/ou de realizar estudos sobre essa política. A falta de dados da SEDUC engessou parte da pesquisa, uma vez que não houve dados para que se pudesse afirmar qual eram os livros de história com maior número de distribuição e compras nas escolas estaduais do Estado.

Diante desta falta de dados, a análise de livros didáticos limitou-se aos livros com valor significativo de distribuição no Estado, podendo estes não serem os livros com maior número de distribuição nas escolas estaduais.

Refletiu-se também sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que visava aumentar a qualidade dos livros didáticos das diversas disciplinas de ensino no Brasil, porém, se tornou parte de uma engrenagem do tratamento dos livros como mercadoria. Destacou-se que as exigências dos editais do PNLD foram responsáveis por criar oligopólios de editoras que enriquecem às custas do ensino do Brasil e do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE). Pontua-se, que apesar das críticas ao PNLD, o Programa aumentou a qualidade dos livros didáticos no Brasil e fomentou a importância desses materiais na educação como parte da cultura escolar, ademais, um dos principais problemas do PNLD é a sua correlação com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Destarte, o ensino de história tem passado por diversas mudanças ao longo do final do século XX e durante os anos 2000, essas mudanças estão atreladas a diversos fatores como as tendências da pesquisa histórica, as mudanças das perspectivas pedagógicas, à formação docente, aos livros didáticos e às reformas na educação.

Essas mudanças revelam verdadeiros desafios para os docentes da disciplina história que ao mesmo tempo que tentam dominar os conteúdos devem acompanhar as outras instâncias relacionadas ao ensino, à vista disso, é necessário o estímulo à continuidade das novas pesquisas que correlatem a pesquisa histórica, o ensino de história e a formação docente.

Diante do acima exposto, conclui-se que — apesar da ditadura civil-militar e a luta armada brasileira contarem com diversas produções acadêmicas em diversos campos — as pesquisas acadêmicas não conseguem adentrar as salas de aulas através do livro didático em decorrência da escolha dos livros didáticos através do PNLD e principalmente, a associação que o Programa tem com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que sem suas devidas revisões os conteúdos de história continuaram a propagar uma história rasa e não-crítica, não só no Maranhão mas também no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Kátia Maria. O livro didático e a popularização do saber. In: SILVA, Marcos A. da [org.]. **Repensando a História**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984, p. 81-7.

ALMEIDA, Fabiana Rodrigues; MIRANDA, Sônia Regina. Memória e História em livros didáticos de História: o PNLD em perspectiva. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 46, p. 259-283, out./dez. 2012.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Necropolítica e Neoliberalismo. **Caderno DRH**, Salvador, v. 34, p. 1-10, 2021.

ALVES, H.E.S. Narrativas em Disputa: **A luta armada brasileira nas páginas do Orvil e do Combate nas Trevas**. Monografia (Curso de História Licenciatura) – Departamento de História – CECEN, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, p. 58, 2022.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1985)**. 5º ed. Petrópolis, Vozes, 1989.

ANGELO, Vitor Amorim de. Esquerda armada no Brasil: um balanço da história e da produção acadêmica recente. **Dimensões**, vol. 32, p. 52-78, 2014.

ANPHLAC, Podcast Hora Americana. [s.d]. Disponível em: [https://www.anphlac.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=625#:~:text=O%20podcast%20quinzenal%20%22Hora%20Americana,dos%20diferentes%20pa%C3%ADses%20das%20Am%C3%A9ricas](https://www.anphlac.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=625#:~:text=O%20podcast%20quinzenal%20%22Hora%20Americana,dos%20diferentes%20pa%C3%ADses%20das%20Am%C3%A9ricas). Acesso em: 27/05/2024.

AARÃO REIS Filho, Daniel. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

AVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. **Revista Brasileira de História**, v. 42, p. 161-184, 2021.

AUDI, Amanda. **Coordenado por monarquista, curso ligado à Brasil Paralelo forma professores de História**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/07/17/brasil-paralelo-quem-financia-a-produtora-que-milita-contr-o-direito-ao-aborto>. Acesso em: 27 jul/2024.

AZEVEDO, Gislane; CALBENTEA, Leandro; SERIACOPI, Reinaldo. **A conquista da História. 9º ano. Ensino Fundamental: anos finais**. Manual do Professor. 1ª Ed – São Paulo: FTD, 2022.

BADINI, Giulia Bortoliero Coli. Cartas para Nelson: resistência e memória da ditadura militar brasileira. **Epígrafe**, São Paulo, v.7, n.7, pp.109-130, 2019 (<https://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/153968/155558>).

BALDISSERA, José Alberto. **O Livro Didático de História: Uma Visão Crítica**. 4ª ed. ver. Porto Alegre: Evanagraf, 1994.

BALESTRA, Juliana Pirola. *História e Ensino de História das Ditaduras no Brasil e na Argentina*. **Antíteses**, vol. 9, núm. 18, julio-diciembre, 2016, pp. 249-274 Universidade Estadual de Londrina Londrina, Brasil

BAUER, Caroline Silveira. La dictadura cívico-militar brasileña en los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. **Relaciones Internacionales**, La Plata, Argentina. v. 28, n. 57, p. 37-51, 2019.

BURKE, Peter. Teóricos e historiadores. In: BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Unesp, 1992, p.11-37.

BRASIL. Decreto nº 9.099 de 18 de julho de 2017. Dispões sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tânia Regina de. Em busca da qualidade – PNLD História – 1996-2004. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Livros didáticos de História e Geografia: avaliação e pesquisa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006, p. 27-53.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. Práticas de Leitura em livros didáticos. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, 22 (1): 89-110, jan./jun. 1996.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. Produção didática de História: trajetórias de pesquisa. **Revista de História**, São Paulo, n. 164, p. 487-516, jan./jun. 2011.

BONETE, W. J.; Manke, L. S.; SZLACHTA JUNIOR, A. M. O ensino de história e os desafios do tempo presente: disputas de narrativas, mídias sociais e negacionismos. **Aedos**, Porto Alegre, v. 15, n. 34, p. 6-14, jul.–dez., 2023.

CAFÉ HISTÓRIA. Sobre: Saiba quem faz o Café História. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/about/>. Acesso em: 17 de maio de 2024.

CAIMI, Flávia Eloisa Caimi. O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos. In: ROCHA, Helenice *et al.* [org]. **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017, p. 33-54.

CAPELATO, Maria Helena. Memória da ditadura militar argentina: Um desafio para a história. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica** – n. 24, 2006, p. 61-81.

CAPELATO, Maria Helena. **História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo**. In L. A. N. Delgado, & M. M. Ferreira (Orgs.), *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014, p. 299-315.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007 [Tese de Doutorado em Educação].

COELHO, Eurelino. A POLOP e a crítica das armas (1962-1967). **Revista História & luta de classes**. Ano 15, ed. 29, março 2020.

COSTA, Ângela Maria Soares da. Prática Pedagógica: o uso do Livro Didático no ensino de História. SCHMIDT, Maria Auxiliadora & CANELLI, Marlene Rosa, Orgs. III Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999, p. 285-313.

COSTA, V. G. J. S. D. Estado de Exceção no Brasil contemporâneo: a Guerrilha do Araguaia em foco (1972-1974). In: XIII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-MA Democracia, Educação e História: desafios do tempo presente, 2022, São Luís. Anais do XIII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-MA Democracia, Educação e História: desafios do tempo presente, 2022. v. 13. p. 1-10.

D' ARAUJO, M. C. et al. (Org.) **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DE MELO, D. B. Ditadura “Civil-Militar”?: Controvérsias Historiográficas Sobre O Processo Político Brasileiro No Pós-1964 E Os Desafios Do Tempo Presente. **Espaço Plural**, [S. l.].v. 13, n. 27, p. 39-53, 2000. Disponível em: <https://erevista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/8574>. Acesso em: 13 out. 2023.

DREIFUSS, René Armand. 1964: **A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FARIA, Ana Lúcia G. de. **Ideologia no Livro Didático**. 4ª ed. São Paulo: Cortez/Editores Autores Associados, 1986.

FERNANDES, Antônia Terra de C. Livros didáticos em dimensões materiais e simbólicas. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 3, p.531-545, set./dez. 2004.

FERRAZ, Lucas. **Injustiçados: Execuções de militantes nos tribunais revolucionários durante a ditadura**. Companhia das Letras, 2021.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60, 2004.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **Political Coalitions in Brazil--1961-1964: Democratic Alternatives to The Political Crisis**. Tese de Doutorado – Departamento de Ciência Política , Universidade de Chicago, 1987.

FIGUEIREDO, Lucas. **Olho por olho. Os livros proibidos da ditadura**. São Paulo: Record, 2009.

FILHO, Dario Alberto de Andrade. O Livro Didático como mercadoria–1990 a 2003. Fóruns Contemporâneos de Ensino de História no Brasil on-line, 2013.

FREITAS, Carolina. BARROS, Douglas. DEMIER, Felipe, (orgs). **Junho e os dez anos que abalaram o Brasil (2013-2023)**. Ed. Usina, 2023.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Belas Mentiras? A Ideologia nos Estudos sobre o Livro Didático. In: PINSKY, Jaime [org.]. **O Ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1988, p. 105-109.

GASPAROTTO, Alessandra. **O terror renegado : uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de combate à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975)**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRS, Porto Alegre, p. 271. 2008.

GASPAROTTO, Alessandra; BAUER, Caroline Silveira. O Ensino de História e os Usos do Passado: a ditadura civil-militar em sala de aula. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet [orgs.]. **Ensino de História e Práticas de Pesquisa**. Rio Grande do Sul: Oikos Ltda, 2021, p. 438-451.

GRANJEIA, Julianna. **Brasil Paralelo: quem financia a produtora que milita contra o direito ao aborto**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/07/17/brasil-paralelo-quem-financia-a-produtora-que-milita-contr-o-direito-ao-aborto>. Acesso em: 23 jul/2024.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. São Paulo: Expressão Popular, 1987.

HUR, Domenico Uhng. Memórias da guerrilha: construção e transformação. **Psicologia & Sociedade**, 25(2), 311-320, 2013.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, jan./mar. 2018.

JÚNIOR, Alfredo Boulos; ADÃO, Edilson; JUNIOR, Laercio Furquim. **Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania. Ensino Médio : área do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**. 1ª Ed – São Paulo: FTD, 2020.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão; FRIDERICHS, Lidiane Elizabete. Desafios da historiografia e do ensino de história – enfrentando o negacionismo e o empreendedorismo. **Aedos**, Porto Alegre, v. 15, n. 34, p. 26-43, jul.–dez., 2023.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. CAMPOS, Emerson Cesar. Tempo presente: entre operações e tramas. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Porto Alegre, vol. 10, núm. 24, p. 97-113, agosto, 2017.

MICELI, Paulo. Uma pedagogia da História?. In: PINSKY, Jaime [org.]. **O Ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 37-52.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, nº 48, p.123-144, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). **A Ditadura Que Mudou O Brasil – 50 Anos Do Golpe De 1964**. Rio De Janeiro: ZAHAR, 2014.

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. **Hist. Educ.**(Online), Porto Alegre v. 20 n. 50 Set./dez., 2016 p. 117-136.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. **Proposições**, v 23, n. 3 (69):51-66 set /dez. 2012.

MUNAKATA, Kazumi. **O objeto dos livros didáticos de História**. In; SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CANELLI, Marlene Rosa (Org.). III Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999, p. 224-231.

NAPOLITANO, Marcos. **Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI**. In: PINSKY, James. PINSKY, Carla Bassanezi. Novos combates pela história: Desafios – Ensino, São Paulo: Contexto, 2021, p. 85-111.

NASCIMENTO, José. MACIEL, Lício. **Orvil – Tentativas de Tomada do Poder**. São Paulo: Schoba, 2012.

OLIVEIRA, Magali Simone de. SANTIAGO, Maria Magda Lima. A verdade sufocada: iminência de novos sentidos sobre a ditadura. **Gláuks: Revista de Letras e Artes** – Vol. 19, Nº 1, jan/jun. 2019.

PADRÓS, Enrique Serra. 2008. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, C.; FERREIRA, M.; ARAUJO, M.; QUADRAT, S. (Orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 143-178.

PAULO, Diego Martins Dória. Os mitos do Brasil Paralelo – uma face da extrema-direita brasileira (2016-2020). **Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v.10, n.1, p. 101-110, 2020.

PERRUSO, **10 Anos de Junho de 2013: da Crise do Lulismo à Derrota de Bolsonaro**. Coleção Classes Populares: Cultura e Política, Ed. Mauad X, 2023.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papyrus, 1994. t. I.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo, UNESP, 1993.

ROCHA, Camila. ESTHER, Solano. **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. Expressão Popular, 2019.

ROCHA, Helenice. A ditadura militar nas narrativas didáticas. ROCHA, Helenice *et al.* [org]. **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017, p. 245-268.

ROCHA, Igor Tadeu Camilo. PRATES, Thiago. Revisionismos, negacionismos e usos políticos do passado: uma apresentação. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, vol. 34, n.1, jan./jun. Uberlândia, 2021.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra Cultural e retórica do ódio (crônicas de um Brasil pós-político)**. Caminhos, Goiânia, 2021.

RODEGHERO, Carla Simone. MACHADO, Vanderlei. Os livros didáticos e a participação de mulheres na luta armada no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, v. 13, n. 34, Florianópolis, 2021.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (org.). **A Construção Social dos Regimes Autoritários: Legitimidade, Consenso e Consentimento no Século XX**. 3 vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. 2005, Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, p. 251. São Paulo.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Quem dará o golpe no Brasil?**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1962.

SANTOS, W. G. dos. **O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira**. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Ed. UFMG, Iuperj, 2003.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. Ofício nº 926/2024 - GAB/SEDUC. São Luís, MA: Gabinete da Secretaria de Estado de Educação, 14 mai. 2024. Assunto: Solicitação de informações sobre a distribuição de livros didáticos. Disponível em: [http://sei.ma.gov.br/sei/controlador.php?acao=procedimento\\_trabalhar&id\\_procedimento=1483054](http://sei.ma.gov.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&id_procedimento=1483054).

SILVA, Carla Luciana (org.). **A revolução da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

SILVA, Marcos Antônio. **A fetichização do Livro Didático no Brasil**. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set./dez. 2012

STEPAN, A. C. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

SOLNIK, Alex; ESPINOSA, Antônio Roberto. **O cofre do Adhemar: a iniciação política de Dilma Rousseff e outros segredos da luta armada**. Jaboticaba, 2011.

TATAGIBA, Luciana. **Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff**. Revista Lusotopie, n. 17, p. 112-135, 2018.

TIMM, Otávio. Conheça o blumenauense por trás de um dos podcasts de história mais ouvidos do Brasil. 2022. Disponível em: <<https://omunicipioblumenau.com.br/conheca-o-blumenauense-por-tras-de-um-dos-podcasts-sobre-historia-mais-ouvidos-brasil/>>. Acesso em: 20 mai. 2024.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar: história, memória e política**. Lisboa, Edições Unipop, 2012, 2ª ed., 196 p. ISBN 978-989-97519-1-0.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça**. 3ed. Brasília: Editora Ser, 2007.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo**. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1988.

VILLALTA, Luiz Carlos. O Livro Didático de História no Brasil: perspectivas de abordagem. **Pós-História**, Assis, SP - Brasil, v. 9, p. 39-59, 2001.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2024.240201.11608

Ao Senhor  
Felipe Costa Camarão  
Secretário de Educação do Estado do Maranhão – SEDUC/MA  
São Luís – MA

Senhor Secretário de Educação,

Considerando a Lei de Acesso à Informação, Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011 e com o objetivo de adequar os parâmetros de pesquisas da minha dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão – PPGHIST/UEMA, venho através deste solicitar informações sobre a distribuição de livros didáticos a partir do Plano Nacional do Livro Didático nas escolas do Maranhão nos últimos dez anos, esta solicitação se dá em razão da necessidade de confirmação com os dados disponíveis no Sistema de Material Didático – SIMAD/FNDE.

A informação será usada para compor a dissertação e fazer o levantamento dos principais autores de livros didáticos de história e as narrativas presentes nos livros, a fim de que se estabeleça um parâmetro de construção de memória e história nos discentes que frequentaram a rede estadual de educação do Maranhão entre 2014-2024. As informações solicitadas podem ser reservadas apenas aos livros e coleções referente à disciplina de história e de ciências humanas, caso seja possível.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente  
 HERIK EDUARDO SOUSA ALVES  
Data: 15/03/2024 15:06:22-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Herik Eduardo Sousa Alves  
Discente do Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIST/UEMA  
Matrícula: 20231002240



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA**  
**DIVISÃO DE PROTOCOLO E ARQUIVO**

**Processo nº:** 2024.240201.11608

**Interessado:** HERIK EDUARDO SOUSA ALVES

**Assunto:** Solicitação de informações sobre as distribuição de livros didáticos

**DESPACHO - DPA/UEMA**

**Destinatário:** SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO - SEDUC/MA

Autue-se o processo com base nos documentos recebidos eletronicamente (via e-mail) e encaminhem-se os autos aos trâmites cabíveis.

**CRISTIANE DE JESUS PEREIRA GASPAR**



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE DE JESUS PEREIRA GASPAR**,  
**SECRETÁRIA III DA DIVISÃO DE PROTOCOLO E ARQUIVO**, em 07/05/2024, às 14:10,  
conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ma.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **1300615** e o código CRC **0C0B0F43**.

São Luís, 02 de maio de 2024

**Avenida Lourenço Vieira da Silva, 1.000 - Cidade Universitária Paulo VI - Bairro Jardim  
São Cristóvão. São Luís - MA - CEP 65055-310**

**- <https://www.uema.br/>**



**ESTADO DO MARANHÃO**  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
GABINETE DO SECRETÁRIO

Processo: 2024.240201.11608

**Assunto: Solicitação de informações sobre as distribuição de livros didáticos.**

De ordem, encaminhe-se a **SAGEA** para análise e manifestação.

São Luís, data da assinatura eletrônica.

**CLAUDIO ROGÉRIO SANTOS**  
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Rua dos Pinheiros, n.º 15, Qd. 16 - Bairro Jardim São Francisco - CEP 65076-250 - São Luís - MA -  
<https://www.educacao.ma.gov.br/>



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO ROGÉRIO SANTOS, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**, em 03/05/2024, às 14:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ma.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **1317126** e o código CRC **C5B4AB56**.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
GABINETE DO SECRETÁRIO  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO DA REDE DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM - SAGEA/SEDUC

**Processo nº:** 2024.240201.11608

**Assunto:** Solicitação de informações sobre as distribuição de livros didáticos

### **DESPACHO Nº 905 - SAGEA/SEDUC**

À SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DO ENSINO E DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM

De ordem, trata-se de documento oriundo do PPGHIST/UEMA, com solicitação **de informações sobre as distribuição de livros didáticos, conforme a seguir** : " informações sobre as distribuição de livros didáticos a partir do Plano Nacional do Livro Didático nas escolas do Maranhão nos últimos dez anos, esta solicitação se dá em razão da necessidade de confirmação com os dados disponíveis no Sistema de Material Didático – SIMAD/FNDE".

Diante do exposto, segue para conhecimento e deliberações.

São Luís, *data da assinatura eletrônica.*

**IVINA DE FATIMA M MORAES COSTA**  
ASSISTENTE TÉCNICO  
ID Nº /SEDUC

---

**Rua dos Pinheiros, n.º 15, Qd. 16 - Bairro Jardim São Francisco. São Luís - MA - CEP 65076-250**

**- <https://www.educacao.ma.gov.br/>**

---



Documento assinado eletronicamente por **IVINA DE FATIMA M MORAES COSTA**, ASSISTENTE TÉCNICO, em 03/05/2024, às 15:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ma.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **1321661** e o código CRC **3CB48C59**.

---



**ESTADO DO MARANHÃO**  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO DA REDE DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM  
SUPERINTENDENCIA DE GESTÃO DO ENSINO E DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM -  
SUGEDA/SEDUC

**Processo nº:** 2024.240201.11608

**Assunto:** Solicitação de informações sobre as distribuição de livros didáticos

**DESPACHO Nº 75 - SUGEDA/SEDUC**

À SUPERVISÃO DE ESPAÇOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS

De ordem, trata-se de documento oriundo do PPGHIST/UEMA, com solicitação **de informações sobre as distribuição de livros didáticos, conforme a seguir** : " informações sobre as distribuição de livros didáticos a partir do Plano Nacional do Livro Didático nas escolas do Maranhão nos últimos dez anos, esta solicitação se dá em razão da necessidade de confirmação com os dados disponíveis no Sistema de Material Didático – SIMAD/FNDE".

Diante do exposto, segue para conhecimento e deliberações.

São Luís, *data da assinatura eletrônica.*

**VANUSA DE JESUS RIBEIRO SILVA E SILVA SANTOS**  
AUXILIAR ADMINISTRATIVA I  
ID Nº /SEDUC

**Rua dos Pinheiros, n.º 15, Qd. 16 - Bairro Jardim São Francisco. São Luís - MA - CEP  
65076-250**

**- <https://www.educacao.ma.gov.br/>**



Documento assinado eletronicamente por **VANUSA DE JESUS RIBEIRO SILVA E SILVA SANTOS, AUXILIAR ADMINISTRATIVA I**, em 06/05/2024, às 10:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ma.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **1332363** e o código CRC **8325575D**.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUPERINTENDENCIA DE GESTÃO DO ENSINO E DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM  
SUPERVISÃO DE ESPAÇOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS - SUPERP/SEDUC

**Processo nº:** 2024.240201.11608

**Assunto:** Solicitação de informações sobre as distribuições de livros didáticos

**DESPACHO Nº 19 - SUPERP/SEDUC**

À SUPERINTENDENCIA DE GESTÃO DO ENSINO E DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM

Trata-se de Ofício solicitando informações sobre as distribuições de livros didáticos a partir do Plano Nacional do Livro Didático nas escolas do Maranhão nos últimos dez anos.

O processo de escolha do material didático é realizada na escola pela comunidade escolar, em seguida é encaminhado a ata no sistema do PNLD Digital / PDDE Interativo, em conformidade com as orientações e encaminhamentos do Programa Nacional do Livro e do Material Didático/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. A entrega/distribuição de todo material escolhido, é realizada diretamente no endereço da escola.

A Secretaria de Estado da Educação do Maranhão, seguindo o Decreto nº 9099 de 18/07/2017, optou pelo modelo de escolha unificado em todos os níveis de ensino, em razão da facilidade de logística quando houver a necessidade por parte da rede, ou dos responsáveis, de transferência de estudante para outro Centro de Ensino, o que permite a sequência dos estudos com os mesmos livros da instituição da Rede Estadual de Ensino anterior, aprimoramento nos processos referentes à gestão de controle de entrega e recebimento dos Livros Didáticos no início e final de cada ano letivo e facilidade de remanejamento dos livros entre escolas da Rede, destacando que estas instituições poderão encaminhar exemplares excedentes para outras que estejam precisando, já que todas utilizam os mesmos títulos.

A Supervisão de Espaços e Recursos Pedagógicos através da Assessoria de Biblioteca/Coordenação Estadual do Livro Didático, faz gestão do sistema no sentido de validar as escolhas, e ou distribuir os quantitativos de acordo com as quantidades disponíveis, bem como acompanha todo o processo seguindo as orientação do FNDE. O sistema inviabiliza emissão de relatório contendo quantitativo dos pedidos, essa informação só é possível ser visualizada pelo acesso do próprio gestor.

Para mais informações, poderá ser feito contato com a Supervisão de Espaços e Recursos Pedagógicos, setor responsável pela gestão do PNLD, no e-mail: [superp@edu.ma.gov.br](mailto:superp@edu.ma.gov.br).

Sem mais para o momento.

São Luís, data da assinatura eletrônica.

**SUELMA DE JESUS DOS SANTOS CAMPO MAFRA**  
SUPERVISORA DE ESPAÇOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS – SUPERP  
ID N° /SEDOC

---

**Rua dos Pinheiros, n.º 15, Qd. 16 - Bairro Jardim São Francisco. São Luís - MA - CEP  
65076-250**

**- <https://www.educacao.ma.gov.br/>**



Documento assinado eletronicamente por **SUELMA DE JESUS DOS SANTOS CAMPO MAFRA**,  
**SUPERVISORA DE ESPAÇOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS – SUPERP**, em 09/05/2024, às  
16:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ma.gov.br/autenticidade> informando  
o código verificador **1403008** e o código CRC **B5F96939**.

## APÊNDICE B – PARÂMETROS DE PESQUISA NO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO (SIMAD/FNDE)

**SIMAD**  
Sistema do Material Didático

### Distribuição

#### Relatório Quantitativo de Livros

 Seleccione obrigatoriamente: Ano e Programa. O nome da Entidade é opcional. Para facilitar a pesquisa, digite código ou parte do nome da Entidade

\* Ano Programa:

\* Programa:

Esfera:

Tipo de Entidade:

Localização:

UF:

Município:

Critério: [\[+\] Expandir](#)